

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

A naturalização do atraso:

os noticiários de *El Universal* e *O Globo* sobre o governo Hugo Chávez e as projeções
identitárias sobre a América Latina

Gláucia da Silva Mendes

Juiz de Fora
2009

Mendes, Gláucia da Silva

A naturalização do atraso: os noticiários de El Universal e O Globo sobre o governo Hugo Chávez e as projeções identitárias sobre a América Latina / Gláucia da Silva Mendes. -- 2009.
230 f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

1. Jornalismo. 2. Política. 3. Identidade. I. Título

CDU 070

Gláucia da Silva Mendes

A naturalização do atraso:

os noticiários de *El Universal* e *O Globo* sobre o governo Hugo Chávez e as projeções
identitárias sobre a América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Juiz de Fora
2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O DISCURSO DO “ATRASO” COMO TRAÇO CONSTITUTIVO DA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA LATINO-AMERICANA	18
1.1 Sistemas simbólicos e relações de poder na construção da representação identitária do colonizado	20
1.2 O discurso estereotípico sobre o latino-americano	27
1.3 O “atraso” na representação identitária da política latino-americana	37
2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO / REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DE UMA NAÇÃO	48
2.1 Jornalismo e construção de representações identitárias	50
2.2 A estereotipização como estrutura discursiva do processo de construção da notícia	54
2.3 Jornalismo político na mídia massiva	58
3 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS CONSTRUÍDAS PELO JORNALISMO	70
3.1 Vertentes de análise do discurso	71
3.1.1 <i>A teoria de Bakhtin</i>	71
3.1.2 <i>A escola francesa de análise do discurso</i>	74
3.1.3 <i>A análise crítica do discurso</i>	77

3.1.4 A <i>pragmática anglo-americana</i>	81
3.2 Dispositivo analítico para o estudo das representações identitárias jornalísticas	84
4 A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ NO JORNAL <i>EL UNIVERSAL</i> : A “INCIVILIDADE” COMO MARCA IDENTITÁRIA DO “ATRASO”	
4.1 Agressividade	93
4.2 Violação de Direitos Humanos	108
4.3 Ilegalidade	127
4.4 Concentração de poderes	131
4.5 Autoritarismo	140
4.6 A “incivilidade política” como discurso subjacente ao noticiário de <i>El Universal</i>	146
5 A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ NO JORNAL <i>O GLOBO</i> : O MOTE DISCURSIVO DO “ANACRONISMO”	
5.1 Agressividade	154
5.2 Violação de Direitos Humanos	162
5.3 Ilegalidade	171
5.4 Concentração de poderes	175
5.5 Autoritarismo	182
5.6 Personalismo	188
5.7 Igualitarismo, em perspectiva anacrônica	190
6 A IDEOLOGIA LIBERAL NOS DISCURSOS DE <i>EL UNIVERSAL</i> E <i>O GLOBO</i>	198

6.1 A visão de mundo liberal	199
6.2 Valores liberais nos discursos de <i>El Universal</i> e <i>O Globo</i>	201
6.3 Escolha de fontes jornalísticas e explicitações ideológicas	205
6.4 Recorrências ideológicas em outras coberturas	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
REFERÊNCIAS DE NOTÍCIAS ANALISADAS EM <i>EL UNIVERSAL</i>	225
REFERÊNCIAS DE NOTÍCIAS ANALISADAS EM <i>O GLOBO</i>	232

RESUMO

Os noticiários dos jornais *El Universal* (Venezuela) e *O Globo* (Brasil) sobre o governo Hugo Chávez - no mês que antecede o referendo de reforma constitucional venezuelana de 2007 - têm, na presente dissertação, suas estruturas discursivas analisadas para verificar a validade da hipótese segundo a qual as imagens identitárias projetadas pela grande mídia sobre governos latino-americanos anti-liberais reproduzem subliminarmente o discurso de um supostamente atávico “atraso” latino-americano, que se encontra na base de representações essencialistas sobre as identidades política e do povo da região. O trabalho parte de referenciais teóricos nos quais as identidades são concebidas como construções sociais e simbólicas regidas por disputas de poder e nos quais o jornalismo é compreendido como uma atividade de (re)construção da realidade – e, portanto, também de representações identitárias. A análise do material, realizada sobretudo com base nos fundamentos teóricos e metodológicos da escola francesa de análise do discurso, revela que os jornais caracterizam o governo venezuelano no período com base em traços identitários que reverberam, de forma explícita ou subjacente, a idéia segundo a qual qualquer proposta política adversa ao corolário liberal associa-se ao conceito de “atraso”.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa; Identidades políticas; Ideologia liberal; América Latina; Hugo Chávez

RÉSUMÉ

Les actualités des journaux *El Universal* (Venezuela) et *O Globo* (Brésil) sur le gouvernement Hugo Chávez - dans le mois qui précède le référendum sur la réforme constitutionnelle au Venezuela en 2007 - ont, dans cette dissertation, leurs structures discursives analysées pour vérifier la validité de l'hypothèse selon laquelle les images identitaires projetées par les mass-médias sur les gouvernements latino-américains anti-libéraux reproduisent subliminalement le discours d'un supposé atavisme "retard" de l'Amérique Latine, qui est basée sur les représentations essentialistes de l'identité politique et de la population de la région. Le travail part de références théoriques dans lesquelles les identités sont conçues comme des constructions sociales et symboliques régies par le pouvoir et dans lesquelles le journalisme est compris comme une activité de (re)construction de la réalité – et, donc, aussi des représentations identitaires. L'analyse du matériel, principalement basée sur des fondations théoriques et méthodologiques de l'école française d'analyse de discours, montre que les journaux caractérisent le gouvernement vénézuélien dans la période sur la base des traits identitaires qui répercutent, explicitement ou derrière, l'idée selon laquelle toutes les propositions politiques opposant le corollaire libéral sont associées à la notion de "retard".

MOTS-CLÉ

la presse; les identités politiques, l'idéologie libérale, l'Amérique Latine, Hugo Chávez

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Marcas discursivas que remetem à agressividade e à violação de Direitos Humanos no noticiário de <i>El Universal</i>	88
Tabela 2:	Marcas discursivas que remetem à ilegalidade, à concentração de poderes e ao autoritarismo no noticiário de <i>El Universal</i>	89
Tabela 3:	Marcas discursivas que remetem à agressividade e à violação de Direitos Humanos no noticiário de <i>O Globo</i>	149
Tabela 4:	Marcas discursivas que remetem à ilegalidade e à concentração de poderes no noticiário de <i>O Globo</i>	150
Tabela 5:	Marcas discursivas que remetem ao autoritarismo, ao personalismo e ao igualitarismo anacrônico no noticiário de <i>O Globo</i>	151

Aos meus pais,
Luiz Carlos e Ilma,
por terem me dado a oportunidade
de estudar, que eles não tiveram

Ao meu noivo Lúcio,
companheiro dessa e de outras jornadas

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo Roberto Figueira Leal, a quem tenho imensa gratidão não só pela dedicação demonstrada na orientação deste trabalho, mas também por ter contribuído para minha formação profissional desde a graduação. Agradeço, ainda, a oportunidade de conviver minimamente com uma pessoa tão especial, para mim uma referência profissional e humana.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), por ter me concedido bolsa de estudo durante todo o Mestrado, possibilitando minha dedicação exclusiva a essa importante etapa de minha formação.

Às professoras Dras. Iluska Coutinho e Cláudia Lahni, pelas contribuições prestadas a este trabalho ao longo do curso e no Exame de Qualificação.

Ao professor Dr. Wedencley, pelas críticas e observações referentes à análise discursiva dos materiais aqui submetidos à investigação.

Ao professor Dr. Jairo Cesar Marconi Nicolau (Iuperj), por ter aceitado integrar a banca de defesa desta dissertação.

Ao Lúcio, por ter me amparado nos momentos mais difíceis e mais importantes de realização desta pesquisa.

INTRODUÇÃO

A imitação dos modos políticos das nações tidas como “avançadas” sempre constituiu o horizonte pragmático das elites latino-americanas. Vasta literatura aponta que, desde a independência dos países do continente, os modelos institucionais europeus/norte-americanos foram considerados paradigmáticos pelas classes dirigentes regionais, mesmo que houvesse, na prática, numerosas incompatibilidades entre os valores adotados e a realidade local.

Sempre existiram, no continente, segmentos que se opuseram ou denunciaram tais mimetismos. Nos últimos anos, contudo, cresceu significativamente o número de governos democraticamente eleitos (à exceção de Cuba) que se caracterizam por explicitar uma recusa a esse paradigma. De acordo com Bastenier (2009), a recente configuração política assumida pela região instaura modos tipicamente latino-americanos de fazer política, que conspiram contra as visões hegemônicas entre as elites regionais.

O autor identifica nesse novo panorama dois modelos principais: um de caráter rígido, liderado pelo governo de Hugo Chávez, na Venezuela – e seguido ainda por Evo Morales, na Bolívia; Raúl Castro, em Cuba; e, de forma menos ortodoxa, por Rafael Correa, no Equador, e Fernando Lugo, no Paraguai - e um de estilo brando, representado especialmente pelo Brasil, mas integrado também por Argentina e México.

Segundo Bastenier (2009), o primeiro grupo se caracterizaria pela tentativa de tirar o poder das mãos das elites e entregá-lo ao povo, promovendo uma verdadeira “mestiçagem / indigenização” da sociedade. O segundo ainda reivindicaria para si a representação dos valores políticos europeus, mas com ênfase em algum grau de mudança: a transformação por ele protagonizada estaria centrada, sobretudo, na autonomização da América Latina, na independência das esferas de decisão política regional em relação aos interesses europeus – especificamente espanhóis – e norte-americanos.

Apesar de estabelecer essas diferenças, Bastenier (2009) defende que as duas vertentes convergem para o mesmo fim: a ruptura com os padrões políticos ditados pelos países centrais. Ele acredita que, em última instância, experiências como essas conferem à política latino-americana uma feição mais adequada à realidade regional.

Ao discorrer sobre tais transformações históricas, o autor permite entrever a emergência de um processo de reconstrução identitária política, no qual novas configurações das relações de poder regionais fazem com que certos discursos sobre a prática política latino-americana cedam espaço a outras formas de identificação.

Justamente esse contexto é que constitui o pano de fundo para o presente trabalho. Partindo do conceito de representação identitária, entendido como uma construção simbólica configurada / reconfigurada por disputas ideológicas, nas quais o detentor do poder de representação acaba por assumir o controle dos processos de (re)construção identitária (WOODWARD, 2000), procura-se aqui identificar as representações efetivadas por importantes veículos de comunicação da região sobre tais governos.

Visto que, na atualidade, o jornalismo desempenha um importante papel na construção simbólica da realidade política (GOMES, 2004), a pesquisa é conduzida a partir da investigação das construções discursivas engendradas nos espaços informativos dos meios de comunicação latino-americanos, especialmente daqueles que constituem a grande imprensa, por serem hoje um dos principais agentes midiáticos responsáveis pela representação social.

Em virtude do pertencimento da grande imprensa ao mundo dos negócios, parte-se aqui do pressuposto de que os produtos informativos produzidos por veículos dessa natureza reproduzem, de forma subjacente, as visões de mundo engendradas por representantes da cultura e da ideologia hegemônicas¹.

¹ O termo hegemonia é usado ao longo desse trabalho no sentido gramsciano: como uma forma de direção político-ideológica, dotada de um certo grau de instabilidade (em virtude da coexistência de forças contrárias), exercida por uma classe sobre outra(s) não apenas a partir do emprego da força, mas também com um certo nível de aceitação por parte da(s) classe(s) subjugada(s) (GRUPPI, 2000)

Com base nessas considerações, lança-se a hipótese de que as representações identitárias projetadas sobre tais governos pela grande imprensa reiteram subliminarmente a visão engendrada pela cultura e pela ideologia hegemônicas sobre outras práticas políticas tipicamente regionais que, em um nível mais profundo, calcam-se em um discurso sobre a própria essência do “ser” latino-americano.

Sob esta perspectiva, as especificidades políticas do continente seriam interpretadas como sinais de “atraso”, desvios em relação aos “avançados” valores e práticas instituídos pelos modelos políticos europeus / norte-americanos. “Atraso” esse que, na visão de mundo hegemônica, decorreria da natureza dos povos da região, como uma herança atávica da qual o continente não conseguiria se livrar por estar inscrita no gene de seus próprios habitantes.

Para atestar ou não a validade dessas hipóteses, realiza-se aqui uma análise de discursos jornalísticos que tem por finalidade destacar os traços identitários atribuídos a governos dessa natureza e evidenciar em que medida eles contribuem para a reprodução subtextual dos discursos sobre o “atraso” da política e do povo latino-americanos.

Estabelece-se como foco desta investigação o noticiário veiculado pelos jornais venezuelano *El Universal* e brasileiro *O Globo* acerca do governo Hugo Chávez. Como recorte empírico, define-se o período compreendido entre a aprovação, pelo Congresso venezuelano, e a votação em referendo nacional do projeto de reforma constitucional apresentado por Chávez em 2007 (3 de novembro e 2 de dezembro, respectivamente).

Trabalha-se aqui, portanto, com a cobertura empreendida pelos veículos no período de discussão da proposta presidencial rejeitada pelos venezuelanos e não com a mais recente consulta popular para a realização de alterações constitucionais, ocorrida em fevereiro de 2009, da qual Chávez saiu vitorioso.

A escolha do governo que consiste no foco da presente pesquisa fundamenta-se no papel por ele assumido no fenômeno citado. Como reconhece Bastenier (2009), o presidente

venezuelano Hugo Chávez lidera o grupo de países que contestam com mais veemência os valores políticos implantados na região pelas elites locais.

Já os veículos submetidos à observação foram selecionados em virtude de sua relevância. Tanto *El Universal* quanto *O Globo* ocupam um papel de destaque na grande imprensa latino-americana – o primeiro é considerado o maior jornal diário da Venezuela e o segundo desponta como um dos principais veículos impressos brasileiros, além de pertencer a um grande conglomerado de mídia latino-americano - e, enquanto tal, presume-se que sejam agentes capazes de reproduzir as visões de mundo engendradas pela cultura e pela ideologia hegemônicas.

O estudo do material que constitui o recorte empírico é realizado com base nos fundamentos conceituais e nos instrumentos disponibilizados pela análise do discurso. Tal metodologia mostra-se adequada aos propósitos ora traçados por atribuir relevância às determinações sócio-ideológicas na produção discursiva e, por extensão, nos processos de construção de representações identitárias.

Integram a base teórica que respalda essa análise especialmente as reflexões empreendidas por autores filiados ao interacionismo simbólico e aos estudos culturais. Por intermédio dessas duas vertentes do saber, procura-se evidenciar o caráter simbólico – e, portanto, discursivo e contingente – das representações identitárias.

Tais aspectos, associados à concepção das representações identitárias como entidades relacionais, construídas a partir de disputas de poder com um Outro – perspectiva inerente aos estudos culturais -, permitem vislumbrar o supostamente natural “atraso” dos povos latino-americanos como uma construção discursiva sobre os habitantes nativos, engendrada inicialmente pelos colonizadores e reiterada, em diversos processos de reconstrução identitária, por representantes da cultura e da ideologia hegemônicas.

Esta explanação, realizada no primeiro capítulo, é complementada por referenciais teóricos que evidenciam como a visão hegemônica sobre um modelo de governo peculiar à região - o populismo² – reproduz subliminarmente o discurso do “atraso” latino-americano, apresentando as especificidades políticas do continente como desvios de um padrão supostamente objetivo, causados pela “incivilidade” das classes populares regionais.

Tendo em vista esse contexto, o capítulo dois discorre sobre o papel desempenhado pelo jornalismo nos processos de (re)construção de representações identitárias políticas. Adota-se como ponto de partida dessa discussão autores que concebem a atividade jornalística como um gênero de construção discursiva da realidade, cujos conteúdos criam laços sociais entre um público amplo e disperso.

Em seguida, são apresentados os principais fatores organizacionais, profissionais e sociais que concorrem para a construção de sentidos no jornalismo. Procura-se, neste momento, destacar a contribuição de cada um deles para a conformação de uma realidade política – e, por extensão, de representações identitárias dos agentes imersos nessa esfera - perpassada por valores culturais e ideológicos hegemônicos.

O terceiro capítulo dedica-se à construção de um dispositivo teórico-analítico adequado ao estudo das representações identitárias engendradas pelo jornalismo. Com base em uma breve explanação acerca das principais vertentes de análise do discurso, indica-se aquela cujos fundamentos conceituais estejam mais afinados com as bases teóricas da presente pesquisa.

² O termo populismo é empregado aqui no sentido atribuído por Weffort (2003): como um sistema político cujas principais características são o desenvolvimento de uma estrutura institucional de tipo autoritário e semicorporativa, que assume uma orientação política de tendência nacionalista, antiliberal e antioligárquica, uma orientação econômica de tendência nacionalista e industrialista e é sustentado por uma composição social policlassista, cujo apoio majoritário advém das classes populares.

Apesar de explicitar a filiação do trabalho às concepções de uma dessas correntes, o capítulo vislumbra a possibilidade de complementação, no que tange aos instrumentos metodológicos, entre determinadas perspectivas de análise do discurso. Em virtude disso, ele constrói um dispositivo analítico que mescla ferramentas de origens distintas, capazes de dar conta das especificidades do texto jornalístico.

A partir da aplicação dessas categorias analíticas, o quarto e o quinto capítulos realizam a análise dos discursos produzidos pelos jornais *El Universal* e *O Globo*, respectivamente. Nesses momentos, demonstra-se como as estruturas discursivas presentes nos noticiários associam à administração chavista traços identitários que reiteram subliminarmente o discurso do “atraso” subjacente a visões sobre as práticas políticas e os povos da região.

As principais marcas discursivas coligidas nessas análises são, então, retomadas no capítulo seis, com o propósito de evidenciar a filiação dos sentidos propagados pelos veículos e, por conseguinte, das representações identitárias sobre o governo Hugo Chávez por eles engendradas, aos valores ideológicos hegemônicos.

1 O DISCURSO DO “ATRASSO” COMO TRAÇO CONSTITUTIVO DA REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA LATINO-AMERICANA

Ao observar diversas caracterizações da população latino-americana, empreendidas ao longo dos séculos, chama atenção a recorrência de um atributo presente em tais construções discursivas: o “atraso”. Ele foi evocado, explícita ou subliminarmente, por Colombo e os conquistadores, em suas distinções entre os espanhóis e os povos nativos; pela elite crioula, como justificativa para a importação de padrões culturais europeus; e mesmo pelos nacionalistas, cujos parâmetros de projeto nacional bem-sucedido se encontravam alhures.

A reincidência com que tal traço identitário aparece nesses e em outros pontos de vista acaba por atribuir-lhe ares de uma característica natural, como se ele fosse constituinte da essência dos povos do continente. O estreito e indelével vínculo supostamente existente entre a latinoamericanidade e o “atraso” é tão pronunciado que impregna também visões sobre práticas peculiares à região. Ele é encontrado, por exemplo, no cerne de interpretações de modelos políticos que aqui vicejaram, como o sistema democrático-popular conhecido pela alcunha de populismo.

Na contramão desta perspectiva, o presente capítulo objetiva evidenciar que tais discursos, naturalizados a ponto de serem internalizados nas narrativas que o latino-americano projeta sobre si mesmo (vide a assertiva “o Brasil não tem jeito, é assim mesmo”, cujos similares se replicam continente afora), operam mais no nível simbólico do que na realidade objetiva.

Estas peremptórias afirmações sobre o que seriam, essencialmente, tanto o próprio latino-americano quanto a política aqui praticada (ambos, nesse rumo discursivo, sempre fadados ao “atraso”) configuram, como qualquer fenômeno identitário, uma questão histórico-

cultural. Por esta razão, parte-se aqui do pressuposto de que a reiterada interpretação sobre os habitantes da região consiste em uma construção discursiva engendrada especialmente por representantes da cultura e da ideologia hegemônicas e não em uma qualidade incrustada ao “ser” latino-americano.

A explanação subsequente almeja, deste modo, apresentar referenciais teóricos que ofertariam ferramentas conceituais capazes explicar por que contingências da história do continente são apresentadas como atributos naturais. O discurso do “atraso”, nessa hipótese, decorreria da repetibilidade do estereótipo colonialista sobre os habitantes da região, efetuada ao longo de processos históricos de construção/reconstrução de representações identitárias.

Constituem a base da exposição empreendida nesse capítulo os fundamentos teóricos do interacionismo simbólico e dos estudos culturais. Com o auxílio das duas vertentes, buscase desmistificar o aspecto essencialista das identidades, evocando seu caráter histórico e contingente. Estes são sustentados pelo argumento de que a construção de representações identitárias encontra-se intimamente associada a processos sociais e simbólicos – e, portanto, também a relações de poder e a disputas ideológicas.

Ambas concebem, ainda, a representação identitária como uma estrutura relacional, cuja construção não pode prescindir de um Outro. Considerando as disputas de poder envolvidas nessa relação, os estudos culturais também sustentam que as demarcações/redemarcações de fronteiras entre o Eu e o Outro são realizadas pelo detentor do poder de representação e conduzem à instauração/reiteração de características antitéticas, que atribuem valores axiológicos opostos aos grupos em disputa.

Tal aparato teórico permite, portanto, que se vislumbre o discurso do “atraso” como uma construção simbólica sobre o latino-americano empreendida pela cultura hegemônica, a partir de sua própria perspectiva, com o propósito de se afirmar como o padrão universal de atribuição de sentido ao mundo, classificando outras visões como concepções desviantes.

Por fim, a sugestão dos teóricos vinculados aos estudos culturais, no sentido de que a tentativa de essencialização das representações identitárias é resultado da repetição de discursos estereotípicos, ajuda a sustentar a tese de que o “atraso” associado ao ser e às práticas políticas latino-americanas encontra suas raízes no discurso colonial e se perpetua pela incessante repetição do mesmo ao longo da história – e não em função de características inerentes aos povos da região.

1.1 Sistemas simbólicos e relações de poder na construção da representação identitária do colonizado

De acordo com as premissas do interacionismo simbólico, a realidade humana é uma construção social e simbólica que resulta de um processo dialético contínuo entre a estrutura institucional e a consciência individual. Ela é permanentemente modelada e remodelada por três operações de natureza simbólica: a interiorização, a exteriorização e a objetivação (BERGER; LUCKMANN, 1996).

Por interiorização, entende-se a introjeção das regras e dos valores sociais na mente de cada indivíduo pertencente a uma dada comunidade. A exteriorização abarca as intervenções realizadas pelos sujeitos no mundo, sejam estas guiadas pelas expectativas da sociedade da qual fazem parte ou resultantes de anseios individuais. A objetivação, por sua vez, consiste em uma etapa na qual exteriorizações do segundo tipo são acolhidas pela coletividade e, por conseguinte, destituídas de seu caráter individual e incorporadas ao repertório social como uma prática objetiva.

Cerne dessa dialética, o sujeito é, portanto, um ser ao mesmo tempo social e individual. George Mead (1953), um dos precursores da tradição sociológica interacionista,

sustenta que cada sujeito é constituído por um “mim” (“*me*”), pelo conjunto organizado de atitudes sociais do grupo ao qual pertence, e por um “Eu” (“*I*”), um ente ativo que reage à situação social de forma peculiar.

Tal réplica nueva à la situación social involucrada en la serie de actitudes organizadas constituye el “yo”, en contraste con el “mí”. El “mí” es un individuo convencional, habitual. Está siempre presente. Tiene que tener los hábitos, las reacciones que todos tienen; de lo contrario, el individuo no podría ser un miembro de la comunidad. Pero el individuo reacciona constantemente a dicha comunidad organizada, expresándose a sí mismo, no necesariamente afirmándose en le sentido ofensivo, sino expresándose, siendo él mismo en el proceso cooperativo que corresponde a cualquier comunidad. Las actitudes involucradas son extraídas del grupo, pero el individuo en quien se organizan tiene la oportunidad de darles una expresión que, quizás, nunca han tenido antes (MEAD, 1953, p. 222)³.

Na constituição do sujeito, o “mim” antecede o “Eu”. Ao se integrar a uma coletividade, o indivíduo primeiramente interioriza a ordem institucional vigente. Ele incorpora o processo social como um todo em sua experiência individual, adotando as atitudes comuns aos membros da coletividade e percebendo as ações dos outros indivíduos em relação a ele e deles entre si. Em outras palavras, ele assimila o “outro generalizado” (MEAD, 1953), a estrutura social e as posições de sujeito que a compõem. E, como consequência, também se localiza nessa estrutura, assumindo determinados papéis sociais.

Vale ressaltar que a interiorização de identidades não é um processo unilateral e mecanicista. Ela só se realiza porque há identificação: “a personalidade é uma entidade reflexa [...] implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 177).

³ “A réplica nova à situação social envolvida na série de atitudes organizadas constitui o ‘Eu’, em contraste com o ‘mim’. O ‘mim’ é um indivíduo convencional, habitual. Está sempre presente. Tem que ter os hábitos, as reações que todos têm; do contrário, o indivíduo não poderia ser um membro da comunidade. Mas o indivíduo reage constantemente a dita comunidade organizada, expressando-se a si mesmo, não necessariamente afirmando-se no sentido ofensivo, mas expressando-se, sendo ele mesmo no processo cooperativo que corresponde a qualquer comunidade. As atitudes envolvidas são extraídas do grupo, mas o indivíduo em quem se organizam tem a oportunidade de dar-lhes uma expressão que, quiçá, nunca tenham tido antes”.

Os papéis assumidos por um indivíduo são talhados de acordo com os papéis desempenhados pelos outros membros da coletividade. Por conseguinte, sua representação encontra-se inserida em uma atitude cooperativa que impõe ao sujeito a necessidade de adquirir um conjunto de conhecimentos específicos. Isso implica dizer que o desempenho de um papel requer um aparelho expressivo coerente com padrões socialmente constituídos e esperados como resultado de uma interação: “ser uma determinada espécie de pessoa [...] não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e de aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela” (GOFFMAN, 1999, p. 74).

Os conhecimentos referentes a cada um dos papéis assumidos pelo sujeito ao longo de sua vida são adquiridos a partir de processos de socialização primários e secundários (BERGER; LUCKMANN, 1996). A socialização primária abarca os mecanismos de aprendizagem responsáveis pela transformação de uma criança em um ser social. A socialização secundária, por sua vez, refere-se à interiorização dos conhecimentos especializados dos segmentos institucionais que compõem a sociedade em questão.

Ambos os processos são conduzidos por agentes que desempenham a função de mediadores entre o mundo e o novo ser social. Por conseguinte, a realidade circundante assume contornos bem específicos, provenientes sobretudo dos filtros de ordem estrutural aplicados pelos intermediários.

Em função da capacidade de intervenção que lhes é inerente, os indivíduos, quando interagem socialmente, não se restringem a assimilar identidades. A potencialidade criativa do “Eu” abre precedentes para exteriorizações inéditas que, se acolhidas pela coletividade, passam por um processo de objetivação. Isso implica dizer que as interações sociais estabelecidas pelos sujeitos ao longo da vida podem reforçar, mas também modificar ou remodelar sua perspectiva de realidade, bem como as posições de sujeito que a constituem.

El individuo, como hemos visto, reacciona continuamente contra esta sociedad. Cada adaptación involucra algún tipo de cambio en la comunidad a la cual el individuo se adapta. Y este cambio, es claro puede ser muy importante [...] Las grandes figuras de la historia provocan cambios fundamentalísimos. Estos cambios profundos que se producen gracias a la reacción de espíritus individuales, son sólo la expresión extrema de los que se llevan a cabo continuamente debido a las reacciones que no son simplemente las de un “mí”, sino las de un “yo” (MEAD, 1953, p. 226-227)⁴.

Neste inextricável processo, os sistemas simbólicos despontam como um fator de grande relevância. Na objetivação da realidade, eles não só oferecem o aparato necessário à institucionalização, abstraindo as experiências de suas ocorrências individuais e incorporando-as a um conjunto de tradições, como também servem de base para a construção de referenciais conceituais que respaldam e procuram manter a ordem institucional estabelecida.

No que concerne à realidade subjetiva, os sistemas simbólicos de representação surgem como importantes instrumento e conteúdo: é por intermédio deles que os agentes socializadores transmitem o conhecimento comum para os novos seres sociais e são eles que constituem o acervo individual de saberes socialmente partilhados. Também é valendo-se deles que a realidade subjetiva se conserva ou modifica: as interações simbólicas diárias são as grandes responsáveis pela intensificação e atenuação de aspectos da realidade introjetada.

Os sistemas simbólicos só desempenham esse poder estruturante porque são estruturados, regidos por uma lógica que possibilita a formação de consenso em torno do sentido do mundo social:

o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 2006, p. 9)

⁴ “O indivíduo, como vimos, reage continuamente contra a sociedade. Cada adaptação envolve algum tipo de mudança na comunidade à qual o indivíduo se adapta. E esta mudança, é claro, pode ser muito importante [...] As grandes figuras da história provocam mudanças fundamentalíssimas. Estas mudanças profundas que se produzem graças à ação de espíritos individuais são só a expressão extrema das que se levam a cabo continuamente devido a reações que não são simplesmente a de um “mim”, mas as de um “eu””.

A condição de estruturas estruturadas e estruturantes de comunicação e conhecimento assumida pelos sistemas simbólicos transforma-os em um importante *locus* de disputa ideológica. As manifestações simbólicas dos diferentes grupos são tentativas de imposição de uma definição do mundo social afeita a seus interesses. Contudo, para que uma definição da realidade seja aceita como universal, garantindo a hegemonia de um grupo sobre outro, ela precisa se desvincular de suas condições de produção, adquirir um *status* de naturalidade que encubra sua arbitrariedade e seus interesses subjacentes.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2006, p. 14)

Diante do exposto, pode-se afirmar que os processos pelos quais os indivíduos reconhecem o mundo e reconhecem-se no mundo (avocando significados para aquilo que imaginam ser seu papel social e para sua própria especificidade) – em outras palavras, os mecanismos através dos quais forjam suas identidades - são uma construção psíquica, social e simbólica. Tais identidades resultam de um fenômeno em que os indivíduos se reconhecem e passam a ocupar determinadas posições de sujeito. Posições essas que são configuradas ao longo do processo sócio-histórico e cujos sentidos são produzidos por sistemas simbólicos de significação.

Tendo em vista que o foco do presente trabalho são as representações identitárias, a explanação subsequente centra-se especialmente em duas dessas variáveis: a social e a simbólica. No que diz respeito à primeira, vale ainda ressaltar que a identidade traduz-se em uma disputa por acesso privilegiado a bens simbólicos e materiais existentes em uma sociedade, que divide esta em ao menos dois grupos: o Eu, ou a identidade, e o Outro, ou a diferença.

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.81).

A identidade não pode, pois, prescindir de um Outro, de uma diferença. Ao se afirmar, ela procura estabelecer fronteiras, definindo incluídos e excluídos. Dicotomia essa instaurada não com a intenção de separar classes simétricas, mas sim de contrapô-las, atribuindo-lhes diferentes pesos: enquanto um dos termos recebe uma carga positiva, o outro é negativamente valorado.

O delineamento das fronteiras entre o Eu e o Outro ocorre por meio da representação simbólica, entendida pelos estudos culturais não como uma espécie de cópia do real – concepção desenvolvida pela filosofia clássica ocidental -, mas sim como um sistema de significação que constrói / reconstrói significados a partir de perspectivas culturais. Portanto, é a partir da criação de práticas de significação e de sistemas simbólicos destituídos de vínculos naturais com um suposto real objetivo que as identidades adquirem cargas semânticas diferenciadas.

Os significados que norteiam o indivíduo, atribuindo sentido às suas experiências, advêm de sistemas classificatórios. Estes impõem ordem à vida coletiva, a partir da classificação dos artefatos, das atitudes e das idéias presentes no corpo social. Tendo em vista que o detentor do poder de representação acaba por determinar a identidade e a diferença e que a valoração dos bens materiais e simbólicos é feita a partir da perspectiva da identidade (SILVA, 2000), as divisões e as hierarquizações empreendidas pelos sistemas classificatórios apresentam a identidade como a norma comportamental e a diferença como um ser desviante.

Deve-se salientar que, apesar de estabelecer fronteiras no mundo social, tal processo de construção de representações identitárias não é estanque. Como a identidade e a diferença estão sujeitas à dinâmica das relações de poder, suas fronteiras encontram-se propensas ao

deslocamento. Esta possibilidade oscilatória transforma-as em algo instável, em uma “questão tanto de ‘tornar-se’ quanto de ‘ser’” (HALL, 1990 *apud* WOODWARD, 2000, p. 28).

Isso implica dizer que a definição da identidade e da diferença não é realizada de uma vez por todas. As duas instâncias não são constituídas por um conjunto cristalino, autêntico, de características atemporais fixadas pela tradição; elas são configuradas e reconfiguradas por contingências históricas. Portanto, a tentativa de fixação de posições de sujeito implícita aos sistemas classificatórios consiste em uma prática de essencialização. Por intermédio dela, procura-se ocultar as relações de poder subjacentes às representações identitárias, apresentando como naturais construções simbólicas que são socialmente motivadas.

Essas são as características que o discurso colonial assume. Em sua busca pela legitimação do poder, ele produz conhecimentos antitéticos sobre o colonizador e o colonizado que visam a “[...] apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial, de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2005, p. 111).

A representação do colonizado como um ser inferior deriva de um aparato simbólico no qual se conjugam o reconhecimento e o repúdio das diferenças raciais/culturais/históricas. Esse ativa o mito da origem histórica – caracterizado pelas supostas pureza racial e prioridade cultural do colonizador –, estabelecendo-o como parâmetro de normalização das crenças e dos sujeitos constituintes do discurso colonial e, por conseguinte, recusando a diferença como uma padrão de conduta aceitável.

A separação entre colonizador e colonizado decorrente de tal sistema classificatório produz efeitos ambivalentes. Se, de um lado, ela torna visível e incontestável a divisão existente no corpo social, de outro, ela define um modelo de sujeito que, sob certas condições de dominação colonial e controle, é acionado para reformar o nativo, transformá-lo em uma diferença que é quase a identidade, mas não exatamente.

Na tentativa de essencializar esse Outro como um ser desajustado, fazendo frente às contingências diacrônicas, o discurso colonial vale-se especialmente do estereótipo como estratégia discursiva. Entendido como uma forma de conhecimento e identificação que oscila entre o já conhecido e algo que deve ser repetido, o estereótipo ajuda a perpetuar o discurso colonial, na medida em que a ambivalência que o caracteriza

[...] garante sua repetibilidade [do discurso colonial] em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em *excesso* do que pode ser provado empiricamente ou explicitado logicamente (BHABHA, 2005, p. 106).

Por intermédio dessa repetibilidade, portanto, povos que foram objeto de colonização vêm ressuscitado, em momentos posteriores de sua história, o discurso da anormalidade que os procurou definir durante o período de sua subjugação. É o que atesta o recorrente discurso sobre os supostos atributos do “ser” latino-americano, até hoje estigmatizado pela representação identitária do colonizado.

1.2 O discurso estereotípico sobre o latino-americano

A repetição, ao longo da história, do caráter desviante dos povos latino-americanos em relação aos colonizadores acabou por conformar um discurso sobre o nativo no qual este é apresentado, de forma estereotípica, como um ser essencialmente inferior/atrasado. Contribuíram para a construção e a fixação desse traço identitário não só os relatos sobre os primeiros contatos de Colombo com os índios e sobre a atitude dos colonizadores para com estes, como também a posterior subserviência dos habitantes da região aos parâmetros de civilidade e modernidade estabelecidos pelos países “desenvolvidos”.

Instaurado com a chegada dos europeus ao continente, tal discurso derivou das percepções iniciais de Colombo sobre os índios, traduzidas em dois comportamentos: o reconhecimento da diferença e a sua conseqüente recusa, enquanto um estágio inferior de desenvolvimento humano, e o reconhecimento da condição humana dos índios, que veio acompanhada do desejo de assimilacionismo. Exemplificam essas duas posturas as reações de Colombo frente à língua dos nativos:

Colombo não reconhece a diversidade das línguas e, por isso, quando se vê diante de uma língua estrangeira, só há dois comportamentos possíveis, e complementares: reconhecer que é uma língua e recusar-se a aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja uma língua ... Os índios que encontra logo no início, a 12 de outubro de 1492, provocam uma reação de segundo tipo; ao vê-los, promete: “Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas, para que aprendam a falar” (estes termos chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos corrigiram: “para que aprendam nossa língua”). Mais tarde, consegue admitir que eles têm uma língua, mas não chega a conceber a diferença, e continua a escutar palavras familiares em sua língua, e fala com eles como se devessem compreendê-lo, e censura-os pela má pronúncia de palavras ou nomes que pensa reconhecer (TODOROV, 1983, p.30).

Embora distintos, tais comportamentos apresentam um caráter convergente: ambos recusam a diferença como uma posição de sujeito aceitável. Calcados no eurocentrismo, eles partem da premissa de que os valores europeus consistem nos princípios da humanidade em geral, de que o mundo é apenas um – neste caso, apenas aquele concebido pela perspectiva espanhola.

As percepções de Colombo sobre os índios se perpetuaram nos séculos seguintes. Assim como o primeiro desbravador europeu da América, os colonizadores oscilaram entre uma visão igualitarista e inigualitarista dos povos nativos. O confronto entre as duas perspectivas foi eternizado pelo debate de Valladolid (1550-1551), no qual o filósofo Gines de Sepúlveda e o frei franciscano Bartolomé de Las Casas tentaram impor uma das concepções como universalmente válida.

Respalado em Aristóteles, Sepúlveda sustentava que os indígenas são naturalmente imperfeitos, argumentando que todas as diferenças se reduzem à dicotomia

superioridade/inferioridade. Las Casas, por sua vez, proclamava a igualdade biológica entre os homens, identificando nesta a base para uma identidade cultural entre europeus e nativos, calcada sobretudo na religião católica.

A inconclusão do debate parece indicar a direção assumida pelo processo colonial. Neste, percebe-se uma articulação entre as duas concepções: ao mesmo tempo em que insistiam na divisão entre colonizador e colonizado, os espanhóis tentavam conformar os indígenas à sua própria imagem.

Juridicamente, os vencidos constituíam um dos dois corpos e dos dois pilares da sociedade colonial: a “república dos índios” diante daquela dos espanhóis. Institucionalmente, eles formavam comunidades inspiradas do modelo castelhano. A um só tempo, a Coroa espanhola separava e juntava: cristalizava as sociedades vencidas numa posição de alteridade, mas esta era um decalque do universo hispânico (GRUZINSKI, 2001, p. 96-97).

A ocidentalização dos povos nativos foi presidida tanto pela reorganização do espaço social quanto pela imposição da cultura. Por um lado, a metrópole procurava replicar na colônia as relações políticas, sociais e econômicas vigentes no Velho Mundo, redesenhando as estruturas de sociabilidade indígenas segundo modelos europeus – por exemplo, substituindo o traçado das aldeias pelo de cidades de Castela ou Galícia e erguendo símbolos da supremacia dos vencedores (igrejas, prefeituras, praças) em lugares antes sagrados para os nativos.

Por outro, ela empreendia ações que visavam à oficialização dos valores e dos costumes europeus como os padrões de comportamento colonial. Tendo em vista que a língua “[...] carrega consigo todo o sentido de um povo, de uma cultura, de uma nação, uma vez que a palavra é a tradução simbólica de objetos, valores, idéias, sentimentos e memórias do ser humano” (FALABELLA, 2003, p. 97), a imposição do espanhol (e, no caso brasileiro, do português) como base para a comunicação no continente representou um passo decisivo nesse sentido.

A cristianização dos indígenas também prestou uma grande contribuição para a europeização dos habitantes da América Latina. Ainda mais quando se considera que, na era renascentista, o cristianismo não se restringia a uma doutrina religiosa: ele era, acima de tudo, um modo de vida com implicações patentes sobre a temporalidade e as relações sociais, a sexualidade, as práticas alimentares, as relações familiares etc (GRUZINSKI, 2001).

A difusão do catolicismo entre os autóctones foi facilitada pelo teatro. Reconhecendo as barreiras impostas pela diferença lingüística e a importância da ritualização dramática no universo indígena, os europeus promoveram encenações de episódios da história sagrada, montadas e representadas pelos próprios nativos. Mas se, por um lado, tal recurso possibilitou a cristianização dos indígenas, por outro, ele também conduziu à emergência de formas de representação mestiças, marcadas pela sobrevivência de elementos da religião pagã:

[...] a intervenção indígena marca também os limites e as ambigüidades do mimetismo cênico. Embora os monges não tivessem consciência, a representação indígena tendia a se desviar do modelo hispânico original, pois estava sujeita ao enfoque indígena da interpretação e do palco [...] O mimetismo imposto pelo ocidente prestava-se, assim, a desvios que prosperavam sob as aparências enganosas da cópia fiel (GRUZINSKI, 2001, p. 105-106)

O mimetismo apresentou-se, portanto, como um modo de dominação ambivalente. Ao mesmo tempo em que consistia numa estratégia de reforma do ser colonial na qual a “apropriação” do Outro facilitava os processos de regulação e disciplina, ele permitia a sobrevivência de uma diferença que colocava em ameaça os saberes “normalizados” e o próprio poder disciplinar (BHABHA, 2005, p. 130).

Contudo, mais do que ameaçar, tal hibridização favoreceu os objetivos do colonizador, pois “[...] ao moldar a religião dos colonizadores à sua própria semelhança, os povos indígenas consentiam mais facilmente com a ideologia básica da colonização e, portanto, passavam mais firmemente para o controle espanhol” (CHASTEEN, 2001, p. 66).

Apesar de o uso da força ter se apresentado como um importante instrumento de dominação dos povos latino-americanos, a adesão aos valores e costumes europeus exemplifica, portanto, a materialização do conceito de hegemonia. Isto porque o projeto colonizatório só foi possível e só se sustentou porque se assentou em estratégias que levaram parte significativa dos nativos a aceitarem o princípio de sua inferioridade e, como consequência, participarem de sua própria subjugação, reconhecendo a cultura européia como a verdadeira cultura (CHASTEEN, 2001, p. 60).

A aceitação da realidade do dominador pelos povos colonizados, assim instaurada, perpetuou-se para além da independência dos países latino-americanos. Embora nesse momento histórico tenha sido concebida a primeira versão do patriotismo regional – o nativismo, que pregava a definição da identidade pelo local de nascimento e a valorização das mestiçagens próprias do continente -, a proeminência adquirida pelas idéias vigentes na Europa garantiu a continuidade dos rumos assumidos pela colônia.

Os amplos contornos da cultura e sociedade colonial latino-americana não sofreram nenhuma mudança profunda e súbita. [...] A língua e as leis dos colonizadores ibéricos tornavam-se as das novas nações, e os descendentes crioulos dos conquistadores continuaram lucrando com o trabalho mal-remunerado dos conquistados e escravizados. Nesse sentido, a independência não cancelou o colonialismo nas nações latino-americanas. Pelo contrário, tornou-as pós-coloniais: agora se auto-governando, mas ainda moldadas pela herança colonial. (CHASTEEN, 2001, p. 93)

Liderado pela elite crioula, o período pós-independência não se restringiu à consolidação dos parâmetros europeus de “civilização” já presentes no continente. Ele também foi marcado por uma nova forma de submissão, que substituiu a velha versão colonial por uma nova idéia hegemônica: o Progresso. Desviando seus olhares das agora decadentes nações colonizadoras – Espanha e Portugal – em direção aos novos centros desenvolvidos – Inglaterra, França e Estados Unidos -, as elites revitalizaram a oposição binária inferioridade/superioridade sob o par “atraso/progresso”, no qual o latino-americano encarna o termo menos valorizado.

Na busca pelo Progresso, as elites latino-americanas promoveram uma nova reorganização espacial. As cidades de estilo colonial, com suas pedras de cantaria e telhados vermelhos, gradativamente cederam lugar a grandes metrópoles modernas, habitadas por maravilhas tecnológicas como o bonde e o telefone e cortadas por linhas férreas que transportavam de forma admiravelmente veloz as matérias-primas para os pontos de exportação.

Os novos modos de vida europeus, por sua vez, ditavam os parâmetros culturais do Progresso. “Civilizado” e “elegante”, para as mulheres, era falar francês, dispor do último figurino parisiense, conhecer a etiqueta dos salões de baile e tocar piano. Já para os homens, era vestir ternos escuros e de lã no tórrido calor dos trópicos, fazer negócios em libras esterlinas e possuir recentes inventos técnicos, como o automóvel. Por conseguinte, a cultura local continuava relegada a uma posição de inferioridade. Os crioulos argentinos, por exemplo, “[...] rejeitaram a cultura argentina tradicional, em particular a cultura rural, como insuportavelmente ‘bárbara’” (CHASTEEN, 2001, p. 140).

Também o ser latino-americano - agora não puramente indígena, mas caracterizado pelas hibridizações raciais próprias do período colonial – era marginalizado pela nova sociedade. As elites locais

[...] consideravam a mistura de raças uma desonra. As principais teorias científicas do século XIX partiam de premissas racistas. Agradasse ou não, tratava-se do Progresso, segundo os maiores especialistas da época. E, agradasse ou não, a maioria dos países latino-americanos possuía uma grande mistura de raças. Tratava-se da “tragédia nacional” [...] (CHASTEEN, 2001, p. 140).

Esta situação começou a mudar no início do século XX. Enquanto as elites crioulas dedicavam-se ao seu empreendimento “progressista”, a força nacionalista gestada pelo pensamento nativista ia conquistando novos adeptos, até que, nas primeiras décadas do século XX, o movimento ganhou, por fim, grande projeção no continente: seus ideais de celebração

dos valores locais passaram a ser adotados, em boa parte da região, como parâmetros para a constituição de identidades nacionais.

A condição mestiça do povo latino-americano ascendeu ao centro do debate. A busca por valores próprios, em contraposição à subserviência até então existente em relação à cultura européia, conduziu a uma reinterpretação positiva do sentido da diferença racial e cultural latino-americana: “surge, assim, um novo nacionalismo, baseado na idéia de uma *cultura nacional*, que seria a síntese da particularidade cultural e da generalidade política, da qual as diferentes culturas étnicas ou regionais seriam expressão” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 217).

Tais elementos culturais, no entanto, precisavam adquirir um caráter universal para serem difundidos entre os cidadãos e criarem uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1991), um conjunto de símbolos e representações capazes de “[...] unificá-los [os membros de um país] numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2003, p.59).

A instauração de Estados nacionais fortes e centralizadores permitiu a esta instância de poder a oportunidade de definir, classificar, segregar e selecionar os símbolos, as tradições, as histórias e os modos de vida que deviam compor a identidade nacional (BAUMAN, 2001). O discurso unificador assim constituído procurou cristalizar determinados elementos culturais como características nacionais imutáveis, inscrevendo-os em uma tradição que seria reiterada cotidianamente em narrativas capazes de conectar a vida dos cidadãos a um destino nacional, vislumbrado como uma realidade preexistente ao indivíduo, que continuaria existindo mesmo após a morte deste.

A adoção dessa postura conduziu à absorção nacional de algumas diferenças culturais e à folclorização de outras.

A heterogeneidade de que se forma a maioria dos países da América Latina sofrerá um processo de funcionalização. Onde a diferença cultural é grande e incontornável, a originalidade é deslocada e projetada sobre o conjunto da Nação. Onde a diferença não é tão ‘grande’ a ponto de constituir-se como patrimônio nacional, ela será folclorizada, oferecida como curiosidade aos estrangeiros. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 218)

A difusão e a consolidação do sentimento de pertença à comunidade nacional assim criada impôs ao Estado a necessidade de manter um amplo controle sobre os sistemas comunicacionais, para garantir a difusão de conteúdos em conformidade com a concepção de Nação que ele sustentava. Apresentando-se como porta-vozes da interpelação nacional, “o cinema, em alguns países, e o rádio, em quase todos, proporcionaram aos moradores das regiões e províncias mais diversas uma primeira vivência cotidiana da Nação” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 230).

Apesar de ter promovido a valorização da cultura e das etnias locais, o nacionalismo também almejava, em última instância, a superação do alegado “atraso” regional, mediante a incorporação dos países latino-americanos ao modo de vida das “nações modernas”. A formação de uma identidade nacional justificava-se na medida em que esta se apresentava como a porta de acesso para a modernidade:

[...] desejava-se ser uma Nação a fim de obter-se uma identidade, mas tal obtenção implicava sua *tradução* para o discurso modernizador dos países hegemônicos, porque só nos termos desse discurso o esforço e os êxitos eram avaliáveis e validados como tais. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 218)

Tal discurso assumiu novas feições em meados do século XX. Se, no primeiro momento, o nacionalismo tivera como eixo definidor da “modernidade” ou do “atraso” a concepção de Nação, nessa segunda etapa a idéia hegemônica foi o desenvolvimento: a partir da década de 60, o caráter “progressista” de um país passou a ser quantificado pelo crescimento econômico.

Neste contexto, a ampliação e a diversificação da produção industrial transformaram-se em prioridades nacionais. Empréstimos estrangeiros da ordem de bilhões de dólares foram

contraídos pelos governos locais com a finalidade de dinamizar o setor secundário da economia regional, implantando especialmente fábricas dedicadas à produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, televisão etc (CHASTEEN, 2001).

As indústrias instaladas em território latino-americano nesse período reproduziram, portanto, o modelo econômico das nações desenvolvidas, calcado na produção massiva de bens de consumo. Como consequência, elas também introduziram na região as bases da cultura consumista em voga no Primeiro Mundo, processo este que foi acompanhado de perto pela propagação midiática do estilo de vida dos países situados no centro do capitalismo: “o *estilo de vida* das nações desenvolvidas e ricas torna-se conhecido através de filmes, revistas, publicidade, folhetos etc, que são importados e introduzidos *livremente* pelos países dependentes” (GUARESCHI, 2001, p. 69).

Os meios de comunicação desempenharam, assim, um importante papel também nessa nova tentativa de superação do “atraso” latino-americano. Eles promoveram a massificação da demanda por bens de consumo, tentando, a partir da absorção das diferenças, unificar o público e o gosto cultural de acordo com os parâmetros ditados pelos países desenvolvidos. Tal tarefa coube especialmente a um veículo então nascente: a televisão.

Imagem plena da democratização desenvolvimentista, a televisão “realiza-se” na unificação da demanda, que é a única maneira pela qual pode conseguir a unificação do mercado hegemônico sem que os subalternos se ressintam dessa agressão. Se somos capazes de consumir o mesmo que os desenvolvidos é porque definitivamente nos desenvolvemos, e para além da porcentagem de programas importados dos Estados Unidos, e inclusive da imitação dos formatos de seus programas, o que nos afetará mais decisivamente será a importação do modelo norte-americano de televisão: este que não consiste apenas na privatização das redes [...] e sim na *tendência à constituição de um só público*, no qual estejam reabsorvidas as diferenças, a ponto de confundir o maior grau de comunicabilidade com o de maior rentabilidade econômica [...], a tendência a constituir-se num discurso que, para falar ao máximo de pessoas, deve reduzir as diferenças ao mínimo, exigindo o mínimo de esforço decodificador e chocando minimamente os preconceitos sócio-culturais das maiorias (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 250).

As provações vivenciadas pela região em função das dívidas externas contraídas durante esse período levaram à busca de uma nova alternativa para a modernização do

subcontinente. A partir do final dos anos 70, mas sobretudo na década de 80 (sob a propulsão das inovações tecnológicas e do aumento de rentabilidade dos países desenvolvidos), a globalização e o neoliberalismo afiguraram-se como o caminho emancipatório então almejado.

A ampliação dos fluxos informacionais e financeiros em âmbito global e a desregulamentação daí provenientes entregaram à livre mão de um mercado de dimensões planetárias boa parte dos poderes até então concentrados no Estado. Como consequência, o antigo vínculo existente entre Estado e Nação passou a ser ainda mais flexível. Destituído de grande parte de suas atribuições e obrigado a atuar em termos de injunções internacionais, o Estado perdeu a capacidade de ser o guardião da identidade nacional. Contribuiu para esse desfecho também a perda de poder sobre aquele que havia se tornado um dos mais importantes instrumentos de difusão informacional: os meios de comunicação, que também se tornaram transnacionais (CASTELLS, 1999).

Diante de um Estado com menor poder de interferência direta ou mesmo de regulação (inclusive sobre os conteúdos simbólicos), os indivíduos intensificaram então a busca por novas fontes de identificação coletiva. Os elementos nos quais a “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1991) havia se ancorado – a territorialidade, a nacionalidade e a etnia – cederam cada vez mais espaço a dois novos fatores articulatórios que sempre existiram, mas foram potencializados pela globalização: o consumo e os fluxos internacionais de bens simbólicos e materiais (FALABELLA, 2003). O livre acesso aos produtos industriais e culturais dos países desenvolvidos conduziram à incorporação de novos elementos estrangeiros e mercadológicos nas já historicamente hibridizadas identidades nacionais.

No mundo globalizado, portanto, há permanente deslocamento e reconstrução das fronteiras da identidade nacional - processo que conduz a um incremento da colonização

cultural dos países situados na periferia do capitalismo, a uma subordinação de seus elementos simbólicos tradicionais às culturas “superiores”.

Essa nova sociedade planetária, gestada pela força da revolução tecnológica e industrial, através dos meios de comunicação e, mais recentemente, da Internet e sua ação hipermediática, está promovendo um outro tipo de colonização que afeta principalmente os países periféricos. Nesse tempo de identidades instáveis, a globalização da cultura propõe a exclusão das diferenças que apenas sobrevivem se integradas ao discurso do centro, atendendo aos interesses de mercado [...] O Dia dos Mortos, celebração nacional mexicana, [por exemplo] passa por um processo de hibridização, em que há a incorporação de elementos estrangeiros e modernos do *Halloween* que, por sua vez, é uma festa norte-americana. Caveiras tradicionalmente feitas de açúcar passaram a ser feitas com chocolate que é uma guloseima própria do Dia das Bruxas, nos Estados Unidos. “Não se trata de uma simples ‘importação’ de bens de consumo estrangeiros, mas de sua incorporação ao imaginário” (FALABELLA, 2003, p. 118-119).

Assim como nos primeiros momentos da história do subcontinente, portanto, os discursos sobre a natureza e sobre o modo de “ser” tipicamente latino-americanos ainda são associados, por segmentos consideráveis da própria população que constitui a América Latina, a uma forma cultural degradada que, para se modernizar, deve inevitavelmente imitar o estilo de vida dos países desenvolvidos.

1.3 O “atraso” na representação identitária da política latino-americana

Apesar de ter sua gênese associada às diferenças étnicas e culturais, o discurso estereotípico sobre o latino-americano impregna também outros sistemas simbólicos que procuram dar conta das especificidades regionais. Este é o caso da esfera política, na qual formações típicas do continente (vide a experiência populista) são tachadas por representantes da visão hegemônica – da qual o liberalismo configura a posição modal - como práticas inevitavelmente tributárias do “atraso”.

Versão política da idéia de Progresso discutida na seção anterior, o liberalismo prega o estabelecimento do Estado de Direito, formação institucional concebida pelos movimentos

burgueses dos séculos XVII e XVIII, com base em teorias filosóficas iluministas que apregoavam a existência de liberdades humanas naturais anteriores a qualquer estrutura social - as teorias jusnaturalistas (BOBBIO, 1992).

Em clara oposição ao sistema monárquico, caracterizado pelo absolutismo do príncipe e pela reserva de privilégios à nobreza, o Estado de Direito constituiu-se como uma organização social individualista, na qual todos os cidadãos são considerados detentores de liberdades que os tornam iguais perante as leis e limitam os poderes estatais. Trata-se, portanto, de um regime político que tem como cerne o estabelecimento de direitos humanos individuais:

[...] a afirmação dos direitos do homem deriva de uma radical inversão de perspectiva, característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos: relação que é encarada, cada vez mais, do ponto de vista dos direitos dos cidadãos não mais súditos, e não do ponto de vista dos direitos do soberano, em correspondência com a visão individualista da sociedade, segundo a qual, para compreender a sociedade, é preciso partir de baixo, ou seja, dos indivíduos que a compõem, em oposição à concepção orgânica tradicional, segundo a qual a sociedade como um todo vem antes dos indivíduos (BOBBIO, 1992, p. 4)

A formação do Estado liberal conduziu ao estabelecimento dos direitos civis, concebidos com a finalidade de limitar o poder do Estado, reservando ao indivíduo uma esfera de liberdade em relação às instituições vigentes, e dos direitos políticos, cuja finalidade precípua era garantir o exercício individual do poder em um novo modelo governamental: a democracia liberal.

Na América Latina, a adoção de tais princípios foi apenas parcial. Ela se restringiu à implantação da institucionalidade prevista pelo novo modelo (formação de repúblicas, elaboração de constituições, realização de eleições etc). A igual liberdade dos cidadãos e a democratização da participação política preconizadas por esses instrumentos foram, de início, negadas a grande parte da população. Apenas um pequeno grupo teve acesso a elas: as elites agrárias.

O alcance desses direitos foi limitado pela persistência de antigas relações sociais e econômicas. A América Latina continuava a ser constituída por países agrários, divididos em latifúndios cuja produção dependia, em grande medida, de escravos. Até o século XIX, vigorava na região um sistema de trabalho que, ao contrário do já aplicado na Europa, não se baseava na liberdade dos trabalhadores e na racionalização produtiva.

A rígida hierarquização das sociedades advinda desse sistema impediu a aplicação efetiva da igualdade legal entre todos os cidadãos latino-americanos. A herança das relações sociais servis entre senhores e escravos, associada à grande propriedade agrária, impôs limites às liberdades civis e econômicas dos cidadãos e praticamente lhes negou a possibilidade de participação política autônoma.

Por conseguinte, a formação dos Estados latino-americanos foi marcada por um paradoxo:

dominação das elites agrárias e ideologia liberal, conteúdo oligárquico e formas democráticas – eis uma das raízes do Estado latino-americano. Como se sabe, nas linhas do desenvolvimento político europeu o liberalismo confere ao Estado seus fundamentos doutrinários como Estado de direito, democrático e nacional, isto é, para todos os cidadãos. Os padrões oligárquicos, pelo contrário, tendem a restringir a participação política aos membros de uma “elite” vinculada à grande propriedade da terra ou àqueles setores que poderiam assimilar-se a ela (WEFFORT, 2003, p.122).

Modernas formações sociais e políticas mesclaram-se, assim, a princípios por elas combatidos. Repúblicas regidas por constituições e renovadas periodicamente por intermédio de eleições passaram a conviver com práticas contrárias ao liberalismo. Uma vez no poder, os liberais deixaram de lado as idéias que os haviam inspirado nas lutas pela Independência, transformando a democracia em um aspecto secundário do Progresso.

Interessava-lhes, em primeiro lugar, o desenvolvimento material da sociedade, que passou a ser buscado não por intermédio de

[...] uma política de massa, mas [de] um governo ‘científico’ dos supostamente ‘melhores e mais brilhantes’ da nação, que correspondiam, na maioria dos casos, aos mais ricos e mais brancos. A filosofia que justificava esse governo era o *positivismo*,

uma doutrina social francesa que prescrevia o remédio autoritário para alcançar a ordem e o progresso e transformava as normas européias em padrões universais (CHASTEEN, 2001, p. 159).

O liberalismo adquiriu, assim, feições particulares no continente. Enquanto na Europa o ideal da liberdade encontrava-se associado à democratização⁵ da sociedade, o desinteresse das elites regionais em desenvolver uma estrutura institucional capaz de atender as demandas das massas promoveu a dissociação entre os dois termos na América Latina.

Como consequência, democracia passou a ser sinônimo de anti-liberalismo na região (LACLAU, 2006) e, na perspectiva liberal, o par antinômico do “progresso”: o “atraso”. É o que atesta a visão liberal acerca dos regimes de perfil democrático-popular que sucederam o Estado liberal-oligárquico. Com o epíteto de populismo, experiências como o peronismo e o varguismo enquadram-se nesta classificação.

Resultado de uma série de transformações sociais e econômicas que culminaram com a crise do modelo liberal-oligárquico, o populismo caracterizava-se como um Estado de compromisso entre diferentes classes dirigentes destituídas de poder representativo, que só adquiriu legitimidade com a incorporação de um novo ator político: as massas populares formadas pelos processos de industrialização e urbanização (WEFFORT, 2003).

Essa diversidade de agentes sociais implicados nos governos populistas produziu significativas alterações no sistema de poder. Para atender as diversas classes que passara a representar, o Estado teve que se erigir como instância suprema. Ele não pôde mais se submeter incondicionalmente aos anseios particularistas de uma classe, como fizera outrora. Foi-lhe necessário gozar de autonomia para decidir e implementar mudanças na estrutura sócio-econômica.

⁵ Laclau (2006) lembra que, no início do século XIX, o termo democracia era dotado de uma conotação pejorativa na Europa. Mas, após as revoluções burguesas, ele se tornou um elemento indissociável da visão liberal.

A implantação dessa nova institucionalidade provocou uma ruptura radical em relação ao antigo regime. O limitado liberalismo, vigente no período anterior, foi suplantado por um sistema democrático-popular de caráter anti-liberal. Emergiu na América Latina um modelo de Estado com feições particulares:

nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí está uma das raízes da sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro, sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam (WEFFORT, 2003, p. 78).

O sistema político emergente promoveu a inserção das massas na sociedade urbana a partir de uma relação paternalista. Nele, o Estado arrogou para si o papel de representante das classes populares e passou a realizar mudanças na estrutura econômica e social que implicaram a concessão de uma série de direitos aos moradores da cidade.

Desta forma, estabeleceu-se na região uma democracia anti-liberal, na qual a conquista de direitos geralmente não advinha da luta social, mas de uma “doação” do Estado. Tratava-se, portanto, de um sistema de governo que estabelecia uma relação direta entre Estado e massas, no qual “todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos” (WEFFORT, 2003, p.57).

Essa incorporação política das massas realizada “de cima” aparece nas teorias sociológicas latino-americanas de viés liberal como uma variante da dicotomia atraso/progresso utilizada na classificação da etnia e da cultura regionais. Adotando como parâmetros supostamente objetivos de desenvolvimento democrático os rumos assumidos pelas classes operárias da Europa e dos Estados Unidos, os representantes dessa vertente ideológica interpretavam a particularidade política latino-americana como uma “aberração” provocada pelos “desequilíbrios” e pelas “irracionalidades” provenientes da situação de “atraso” da região em relação às nações “modernas”.

As diferenças observadas em terras latino-americanas eram, então, imbuídas de sentidos negativos. A inserção das massas no sistema político via populismo era vista como resultado da “inexperiência democrática” ou da “inexperiência de classe”: a anormalidade do processo derivava da inexistência, entre as massas urbanas, de uma consciência de si enquanto classe social e de um histórico de lutas em defesa de interesses próprios (WEFFORT, 2003).

Implícita a essa visão encontra-se uma hipótese que reitera o discurso do “atraso” latino-americano: a suposição segundo a qual a ausência de organização da classe operária resultava dos tardios processos de industrialização e urbanização. Para os teóricos liberais, a rápida incorporação de classes populares de origem agrária ao sistema industrial implantado na América Latina, com considerável defasagem em relação aos centros desenvolvidos, impossibilitou o desenvolvimento das experiências sindical e partidária vivenciadas pelos trabalhadores industriais europeus e norte-americanos no auge dos movimentos operários e socialistas. Como consequência,

[...] as classes populares portadoras de tradições agrárias e recém-incorporadas à vida urbana, sem experiência de classe e sem experiência política, estariam “disponíveis” para a manipulação, “desviando-se” das formas de comportamento político que “teoricamente” seriam adequadas à sua situação de classe (WEFFORT, 2003, p. 152)

Apesar dessa roupagem historicista, a visão liberal sobre o populismo corrobora o sentido do “atraso” como uma característica essencialmente latino-americana. Em primeiro lugar, por conceber a experiência política da qual este sistema democrático-popular se distancia como um padrão objetivo de desenvolvimento - ao adotar essa perspectiva, o discurso liberal sobre o populismo encobre as relações de poder e a ideologia subjacentes às representações identitárias por ele engendradas, tendendo a apresentar o “atraso” e o “progresso” como atributos naturais do anti-liberalismo e do liberalismo, respectivamente.

Em segundo lugar, porque, no fundo, ela apresenta o “atraso” populista como um atributo decorrente de uma suposta característica essencial das classes populares (e, por

extensão, do próprio povo da região): a sua condição de seres situados em um estágio anterior de desenvolvimento humano, cujo padrão é ditado pela cultura hegemônica, de matriz europeizante.

Esse discurso subjacente adquire evidência na apropriação da visão liberal comumente realizada pelas elites locais. Ao caracterizar o populismo, tal classe, que se sentia representante do modelo “civilizatório/racional” ditado pela cultura e pela ideologia hegemônicas, recorria sobretudo ao argumento da “incivilidade/irracionalidade” do povo.

Subtextualmente, elas defendiam a tese de que os peculiares contornos assumidos pela política regional derivavam de características intrínsecas aos seres aqui residentes. “Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o como puder” (WEFFORT, 2003, p. 24), aconselhava um liberal a quem desejasse obter êxito político no modelo democrático-popular.

Diante dessas considerações, pode-se afirmar que a visão política liberal sobre a experiência democrático-popular típica à região reverbera a idéia essencialista de que “o latino-americano é assim, atrasado”, subjacente a diversas representações identitárias sobre os caracteres étnicos e culturais dos povos nativos, engendradas durante praticamente toda a história do subcontinente, com base em valores culturais e ideológicos hegemônicos.

Neste quadro interpretativo é que o presente trabalho sustenta a hipótese de que o discurso essencializador do “atraso” latino-americano reside, subliminarmente, em representações midiáticas acerca dos governos latino-americanos que contemporaneamente assumem um caráter anti-liberal – representados aqui pela administração de Hugo Chávez .

A escolha do governo venezuelano como objeto da análise ora proposta justifica-se em função de sua proeminência na guinada que vem sendo empreendida por vários países latino-americanos em relação aos rumos liberais hegemonicamente assumidos pelas nações centrais

e em virtude das particularidades de seu governo em relação às administrações regionais de similar natureza.

Chávez foi o primeiro dos presidentes latino-americanos que, na última década, ascenderam ao poder apresentando-se como uma alternativa ao modelo neoliberal. Sua vitória insere-se em um contexto no qual a prosperidade experimentada pela Venezuela na década de 1970 com os êxitos da economia petroleira viu-se definitivamente interrompida pela adoção de uma série de medidas de abertura e desnacionalização econômicas empreendidas por Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera entre 1989 e 1997, seguindo o receituário proposto pelo Fundo Monetário Internacional (MARINGONI, 2004).

A derrocada econômica protagonizada por esses personagens, vinculados respectivamente aos partidos Ação Democrática e Copei⁶, provocou o descrédito do sistema político que vigorara no país durante 40 anos. Representado pelo Pacto de *Punto Fijo* (assinado em 1958), este consistia em uma aliança entre as duas legendas, efetuada com o propósito de acomodar diferentes frações da classe dominante no poder e manter o povo à distância da esfera política. Tratava-se, portanto, de um sistema oligárquico, calcado sobretudo nas benesses do petróleo.

A crise política assim instaurada abriu caminho para a emergência de um governante desvinculado da aliança política e que propusesse alterações no percurso iniciado pelos últimos presidentes. Neste contexto, Chávez se elegeu com uma plataforma de intenções na qual eram apontados como principais problemas a serem combatidos por seu governo a pobreza e a desnacionalização.

Após sua ascensão ao poder, uma série de medidas que se encaminhavam nesse sentido foram adotadas. Chávez aprovou, no primeiro ano de mandato, uma Constituição que

⁶ Apesar de ter rompido com o Copei às vésperas da eleição e ter se lançado por uma coalização de 17 partidos pequenos, Rafael Caldera ajudou a fundar a legenda e a ele esteve ligado por quase meio século.

centralizou poderes nas mãos do Executivo, ampliou e atualizou direitos humanos. Dois anos depois, em 2001, ele promulgou 49 leis que desferiam um duro golpe contra a oligarquia venezuelana, promovendo, por exemplo, a centralização do controle da atividade petroleira e a redução da autonomia da companhia estatal Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA), considerada um verdadeiro “Estado dentro do Estado” (MARINGONI, 2004).

O governante promoveu, ainda, uma série de estatizações em setores como o comércio, as telecomunicações (CHÁVEZ ..., 2008a), as indústrias petroleira (MARINGONI, 2004; MAIS ..., 2008) e de cimento (CHÁVEZ ..., 2008b). E, recentemente, ele propôs duas vezes (em 2007 e em 2009) reformas constitucionais destinadas a centralizar mais poderes no Estado, especialmente no Executivo, e a ampliar direitos e poderes dos cidadãos.

Essas e outras ações, reveladoras do caráter anti-liberal do governo venezuelano, são por vezes revestidas de um conteúdo peculiar: o ideário que rege Hugo Chávez, por ele denominado bolivarianismo. Supostamente baseando-se nas idéias de Simón Bolívar, líder da independência da Venezuela e de outros países latino-americanos, o presidente venezuelano dá a seu anti-liberalismo uma roupagem anti-imperialista exacerbada.

Fazendo eco à voz de seu ídolo, Chávez prega a afirmação não só da particularidade venezuelana, como também da latino-americana⁷, em detrimento daquilo que ele apresenta como submissão aos anseios e modelos coloniais – para ele, personificada principalmente nas imposições do império norte-americano. Em outras palavras, o anti-liberalismo chavista assenta-se sobre um discurso centrado na valorização do que é próprio à América Latina.

Por todas essas razões – a instauração de um anti-liberalismo democrático-popular que se opõe a um sistema oligárquico até então vigente e às imposições culturais e ideológicas hegemônicas – acredita-se que as críticas da grande imprensa à administração chavista sejam

⁷ Chávez faz da unificação latino-americana uma de suas principais bandeiras contra o imperialismo, como atesta, por exemplo, a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) com a finalidade de se opor à Alca, área de livre comércio do continente americano concebida pelos Estados Unidos.

um espaço privilegiado para verificar se, na atualidade, estes textos apresentam-se como portadores de um discurso que estereotipiza o latino-americano como um ser naturalmente “atrasado”.

Como, na base das construções/reconstruções identitárias, encontram-se sistemas de representação que desempenham importante papel na construção da realidade social – a arte, a religião, a organização do espaço social, a arquitetura, o vestuário, as teorias políticas etc -, o desvelamento dos sentidos associados a tal governo deve passar pela análise dos produtos engendrados por sistemas simbólicos que assumem centralidade na conformação social contemporânea.

Embora ainda sejam relevantes nos processos de significação do mundo, sistemas como os mencionados compartilham, na atualidade, seu poder de construção da realidade com outro dispositivo simbólico: os meios de comunicação de massa. Estes, por intermédio da atividade jornalística, permitem aos indivíduos ter acesso a uma realidade de dimensões planetárias e, por conseguinte, configuram e sugerem-lhes representações identitárias sobre si e sobre o Outro.

Em virtude dessa posição de destaque adquirida pelo jornalismo na construção de posições de sujeito é que o presente trabalho propõe-se a analisar o noticiário político produzido por meios de comunicação latino-americanos supostamente vinculados à ideologia hegemônica, com o intuito de verificar se o discurso estereotípico do “atraso” latino-americano também subjaz às construções identitárias sobre a experiência anti-liberal vivenciada pela região nos últimos anos.

Para respaldar essa investigação, o capítulo seguinte empreende uma explanação sobre o jornalismo, apresentando-o como uma atividade de construção social da realidade – e, por conseguinte, de representações identitárias. Procura-se desvelar seus processos de atribuição

de sentido ao mundo, e à esfera política em particular, evidenciando em que medida estes facilitam a produção de discursos estereotípicos.

2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO / REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DE UMA NAÇÃO

Desde os primórdios de sua existência, o jornalismo caracteriza-se como uma atividade geradora de representações coletivas sobre o mundo político. Por intermédio dele, as ações empreendidas pelos Estados adquiriram publicização e tornaram-se objeto de discussão na esfera pública – que, em grande medida, foi constituída com o auxílio do próprio jornalismo (HABERMAS, 1984).

A simultaneidade com que o consumo e o debate das informações geradas pela imprensa passaram a ser realizados pelos cidadãos pertencentes a uma mesma unidade territorial ajudou a forjar a idéia de uma comunidade imaginária que assumiu grande relevância na sociedade moderna: a Nação (ANDERSON, 1991).

Em um primeiro momento, tais representações foram engendradas por indivíduos e grupos que se guiavam primordialmente por posições políticas e circunscreviam sua atividade publicizadora especialmente ao âmbito local / nacional. Com a introdução das técnicas industriais e comerciais nos processos de produção noticiosa, no entanto, o conteúdo jornalístico passou a ser gerado sobretudo por empresas que, interessadas na obtenção de lucro, desenvolveram supostos métodos de objetivação informativa e ampliaram o raio de abrangência dos noticiários, cobrindo também as ações políticas de outras nações (HABERMAS, 1984).

Desta forma, representações identitárias sobre a esfera política de um país passaram a ser gestadas cotidianamente não só por veículos atuantes no âmbito nacional, como também por empresas jornalísticas situadas em outros territórios. As ações empreendidas pelas

instituições políticas de um determinado Estado tornaram-se objeto de (re)construções simbólicas não apenas da imprensa nacional; elas também começaram a ser imbuídas de significado por meios de comunicação imersos em uma realidade adversa.

Com a finalidade de possibilitar a compreensão dos processos de construção / reconstrução de representações identitárias abertos por esse contexto, o capítulo em questão discorre sobre o modo como o jornalismo estrutura a realidade, especialmente as ações concernentes às esferas política nacional e internacional, e atribui aos acontecimentos sentidos que adquirem o *status* de conhecimento socialmente partilhado.

Nesta explanação, as teorias jornalísticas de viés construcionista despontam como referenciais teóricos fundamentais. Em primeiro lugar, por conceberem a produção noticiosa não como um espelho que reflete fielmente a realidade, mas sim como uma construção simbólica influenciada por fatores organizacionais, profissionais e sociais. Em segundo lugar, por sustentarem a tese de que os meios de comunicação ultrapassam o simples aspecto técnico, consistindo em instituições dotadas de uma autonomia relativa frente às demais forças sociais.

A abordagem sobre as rotinas de produção noticiosa é realizada especialmente com o respaldo da teoria estruturalista, pois esta considera a estrutura social relevante na construção midiática da realidade e, por conseguinte, identifica a reprodução da cultura e da ideologia hegemônicas como um aspecto primordial do discurso jornalístico - fatores que permitem vislumbrar os veículos de comunicação como agentes potencialmente capazes de reiterar em seu noticiário o discurso estereotípico do “atraso” político latino-americano.

2.1 Jornalismo e construção de representações identitárias

Os processos de industrialização e urbanização iniciados no século XVIII imprimiram um novo ritmo à vida social. As atividades cotidianas começaram a ser reguladas pela cadência acelerada de um novo instrumento de medição temporal: o relógio. Estudo, trabalho, lazer e descanso passaram a ser momentos públicos e privados demarcados com precisão pelo movimento constante e ininterrupto das horas (FRANCISCATO, 2005).

A vivência em uma sociedade com tais contornos conduziu à consciência do tempo presente. Os moradores das cidades nascentes depararam-se com uma nova necessidade: conhecer o “agora”. Dessa demanda, emergiu uma “cultura do presente”, na qual práticas sociais e gêneros discursivos procuravam orientar a nova vida em sociedade.

A articulação entre a necessidade cognitiva imposta pelo momento e a aquisição de um contorno institucional capaz de prover informações com regularidade e rapidez – aspectos aperfeiçoados ao longo do tempo pela incorporação de novos inventos tecnológicos - transformou o jornalismo em um importante instrumento de difusão de informações sobre a atualidade.

Características intrínsecas à atividade, como a periodicidade e o interesse pelo novo, ajudaram a suprir as novas demandas sociais, contribuindo para a persistência da “cultura do presente”. E, como consequência da consolidação desse novo modo de experienciar a realidade, o próprio jornalismo se firmou como prática social geradora de informações sobre o presente.

Foi, portanto, desse círculo virtuoso que floresceu uma das principais características definidoras do jornalismo: a atualidade.

A atualidade jornalística é uma das razões de ser do jornalismo, pois ela se constrói e se consolida numa prática e num discurso com sentido temporal e destinado a mostrar não haver um desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. A ‘atualidade’ é uma categoria construída prática e

reflexivamente no jornalismo para afirmar a existência, nas estruturas internas e elementares de cada notícia, de uma relação de identidade temporal entre o evento e o relato produzido sobre ele – mesmo que esta promessa não seja exatamente cumprida (FRANCISCATO, 2005, p.99-100).

A prática de eliminar a distância temporal entre os acontecimentos reais e os fatos noticiosos, simulando uma correspondência entre a ocorrência do fenômeno e sua percepção pelos indivíduos, confere ao jornalismo o *status* de gênero de conhecimento. Isso porque existe aí a mediação de um processo técnico e racional sistematizado, destinado a reconstruir os fenômenos de acordo com determinadas premissas antes de apresentá-los ao leitor / ouvinte / telespectador - processo esse inexistente na apreensão direta do mundo.

O conhecimento gerado pelo jornalismo calca-se na categoria filosófica do singular, entendida como “[...] uma experiência de modo mais ou menos direto” (GENRO FILHO, 1987, p.80), que ocorre na atmosfera de uma imediaticidade compartilhada. Assim, ao contrário da ciência, que visa à universalidade de conceitos e idéias, o jornalismo centra-se nos aspectos mais imediatos e específicos de um fenômeno.

Isso não implica dizer, contudo, que ele exclui as demais categorias filosóficas de conhecimento: a particularidade, que se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, constituída na atividade social; e a universalidade, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais. As três dimensões são indissociáveis, o que ocorre é o predomínio de uma delas sobre as demais. Neste caso,

[...] o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e à universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e pelo universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p. 81-82).

Tal conhecimento constrói-se, portanto, a partir da associação entre revelação e atribuição de sentido ao real: além de evidenciar as relações objetivas de um evento, evocando sua singularidade, o jornalismo cria relações e significações no ato de produção, recorrendo às categorias da particularidade e da universalidade. Implícita a essa concepção encontra-se uma visão construcionista do jornalismo, que se opõe à visão da atividade como um espelho do mundo real, por diferentes motivos:

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *mass media* noticiosos que devem “refletir” essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores [...] (TRAQUINA, 2005b, p. 168-169).

Deve-se ressaltar que o paradigma da notícia como construção não pressupõe a produção de um conteúdo ficcional. As notícias não são por ele concebidas como uma criação arbitrária, regida pela livre imaginação do jornalista, mas sim como o resultado da escolha dos fatos e dos aspectos da realidade dignos de serem reportados, da saliência de determinadas informações em detrimento de outras, em suma, da aplicação de certas convenções narrativas que definem a forma como os acontecimentos chegam ao público.

A proeminência dos meios de comunicação na difusão de informações sobre a atualidade de um mundo de dimensões planetárias faz com que as seleções e as hierarquizações empreendidas pelo jornalismo acabem por definir a própria realidade: “[...] fora o que é imediatamente palpável, tangível, são consideradas ‘reais’ apenas coisas, acontecimentos, pessoas e relações que se oferecem a nós na compilação da atualidade midiática e/ou nos repertórios pelos quais tal atualidade invade o mundo da vida.” (GOMES, 2004, p. 326). Ao menos do ponto de vista cognitivo, a realidade e a atualidade midiática tornam-se coincidentes: “o real é o midiático e o midiático é o real” (GOMES, 2004, p. 326).

A recepção simultânea⁸ da realidade assim construída transforma as questões e os problemas suscitados pelos meios de comunicação em focos de atenção e discussão social. O noticiário cotidianamente veiculado pelo jornalismo define a agenda de assuntos sobre os quais cada cidadão deve pensar e debater em ambientes de vivência coletiva (WOLF, 2005; MIGUEL, 2002). Criam-se, assim, laços sociais entre um público amplo e disperso, que passa a realizar ações coordenadas de leitura e atribuição de sentidos aos acontecimentos.

A simultaneidade que o jornalismo produz é, então, um dos modos a fazer com que um corpo social (uma parte dele, pelo menos) supere estados de atomização social e seja estimulado a agir de forma minimamente coordenada, não somente nas ações, mas nas concepções e valores sobre os eventos descritos nos jornais e outros, ausentes das páginas jornalísticas, mas correlatos em características básicas com aqueles noticiados. Esta simultaneidade é fundamentada pela construção gradativa de valores e concepções sobre as coisas e eventos sociais, seja a partir das formas narrativas e os valores imbricados no texto e no trabalho do repórter, seja nos modos como as pessoas irão reagir publicamente a essa leitura (FRANCISCATO, 2005, p. 133).

A formação de sentidos compartilhados propiciada pela simultaneidade jornalística contribui, assim, para a construção cotidiana de um sentido sócio-cultural sobre a realidade que repercute diretamente nas representações identitárias. Na medida em que determinadas concepções sobre os eventos, as ações e os indivíduos imersos em uma realidade se formam e se consolidam, por intermédio dos meios de comunicação, no imaginário coletivo de um determinado grupo social, este passa a ver a si e aos outros como posições de sujeito dotadas de características peculiares e, por vezes, até essenciais.

Neste processo de fixação de sentidos, desempenha um importante papel o modo institucionalizado como o jornalismo estrutura a realidade e imbui os acontecimentos de significação, assunto discorrido na seção subsequente.

⁸ Franciscato (2005) define a simultaneidade como um fenômeno complexo, no qual eventos de ocorrência concomitante estabelecem relações culturais ou sociais coordenadas, articuladas ou idênticas em um tempo comum.

2.2 O estereótipo como estrutura discursiva do processo de construção da notícia

A teoria estruturalista do jornalismo sustenta que o modo de existência midiática dos acontecimentos é resultado de um processo social no qual estão envolvidos os seguintes fatores, que extrapolam os aspectos manifestos dos acontecimentos: a organização burocrática dos meios de comunicação, a cultura jornalística e o momento de “construção” da notícia, que envolve um processo de “identificação e contextualização” dos acontecimentos.

No que diz respeito à organização burocrática da mídia informativa, assumem importância na conformação da realidade jornalisticamente construída três fases de produção noticiosa, que dão lugar a certas rotinas institucionalizadas e a processos de trabalho comuns: a captação de materiais, na qual as fontes desempenham um papel relevante; a seleção de informações e notícias, processo presente em todo o ciclo de trabalho jornalístico; e a apresentação das notícias, caracterizada pela adequação dos acontecimentos ao formato jornalístico (WOLF, 2005).

Ao longo de toda essa cadeia, intervém um outro fator decisivo na construção de uma notícia: a cultura jornalística. Os jornalistas fazem parte de uma comunidade guiada por valores e interesses próprios e composta por elementos culturais que fornecem um modo específico de ser/estar, agir, falar e, principalmente, de ver o mundo. Eles se afirmam como membros de uma “comunidade interpretativa” que adota critérios particulares para compreender o mundo (TRAQUINA, 2005a).

Um elemento central dessa cultura jornalística são os critérios de noticiabilidade. Também conhecidos como valores-notícia, eles consistem em uma série de avaliações acerca dos acontecimentos e das qualidades do produto informativo final realizadas pelos jornalistas

ao longo de todo o processo de produção noticiosa. Trata-se, portanto, de critérios que presidem não só a seleção dos acontecimentos e aspectos destes passíveis de serem noticiados, como também a apresentação dos fatos jornalísticos (TRAQUINA, 2005a).

Os valores-notícia consistem em uma rotina na qual novidade e continuidade encontram-se imbricados. Isto porque o trabalho jornalístico de identificar e apresentar o “novo”, o atual, é regido por padrões estáveis e previsíveis de determinação dos eventos passíveis de serem noticiados: “[...] o jornalismo desenvolveu modos de incorporar e operacionalizar este reconhecimento e nomeação do ‘novo’ em um processo rotineiro e padronizado, o que permitiu a formação de um conjunto de referências estáveis sobre as características de um evento noticiável” (FRANCISCATO, 2005).

À estabilidade dos critérios de escolha e estruturação dos fatos subjazem valores hegemônicos. Os valores-notícia são um “código ideológico” (HARTLEY, 1982 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 86) por trás dos quais encontram-se noções consensuais sobre o funcionamento da sociedade, que ajudam a marcar as fronteiras entre o “normal” e o “desvio” (HALL, 1984 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 86). Por intermédio deles, os *media* “[...] desempenham o papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apóiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima” (HALLIN, 1986 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 87-88).

A distinção entre comportamentos normais e desviantes empreendida pelo jornalismo a partir da aplicação dos valores-notícia contribui para a construção de uma visão dicotômica da realidade:

devido aos valores-notícia de construção, como por exemplo a simplificação, e os valores-notícia de seleção, como por exemplo o conflito, a maneira de ver dos membros da tribo jornalística privilegia uma visão bipolar – o mundo é estruturado em pólos opostos: o bem e o mal, o pró e o contra, etc. (TRAQUINA, 2005a, p. 47-48)

A denúncia das transgressões aos valores hegemônicos a partir do estabelecimento de oposições como essas confere ao jornalismo o papel de juiz de valores. Ele acaba por classificar as pessoas, as ações e os eventos noticiados de acordo com imagens pré-concebidas, com estereótipos sociais que o impedem de captar os fatos em sua complexidade e peculiaridade: “[...] o clichê constrói antecipadamente a notícia: jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)”⁹. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 109)

A estereotipização dos fenômenos sociais decorrente desse processo de seleção e estruturação dos fatos jornalísticos é reforçada por outras duas rotinas de construção noticiosa: a “identificação” e a “contextualização”, momentos em que ocorrem a designação dos fatos, o relacionamento destes com outros acontecimentos e a sua inserção em um quadro de significação familiar ao público; em suma, a transformação dos acontecimentos em assuntos significativos.

O processo jornalístico de atribuição de sentidos é mediado por “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais que, por incorporar e refletir valores comuns, formam a base de uma sociedade.

Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo *já* está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL et. al, 1993, p. 226).

⁹ Embora não esteja evidente nessa citação – razão pela qual ela se mostrou pertinente para esse trabalho – Marcondes Filho concebe o jornalismo como uma atividade que distorce a realidade com o intuito de manter o *status quo*. Deve-se deixar claro que tal perspectiva não é compartilhada aqui. A presente pesquisa assenta-se sobre pressupostos construcionistas, que não aceitam a possibilidade de o jornalismo atuar como um espelho da realidade, seja refletindo-a perfeitamente ou distorcendo-a.

Ao se respaldarem em “mapas de significado”, portanto, os meios de comunicação reforçam e ajudam a consolidar consensos sociais. Do ponto de vista cultural mais amplo, tal fenômeno é tido como essencial, dado que a comunicação e as relações sociais só são possíveis quando há o compartilhamento de um mesmo repertório simbólico. No entanto, esse fato cultural básico tem sido elevado a um nível ideológico. Por intermédio dele, os meios de comunicação têm ajudado a difundir uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida pela cultura ou “sistema central de valores”.

Porque ocupamos a mesma sociedade e pertencemos mais ou menos à mesma “cultura” supõe-se que haja, basicamente, uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida por o que é algumas vezes chamada a cultura, ou (por alguns sociólogos) o “sistema central de valores”. Esta perspectiva nega quaisquer discrepâncias estruturais importantes entre os diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade (HALL et. al., 1993, p. 226).

A construção noticiosa é, assim, um processo fortemente influenciado pelo âmbito cultural, no qual visões e concepções hegemônicas sobre os acontecimentos e os sujeitos sociais tendem a ser apresentadas como um retrato universal da realidade. Por conseguinte, a compreensão de todo e qualquer noticiário produzido por membros da comunidade interpretativa jornalística deve levar esse fator em consideração.

No que diz respeito à cobertura política realizada pela grande imprensa, tal reflexão deve ser complementada por aspectos especificamente relacionados à produção contemporânea do noticiário político, descritos na seqüência.

2.3 Jornalismo político na mídia massiva

O declínio do jornalismo político-literário, predominante na época de afirmação da burguesia enquanto classe social hegemônica, e as simultâneas emergência e consolidação dos meios de comunicação de massa provocaram alterações significativas nas relações entre política e jornalismo. De instrumento submetido aos interesses de grupos político-partidários ou mesmo do Estado, os veículos de comunicação transformaram-se em uma esfera dotada de relativa autonomia e anseios próprios. Desempenharam papel decisivo nessa mudança três fatores relacionados: a comercialização da informação jornalística, a profissionalização do setor e a associação da atividade aos preceitos liberais.

A introdução de inovações tecnológicas na produção noticiosa, com a finalidade de viabilizar a impressão de jornais em quantidades massivas, impôs aos meios de comunicação a necessidade de vender seu produto final para se auto-financiar. A atividade jornalística precisou aderir ao modelo de empresa capitalista, transformando a notícia em mercadoria, para expandir suas atividades.

O valor de uso do jornal - o consumo das informações nele contidas pelo público leitor, finalidade primordial do jornalismo na fase de afirmação política burguesa - cedeu espaço a uma nova dimensão: o valor de troca, a venda da informação (MARCONDES FILHO, 1986). Para os proprietários dos meios de comunicação, então revertidos em empresários, o lucro adquiriu uma importância capital e o valor de uso transformou-se em um meio para a realização do valor de troca.

A obtenção desse último passou a depender de dois mercados, o dos leitores e os dos anunciantes, “[...] que na verdade não passam de um só: o comprador do espaço publicitário

estará visando ao mesmo público, à faixa de leitores do jornal à qual ele pretende ter acesso” (MARCONDES, 1986, p. 26). Tendo em vista que os ganhos auferidos com a publicação de anúncios consistia no principal sustentáculo da atividade jornalística massiva, o que os proprietários da imprensa nascente passaram a realizar, em última instância, foi a venda da “[...] mercadoria ‘atenção pública’ ou ‘audiência’ aos anunciantes” (GOMES, 2004, p. 51).

A interdependência entre as duas clientelas fez com que o atendimento dos anseios informativos de um público leitor amplo e diversificado despontasse como uma etapa fundamental para a manutenção e/ou a conquista de novos anúncios. Os veículos precisavam oferecer notícias úteis a um grande público para tornar sua mercadoria atraente aos olhos dos anunciantes.

Dessa demanda, emergiu uma nova concepção de notícia. A opinião, até então considerada um elemento-chave do jornalismo, foi dissociada dos fatos e relegada a segundo plano no noticiário cotidiano. A política, que consistia no foco central da produção noticiosa empreendida até o momento, teve que dividir espaço com outras esferas de interesse social (GOMES, 2004; TRAQUINA, 2005b).

A transformação do jornalismo em negócio possibilitou, portanto, sua relativa autonomização em relação à esfera política. A partir de então, ele deixou de ser um mero instrumento a serviço das disputas de poder, constituindo-se em uma esfera comunicacional independente para tratar de assuntos diversos.

A autonomia assim conquistada foi reforçada pela profissionalização do setor. Em concomitância com as mudanças percorridas, o jornalismo desenvolveu métodos de trabalho específicos e instaurou valores próprios. Ele se constituiu, enfim, como um campo social, “[...] um sistema de relações objetivas que determina o lugar que cabe a cada indivíduo que aí é incluído, que estabelece cada posição, quanto cada um vale, representa e acumula em prestígio e reconhecimento” (GOMES, 2004, p. 53).

Nesse novo contexto, a atividade jornalística passou a ser guiada pelo interesse de seus membros em acumular o capital simbólico distribuído pelo campo: a credibilidade. Veículos de comunicação e jornalistas situados em diferentes posições nesse sistema social estabeleceram como horizonte primordial de sua atuação a aplicação de determinadas formas de obtenção e apresentação de informações capazes de lhes conferir prestígio e posições diferenciadas no meio de trabalho.

O estabelecimento de regras próprias para a distribuição do capital simbólico e o julgamento do prestígio de seus membros tornou a mídia informativa ainda mais impermeável aos interesses do campo político. Isto porque a inobservância do conjunto de princípios que regem a atividade jornalística em prol de interesses provenientes de outras esferas passou a ser punida pelo campo com o valor menos desejado: o descrédito no interior do sistema.

A nova configuração assumida pelo jornalismo possibilitou-lhe, portanto, superar o estágio de simples “meio” para a consecução de objetivos políticos, elevando-o à condição de instituição social:

onde só se via um meio, constituiu-se agora uma instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre a sua própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica. De forma que esses “meios”, a esse ponto, não dependem da política para seu sustento, são economicamente orientados pela relação com outras esferas (anunciantes, consumidores e audiência), e consideram os seus princípios e valores imanes mais importantes do que o atendimento das demandas e do interesse de outras esferas (GOMES, 2004, p. 57).

Dentre os valores – mais mitificados nos discursos do que referenciados na prática cotidiana - que regem a profissão (af incluídos os critérios de noticiabilidade mencionados na seção anterior), um em especial entra em confronto direto com os interesses de atores da política que desejem exercer uma maior controle sobre a sociedade: a liberdade. Cerne da justificação ideológica do jornalismo, este lhe confere o designado “Quarto Poder”, a

capacidade de denunciar os abusos do Estado no exercício das atribuições a ele delegadas pelos cidadãos.

Em função deste poder em potencial, a liberdade de imprensa é considerada desde seus primórdios como um fator indispensável para a sobrevivência de um novo modelo de governo: a democracia liberal. Por intermédio dela, teóricos deste sistema representativo de poder acreditavam ser possível controlar os novos governantes, impedindo-os de adotar o viés absolutista reinante até então.

[...] existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação. Inúmeras afirmações apontam para essa relação simbiótica, em que a liberdade está no centro do desenvolvimento do jornalismo. Tocqueville escreveu que a soberania do povo e a liberdade de imprensa eram coisas absolutamente inseparáveis e que a censura não podia coexistir com o voto universal. Thomas Jefferson afirmou: “*Não há democracia sem liberdade de imprensa*”. Para o filósofo Stuart Mill, qualquer tentativa de censurar a imprensa teria efeitos desastrosos. Escreve Mill: “*imaginam os horrores de um despotismo oriental – disto e de pior estamos protegidos apenas pela imprensa*” (TRAQUINA, 2005a, p. 42).

Ao desempenhar a função de “guardião” do poder, o jornalismo assume, portanto, uma atitude de desconfiança e de oposição em relação à política. Ele se coloca em posição de vigilância constante das liberdades civis e da democracia, pronto para a qualquer momento denunciar os deslizes das forças governamentais.

Cabe, contudo, observar que a aceitação desse papel pela imprensa deve-se, em grande medida, à sua transformação em um negócio. A partir do momento em que a sobrevivência da atividade jornalística passa a depender de transações calcadas na liberdade econômica, abre-se caminho para que ela se erija como uma defensora das liberdades, dentre as quais figura a própria liberdade de imprensa: “a censura à imprensa, a perseguição aos jornais, o controle de opinião representam, antes de tudo, uma ameaça à sobrevivência *econômica* da imprensa, à sobrevivência como empresa” (MARCONDES FILHO, 1987, p. 85).

Em virtude desses contornos, em tese, o universo político apresenta-se destituído de autonomia para garantir a consecução de seus objetivos comunicacionais via imprensa massiva. Ele se vê obrigado a interagir com um campo regido por regras e valores próprios, enfrentando as resistências por ele impostas e tendo que se dobrar aos interesses das empresas ou dos ambientes profissionais do jornalismo para obter visibilidade na esfera pública.

Isto não implica, contudo, dizer que tal relação caracteriza-se pelo domínio do campo jornalístico sobre a esfera política. Ao contrário, ela deve ser vista como um processo constante de negociação, no qual ora a política precisa submeter seus interesses aos do jornalismo, ora ela os consegue impor.

Do reconhecimento do influxo da mídia sobre o campo político não se depreende a dominação da política pelos meios de comunicação. Os efeitos da mídia são variados, de acordo com as situações específicas em que se inserem, e sofrem a ação de contratendências e resistências. Há um processo permanentemente tensionado de embate entre as lógicas do campo midiático e do campo político, que necessita ser observado em detalhe e dentro de sua complexidade. (MIGUEL, 2002, p. 181)

As interseções entre as duas áreas tornam-se ainda mais complexas, em função das interferências de um campo fundamental para a sobrevivência de ambas: a economia. Por esta razão, a compreensão do noticiário político produzido pela mídia massiva deve passar pela consideração das inter-relações existentes entre as esferas jornalística, política e econômica e pelo reconhecimento das “[...] tensões latentes (e por vezes até expressas) que marcam a complexa conjugação entre as influências mútuas, resistências, composições, ajustes delicados e anseios por autonomia que animam os diversos agentes de cada campo” (MIGUEL, 2002, p. 181).

Cada um dos campos conta com recursos próprios que se constituem em alvo de interesse dos demais. O mundo político dispõe do poder político, da capacidade de utilizar a estrutura (financeira, legislativa etc) do Estado. O jornalismo, por sua vez, controla a esfera de

visibilidade pública, a existência ou não dos atores no mundo-em-página ou no mundo-em-tela (que se confunde com o próprio mundo). Por fim, a esfera dos negócios privados detém recursos financeiros.

As interações estabelecidas entre as três esferas são, então, orientadas pelo objetivo de conquistar um recurso externo fundamental para a concretização de certos interesses e envolvem negociações complexas e assimétricas, nas quais cada um dos campos procura satisfazer ao máximo suas demandas e conceder o mínimo possível de seus recursos.

Assim, a política e a esfera privada se relacionam com a mídia tentando obter visibilidade com as menores contrapartidas possíveis de poder político e financeiro, respectivamente; os meios de comunicação e a política esperam receber do mundo dos negócios o capital necessário à realização de suas atividades, sem ter que ceder em termos de visibilidade favorável e de compartilhamento do poder político; os campos midiático e econômico, por sua vez, almejam ter acesso aos recursos do Estado sem fazer grandes concessões editoriais e financeiras.

Realizadas nos bastidores, as diferentes articulações de interesses resultantes desse sistema de forças podem produzir reflexos na configuração da realidade política colocada em cena pelos meios de comunicação. A demanda, por parte da mídia, do capital proveniente do domínio econômico pode impor como contrapartida a concessão de vantagens editoriais que moldem os noticiários político e econômico.

As vantagens editoriais podem significar tratamento diferenciado no noticiário para a empresa com que se barganha (não publicação de informações desfavoráveis à empresa, por exemplo), ou, enfim, as vantagens do favorecimento editorial a agentes políticos protegidos pelo anunciante com quem o meio de comunicação tem um contrato de mútua ajuda (GOMES, 2004, p. 153).

A necessidade jornalística de fornecer uma cota diária de informação sobre a esfera política pode conduzir à visibilidade e/ou à exposição favorável de atores capazes de adequar suas idéias e intervenções sociais aos critérios de seleção aplicados pelo sistema midiático

informativo na construção da realidade, bem como manter em um estado de opacidade aqueles que não dominem tais técnicas.

Por fim, a busca pela satisfação do anseio de poder político pode levar os meios de comunicação a assumirem o papel de representantes de um dos interesses existentes na arena política e a contribuírem para a hegemonia deste a partir da aplicação de seus recursos comunicacionais.

Se o meio de comunicação representa um interesse no campo político, tal interesse fatalmente se converterá no principal critério selecionador e ordenador dos materiais do noticiário e dos discursos informativos midiáticos. A vontade política do dono (mas também dos editores) tenderá a decidir quem e o que entra na cena midiática, por quanto tempo e de que modo o faz (GOMES, 2004, p. 164).

Tais articulações apresentam-se, portanto, como importantes elementos do processo de construção da realidade. Ao definirem o que é colocado e retirado da cena midiática e o próprio formato das inserções realizadas, elas interferem decisivamente na percepção da vida política de uma nação.

Se, no âmbito da política doméstica de um país, são principalmente essas relações entre o mercado, o Estado e a imprensa nacionais que moldam os contornos da representação da política projetada pelo jornalismo, quando o assunto envolve política internacional outras variáveis adquirem proeminência. Isto porque o noticiário político internacional é regido por procedimentos jornalísticos que mobilizam outros atores, dentre os quais destacam-se principalmente as agências internacionais de notícias (WOLF, 2005).

A ampla utilização dos materiais de agência na construção do noticiário internacional é uma tendência mundial praticamente irreversível. O fenômeno encontra suas raízes em motivos econômicos: a manutenção de correspondentes no exterior implica custos muito mais elevados para um veículo do que a assinatura de uma agência.

A comercialização maciça de notícias de agências produz efeitos consideráveis sobre o noticiário internacional. A aquisição, em grande volume, do material advindo dessas fontes

transforma a imprensa nacional e local em um satélite do mercado exterior, dependente de um número reduzido de agências, que hoje respondem por boa parte das notícias internacionais veiculadas no mundo (ROSSI, 1994).

A submissão do noticiário internacional aos despachos realizados por essas agências noticiosas é tão acentuada que acaba por conduzir a certos paradoxos. Um contra-senso evidente no Brasil é a dominação do espaço dedicado às notícias externas por acontecimentos sediados em países desenvolvidos, em detrimento de relatos sobre a América Latina (ROSSI, 1994).

O déficit de correspondentes brasileiros na região, portanto, dificilmente pode ser compensado pelo agenciamento de notícias. Mesmo sendo detentoras de escritórios em diversos países do subcontinente, é “pouco provável que as agências internacionais, cujas atenções estão centradas no mundo desenvolvido, dêem conta adequadamente desse tipo de cobertura” (ROSSI, 1994, p.86).

A incapacidade de essas fontes noticiosas produzirem materiais adequados às especificidades das diferentes regiões por elas atendidas provoca a homogeneização praticamente mundial das definições sobre o que se constitui notícia.

Dentre os eventos, acabam por ser considerados noticiáveis os que as agências noticiam. Sob as diferenças peculiares das culturas, das ideologias, dos âmbitos de difusão de informação, dos próprios meios de comunicação, permanece um substrato comum, definido justamente pelos critérios de noticiabilidade que essas “fontes” contribuem para difundir. (WOLF, 2005, p.245)

Além da uniformização dos fatos internacionais passíveis de noticiabilidade, as agências contribuem para a homogeneização dos próprios conteúdos. Isto porque elas se inserem contemporaneamente em um contexto de oligopolização midiática, caracterizado sobretudo pela formação de conglomerados de mídia que abarcam setores de ponta e estendem sua atuação ao âmbito transnacional:

[...] as grandes agências de notícias atualizam-se tecnologicamente e refazem os planos mercadológicos. A France Press uniu-se ao Pearson na *joint venture* AFX, especializada em noticiário econômico em tempo real. A AAP Information Service, da Austrália, e o jornal *Nihon Keisai Shimbun*, do Japão, participam do projeto. Em sociedade com a Deutsche Telekom, a Reuters adquiriu 50% do capital da Fantastic Corporation, que desenvolve projeto para usar satélites na transmissão de conteúdos pela Internet. Além de investir em empresas *on line* como Yahoo, Infoseek e Sportsline, a Reuters planeja operar um canal de TV nos moldes da CNN. (MORAES, 1998, p.44)

Se, por um lado, a formação de redes midiáticas dessa natureza desponta como uma estratégia de fortalecimento das grandes agências internacionais de notícias, por outro, ela dificulta a emergência e a sobrevivência de outras organizações no ramo e, assim, compromete a pluralidade de visões sobre o mundo: “a concentração e a conglomeração deitam raízes, dificultando cada vez mais o equilíbrio de forças no campo da comunicação e, por extensão, a pluralidade de visões de mundo que emergiria com fontes informativas descentralizadas” (MORAES, 1998, p. 105).

A consequência dessa reconfiguração do setor é a formação de um ambiente favorável à elaboração de produtos noticiosos calcados na visão de mundo que mantém a ordem hegemônica, de matriz liberal: “o avanço do neoliberalismo no terreno ideológico-cultural repousa, em larga medida, na capacidade demonstrada pelas indústrias de informação e entretenimento de operar como máquinas produtivas que estruturam, simbolicamente, o capitalismo sem fronteiras” (MORAES, 2003, p. 188).

Ao dificultar o acesso a informações plurais, as agências de notícias contribuem, portanto, para a construção de uma realidade mundial perpassada por valores culturais e ideológicos hegemônicos. A escassez ou a inexistência de vozes que lhe contradigam concorrem para a essencialização dos acontecimentos, na medida em que a univocidade das representações por elas engendradas atribui-lhes não um caráter de construções simbólicas socialmente motivadas, mas sim de reflexos dos acontecimentos.

Todos esses fatores repercutem diretamente sobre a identidade política de uma nação. Isto porque, conforme evidenciado no capítulo precedente, as representações identitárias

consistem em discursos construídos e permanentemente reconstruídos por disputas de poder. E, enquanto tal, são gestadas por sistemas simbólicos que assumem centralidade em uma determinada conformação social.

A proeminência adquirida pelos meios de comunicação de massa na produção de conhecimento sobre a atualidade de um mundo praticamente inacessível aos cidadãos comuns via experiência direta transforma-os, especialmente por intermédio da prática jornalística, em agentes fundamentais dos processos contemporâneos de construção de representação identitária. Neste contexto, os contornos assumidos pelo noticiário sobre a esfera política de um país tornam-se relevantes na construção de visões que se projetam sobre uma Nação.

No caso em estudo – as representações identitárias do governo Hugo Chávez construídas por veículos de comunicação latino-americanos, especificamente o jornal venezuelano *El Universal* e o brasileiro *O Globo* –, acredita-se que as feições adquiridas pela realidade política venezuelana nos processos de produção noticiosa calquem-se sobre o discurso do “atraso” latino-americano.

Esse diapasão, conforme discorrido no primeiro capítulo, foi produzido e reiterado, ao menos subtextualmente, por uma série de visões culturais e políticas que, ao longo da história, procuraram explicar a realidade do continente adotando como parâmetro de interpretação os supostamente objetivos padrões de evolução dos países centrais e/ou vislumbraram a imitação desses modelos como a única possibilidade de desenvolvimento regional.

Tais visões não foram engendradas apenas por representantes da cultura e da ideologia que tentavam se impor. Elas acabaram sendo introjetadas e repetidas pelos latino-americanos que com elas esperavam se identificar - como bem exemplificam as elites crioulas que aceitaram as concepções étnicas, culturais e políticas segundo as quais as particularidades da realidade continental eram tidas como sinônimo de “atraso”.

Por esta razão, parte-se aqui do pressuposto de que o discurso do “atraso” promove uma estereotipização do latino-americano - em que esse atributo adquire o *status* de uma característica natural -, da qual participam os próprios habitantes da região. Neste contexto, sustenta-se a tese de que o mesmo possa ser dito a respeito dos jornais submetidos à análise no presente trabalho.

Tendo em vista que as construções simbólicas assentadas sobre o discurso do “atraso” foram reiteradas por agentes sociais que se identificavam com a cultura e a ideologia hegemônicas, acredita-se ser possível vislumbrar o noticiário produzido pelos veículos representantes da grande imprensa latino-americana – tanto o venezuelano, em sua editoria nacional, quanto o brasileiro, em seu caderno internacional -, como um *locus* com potencial para reproduzir tal visão.

Isto porque, de acordo com a exposição ora empreendida, a realidade colocada em cena pelos meios de comunicação é moldada pela interação entre jornalistas, empresas de comunicação, agências de notícias e representantes das esferas econômica e política, todos eles apresentados pelos referenciais teóricos em questão como atores que se guiam, em maior ou menor medida, por valores hegemônicos.

Além disso, a própria forma de estruturação da realidade pelo jornalismo pode ser vista como um fator propício à reprodução do discurso do “atraso”, uma vez que ela é afetada por modos institucionalizados de ver e conceber o mundo que, conforme evidenciado anteriormente, privilegiam o florescimento e a consolidação de imagens estereotipadas sobre os acontecimentos e os atores sociais.

O caráter subliminar por vezes assumido pelo discurso do “atraso”, bem como a impregnação do noticiário jornalístico por fatores sócio-estruturais nem sempre evidentes na superfície textual – como o são as determinantes culturais e ideológicas -, requer a aplicação, em uma investigação que intencione atestar ou não a veracidade dessas hipóteses, de um

dispositivo teórico-analítico¹⁰ capaz de penetrar a estrutura textual, desvelando os sentidos sociais a ela subjacentes.

Ao conceber o sentido de um discurso como produto das inter-relações entre o texto e o contexto social de sua produção, a análise do discurso apresenta-se como uma metodologia adequada a esse fim. Contudo, a diversidade de vertentes por ela abarcadas, calcadas em diferentes visões sobre as influências do ambiente social e do sujeito no processo de construção discursiva, bem como a ampla gama de instrumentos analíticos disponibilizados, impõe a necessidade de definir o dispositivo teórico e de apontar as ferramentas metodológicas mais afinadas com os propósitos da pesquisa.

Por essa razão, o próximo capítulo realiza uma breve explanação sobre as principais vertentes da análise do discurso, com base na qual aponta os dispositivos teórico e analítico a serem utilizados no desvelamento dos sentidos do noticiário acerca do governo Hugo Chávez que projetam visões identitárias sobre a política da Venezuela – e, em um quadro mais amplo, sobre a própria Venezuela e sobre a América Latina -, justificando a adequabilidade de cada um deles à análise do discurso jornalístico.

¹⁰ Orlandi (2007) utiliza os termos dispositivo teórico e dispositivo analítico para se referir, respectivamente, aos fundamentos teórico-conceituais que respaldam uma análise e ao instrumental metodológico mobilizado pelo analista em sua observação. Embora seja encampado pelo primeiro, o segundo dele se distingue em função do objeto de estudo: dependendo deste, determinados conceitos e procedimentos analíticos que constituem o dispositivo teórico podem ou não ser mobilizados.

3 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS CONSTRUÍDAS PELO JORNALISMO

O estudo da linguagem engloba uma ampla variedade de metodologias. Existem, por exemplo, vertentes analíticas que ressaltam aspectos formais, centram-se na observação das regras do bem dizer, adotam como foco de análise o estudo da representação lingüística do sujeito da enunciação ou procuram desvelar os sentidos manifestos e latentes em um discurso, associando-os ao contexto de sua produção.

Um mesmo dado empírico observado a partir dessas e de outras metodologias conduz, portanto, a resultados muito distintos entre si, “[...] as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato, ou acontecimento, dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades.” (ORLANDI, 2006). Por esta razão, a escolha da metalinguagem a ser utilizada como instrumento na observação de um dado objeto é uma tarefa de suma importância.

Sob o viés construcionista, que concebe a narrativa jornalística como uma construção na qual se mesclam aspectos manifestos dos acontecimentos, elementos da cultura profissional, constrangimentos organizacionais, imperativos econômicos e significados socialmente instituídos (TRAQUINA, 2005b), a análise do discurso pode ser vislumbrada como a metodologia mais adequada ao desvelamento dos sentidos sociais produzidos pelo discurso jornalístico.

Isto porque tal perspectiva teórica se preocupa com o movimento da língua¹¹, com a sua utilização pelo ser humano no seio social: “[...] a análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e

¹¹ Como lembra Orlandi (2007), a palavra discurso contém, etimologicamente, a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento.

por sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 26). Compreensão que, para se efetuar, requer a consideração da situação social na qual os objetos simbólicos foram gestados.

Apesar de se assentar sobre esses princípios, a análise do discurso não consiste em uma metodologia única e homogênea. Ela abrange uma diversidade de vertentes analíticas que, à semelhança das diferentes perspectivas de estudo lingüístico, produzem resultados díspares entre si. Portanto, para maximizar sua utilização, deve-se definir também a vertente analítica que mais se adeqüe aos objetivos de uma pesquisa.

Com a finalidade de facilitar a realização dessa tarefa no presente trabalho, empreende-se a seguir uma explanação acerca das principais correntes de análise do discurso, na qual são explicitadas suas singularidades e elencadas suas categorias de análise centrais.

3.1 Vertentes de análise do discurso

3.1.1 A teoria de Bakhtin

Comumente classificada como uma corrente da lingüística da enunciação¹², a teoria bakhtiniana é aqui referida como uma das vertentes da análise do discurso. Isto porque ela possui marcas que a permitem situar na fronteira entre as duas áreas do conhecimento, dentre as quais a própria extrapolação dos limites do campo lingüístico figura como a principal: Mikhail Bakhtin não está interessado apenas na representação lingüística do enunciador; ele também se preocupa com o sujeito social que se relaciona com a linguagem.

¹² A lingüística da enunciação é uma perspectiva de estudo lingüístico que se diferencia das demais por eleger como objeto de atenção o fenômeno enunciativo, focando-se nas representações lingüísticas do sujeito que enuncia. Apesar de comportar uma grande diversidade teórica, o campo é unificado por características como a problematização da dicotomia saussuriana língua/fala e a preocupação em formular um domínio conceitual que inclua o termo enunciação, que se preocupe com a subjetividade na linguagem (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

Para Bakhtin (1995), o sujeito é um produto sócio-ideológico. A consciência individual é constituída em um ambiente intersubjetivo, a partir de interações sociais. Estas, por sua vez, são mediadas por signos que, embora possuam diferentes naturezas – lingüística, gestual, pictórica etc –, compartilham uma mesma característica: são instâncias intrinsecamente ideológicas.

Tal fato deriva diretamente da concepção materialista de ideologia adotada pelo autor. Segundo ele, as ideologias manifestam-se por meio de outros corpos fisicamente existentes e, em virtude disso, fazem parte da realidade material de uma sociedade. Contudo, elas consistem em um instrumento social peculiar, que se constrói em relação dialética com as estruturas sociais para refletir e refratar uma realidade que lhe é exterior. Considerando ser esta última a propriedade central de um signo, Bakhtin (1995, p. 31) conclui que “tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”.

Tendo em vista essa constituição sócio-ideológica do sujeito, o autor considera que não só as manifestações simbólicas, mas também todo e qualquer pensamento são portadores de ideologias: “o indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico.” (BAKHTIN, 1995, p. 58).

Com base nessa concepção de sujeito, o autor defende que a expressão não é orientada pelos desejos e anseios individuais, mas sim pelo contexto da enunciação. Segundo Bakhtin (1995), ela é determinada, em um nível superficial, pelos participantes do ato de fala – estejam eles explícitos ou implícitos - e pela situação imediata. Já nos estratos mais profundos da enunciação, entram em jogo as pressões sociais substanciais e duráveis às quais o locutor encontra-se submetido.

Nesse processo de estruturação do enunciado, o interlocutor desempenha, portanto, um papel fundamental:

[...] a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc). Não pode haver interlocutor abstrato [...] (BAKHTIN, 1995, p. 112)

Intrínseco a essa explanação encontra-se o conceito central da teoria de Bakhtin: o dialogismo. De acordo com este princípio, o dizer é atravessado pela voz do interlocutor: ao enunciar, o eu coloca em ação o “eu para o outro”, a consciência que o sujeito tem da imagem que o outro faz de si. Disso decorre que o sentido de um enunciado é construído a partir da interação locutor-interlocutor (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

Além do interlocutor, outras vozes sociais também participam da conformação do enunciado: no dito co-existem já-ditos retomados pelo locutor. Por esta razão, Bakhtin (1993 *apud* FLORES; TEIXEIRA, 2005) sentencia que todo objeto de discurso é eminentemente dialógico e que não existe uma fala original.

Quanto aos fatores sociais duráveis que pesam sobre o indivíduo no ato enunciativo, destacam-se o horizonte social da época e do grupo ao qual ele pertence. Estes disponibilizam um repertório de formas de comunicação sócio-ideológica, do qual o indivíduo deve selecionar o tipo de enunciado apropriado à situação. A esse conjunto de “[...] *tipos* de enunciados relativamente estáveis e normativos, que estão vinculados a situações *típicas* de comunicação social” (RODRIGUES, 2004, p. 423), Bakhtin denomina gêneros de discurso.

Apesar de serem estruturas relativamente estáveis, os gêneros se concretizam em enunciados únicos, irrepetíveis, construídos a partir da articulação de três níveis de sentido: o tema, a significação e o valor apreciativo. O primeiro é definido como “sentido da enunciação completa” (BAKHTIN, 1995, p. 128) e comporta a singularidade da enunciação, por ser

totalmente dependente da situação histórica concreta que a originou. Já o segundo, tido como o aparato técnico de realização do tema, diz respeito aos aspectos lingüísticos, aos “[...] elementos de enunciação que são *reiteráveis e idênticos* cada vez que são repetidos” (BAKHTIN, 1995, p. 129). O terceiro, por sua vez, remete à semantização da língua realizada pelo sujeito a partir dos valores e julgamentos que são impressos pelo enunciador às palavras, seja por intermédio da entonação ou de acentos apreciativos de outra espécie.

3.1.2 A escola francesa de análise do discurso

Uma segunda vertente de análise discursiva é representada pela escola francesa (AD). Esta perspectiva, que nasce da interseção entre a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise, concebe o discurso como um processo que se desenvolve sobre a base material da língua – o sistema lingüístico - e se inscreve em relações ideológicas (PÊCHEUX, 1988). Logo, a produção de sentidos é vista por ela como o resultado da articulação de aspectos lingüísticos e ideológicos.

Assim como a língua, também as ideologias são vislumbradas pela AD como instâncias materialmente existentes: “[...] a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 267). Contudo, ela só se concretiza a partir de investimentos realizados pelos sujeitos sociais.

Inerente a este processo encontra-se a teoria não-subjetivista da subjetividade de Althusser, sintetizada pela frase “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1988, p. 155). O que essa sentença expressa, em última instância, é a

existência de um “não-sujeito” que só adquire o status de “sujeito” e, por conseguinte, só passa a significar, quando é interpelado pela ideologia e com ela se identifica.

No mesmo movimento em que constitui o sujeito, a ideologia apaga as marcas desse processo. Para funcionar no discurso, ela produz dois efeitos que relegam ao esquecimento¹³ essa operação: a evidência do sujeito e a transparência da linguagem. Pelo primeiro, denominado esquecimento número um ou esquecimento ideológico,

[...] temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos (ORLANDI, 2007, p. 35).

Já o segundo, conhecido como esquecimento número dois,

[...] produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa (ORLANDI, 2007, p. 35).

Tal contradição, na qual o sujeito é tido ao mesmo tempo como livre e submisso, constitui a base do assujeitamento. Nesta condição, o sujeito sente-se portador de uma liberdade sem limites para enunciar, quando na verdade ele se encontra preso a estruturas lingüísticas e sociais previamente existentes.

A principal estrutura à qual o sujeito se submete na produção discursiva é a formação ideológica, entendida como um “conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe mais ou menos em conflito umas com as outras” (HAROCHE et al., 1975 *apud* ORLANDI, 2006, p. 18).

¹³ Ao empregar o termo “esquecimento”, Pêcheux (1988) não está se referindo à perda de um conhecimento anteriormente existente, mas sim ao “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”.

A formação ideológica materializa-se no discurso por intermédio da formação discursiva, sendo esta definida como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina [...] *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p.160). Em outros termos, uma formação discursiva veicula determinada ideologia em um discurso imbuindo palavras, expressões, proposições etc de significados atrelados à posição sustentada – que variam, portanto, de uma formação ideológica para outra.

Mas não é apenas o dito que produz sentidos em um discurso. O não-dito, os dizeres silenciados, também participam de sua constituição. E estes podem ser de duas naturezas: o silêncio fundador, que consiste no recuo necessário para que o enunciado possa significar; e a política do silêncio que, por sua vez, divide-se em silêncio constitutivo, prática na qual uma palavra apaga outras possíveis, e o silêncio local, ou a proibição de se dizer algo em um determinada conjuntura (ORLANDI, 2007, p. 83).

Os ditos e os não-ditos acionados no processo discursivo encontram-se associados às formações imaginárias, ou às imagens das posições de sujeito e do objeto do discurso projetadas pelo enunciatador no interior do discurso (ORLANDI, 2007). Dentre elas, assume importante papel na conformação do discurso a imagem que o locutor faz de seu interlocutor.

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita [...] trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”.

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem que se relacionar necessariamente. (ORLANDI, 2006, p. 9)

Apesar de consistir em um importante aspecto da AD, a proeminência das estruturas na produção discursiva não implica a desconsideração das rupturas, da emergência do novo. O dizer é vislumbrado por essa vertente teórica como o encontro de uma memória e de uma atualidade [...]. “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência de dois eixos: o da

memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 33).

À memória discursiva, a escola francesa atribui o nome de interdiscurso e a define como “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.” (ORLANDI, 2007, p. 31). A atualidade, por sua vez, é vista como “[...] o acontecimento desencadeador da ruptura/do novo, abertura para a evidência da falta, do lapso e do investimento ideológico do sujeito [...]” (MURILLO, 2004).

Tendo em vista o encontro entre estrutura e acontecimento, Orlandi (2006) defende que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos: a paráfrase, ou a produção do mesmo sentido sob várias formas, e a polissemia, responsável pela produção de sentidos diferentes, múltiplos.

A autora ressalta, contudo, que nessa constante tensão entre o mesmo e o novo, verifica-se a primazia do processo parafrástico, a preponderância da estrutura sobre a ruptura. O que leva a concluir que, para a AD, o discurso é muito mais o lugar da reprodução de sentidos sociais já existentes - e, por conseguinte, das próprias estruturas sociais - do que da instauração de novas relações significativas.

3.1.3 A análise crítica do discurso

Embora compartilhe alguns dos pressupostos da AD, a análise crítica do discurso contrapõe-se a essa última posição, que considera muito determinista. Tal perspectiva teórica

ênfatiza as mudanças discursivas, considerando-as como um importante aspecto das transformações políticas, econômicas e sociais engendradas no mundo contemporâneo.

Os textos como elementos dos eventos sociais [...] causam efeitos – isto é, eles causam mudanças. Mais imediatamente os textos causam mudanças em nosso conhecimento (podemos aprender coisas com eles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores, e assim por diante. Eles causam também efeitos de longa duração – poderíamos argumentar, por exemplo, que a experiência prolongada com a publicidade e outros textos comerciais contribui para moldar as identidades das pessoas como “consumidores”, ou suas identidades de gênero. Os textos podem também iniciar guerras ou contribuir para transformações na educação, ou para transformações nas relações industriais, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* MAGALHÃES, 2004).

Para Fairclough (2001), o discurso é uma prática social, um modo de ação e de representação que se encontra em relação dialética constante com a estrutura social, ora agindo dentro dos limites desta, ora provocando sua modificação. O evento discursivo também é visto por ele como um elemento tridimensional, no qual se articulam o texto, ou os aspectos lingüísticos da enunciação; a prática discursiva, que diz respeito à interação, aos processos de produção, distribuição e consumo textual; e a prática social, na qual estão incluídas as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo, a ideologia e as relações de poder.

À concepção de discurso como resultado da interação dialética entre estrutura e ação subjaz uma visão de sujeito também intermediária:

[...] o agente-sujeito é uma posição intermediária, situada entre a determinação estrutural e a agência consciente. Ao mesmo tempo em que sofre uma determinação inconsciente, ele trabalha sobre as estruturas no sentido de modificá-las conscientemente, em um espaço que se afirma muito mais amplo que na AD. É como se a estrutura estivesse em constante risco material em função de práticas cotidianas de agentes conscientes (MURILLO, 2004).

Conseqüentemente, as determinações ideológicas que incidem sobre o discurso são vislumbradas como uma propriedade tanto das estruturas quanto dos eventos. Isto implica dizer que a ideologia não se manifesta no discurso apenas por intermédio da reprodução de já-

ditos; ela também emerge das condições particulares da situação dada. Inerente a essa visão, encontra-se uma concepção na qual as ideologias são vistas como

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Assim, quando o contexto de ação coloca em jogo ideologias díspares em relação àquelas estabilizadas, abre-se a possibilidade de mudança discursiva e social. Estas, por sua vez, efetuam-se ou não em virtude das lutas travadas em torno da hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

A observação dos discursos segundo os princípios da teoria de Fairclough é mediada por um dispositivo de análise textualmente orientado, que procura recobrir as três dimensões do discurso: o texto, a prática discursiva e a prática social. No que diz respeito à primeira, destacam-se as categorias analíticas vocabulário, que trata do sentido das palavras (de acordo com o contexto enunciativo e não com a definição documentada em dicionário); gramática, ou o estudo das combinações de palavras em orações e frases; coesão, que se ocupa da ligação entre orações e frases; e estrutura textual, que se foca nas propriedades organizacionais de larga escala dos textos.

A prática discursiva, por sua vez, é analisada sobretudo com o auxílio de três categorias, que procuram desvelar, respectivamente, os processos de produção, distribuição e consumo de um discurso: a intertextualidade, as cadeias intertextuais e a coerência. A intertextualidade, definida basicamente como “[...] a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”

(FAIRCLOUGH, 2001, p. 114), é subdividida em intertextualidade constitutiva (ou interdiscursividade) e intertextualidade manifesta.

A interdiscursividade diz respeito à constituição heterogênea de textos a partir da recorrência a determinadas convenções discursivas (às quais, como será explicitado adiante, denomina-se ordens do discurso). A intertextualidade manifesta, por sua vez, refere-se à construção textual realizada a partir da citação explícita de fragmentos de outros textos. Construção essa que pode se concretizar por intermédio de diferentes estratégias discursivas:

O texto de um outro pode estar claramente separado do resto do texto por aspas e verbo *dicendi*, ou pode não estar marcado e estar integrado estrutural e estilisticamente, talvez por nova reformulação do original, no texto em sua volta. Novamente, os textos podem ou não ser ‘reacentuados’; eles podem ou não recorrer ao estilo ou ao tom predominante (irônico ou sentimental) do texto circundante. Ou novamente, os textos de outros podem ou não ser fundidos com suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém [...] (FAIRCLOUGH, 2001, p.137).

A distribuição de um texto é analisada a partir da identificação dos tipos de textos que dele derivam ou dos quais ele tenha se originado. Tal observação consiste, portanto, no estabelecimento de cadeias intertextuais, “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 166). Como exemplo, pode-se tomar a cadeia intertextual que liga as consultas e os registros clínicos, na qual as primeiras são geralmente transformadas nos segundos pelos médicos.

A coerência, por sua vez, diz respeito às ligações estabelecidas entre as diversas partes constituintes do texto, com o propósito de produzir sentidos. Ao indicar percursos necessários para a compreensão, essas conexões acabam por definir uma posição para os leitores, que podem ou não assumi-la.

À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo texto, e essa é uma importante parte do trabalho ideológico dos textos e do discurso na ‘interpelação do sujeito’. Entretanto, existe a possibilidade não apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113-114).

Por fim, a análise do discurso enquanto prática social é realizada por intermédio das ordens de discurso, conceito que remete aos conjuntos estruturados de convenções discursivas existentes em uma instituição ou na sociedade como um todo e às relações estabelecidas entre eles (FAIRCLOUGH, 2001). É justamente a partir da observação dessas estruturas que a ACD chega às mudanças discursivas e sociais: ao perceber alterações nas relações entre as ordens de discurso, ela identifica a existência de lutas pela hegemonia e traça os novos contornos assumidos por uma determinada convenção discursiva.

3.1.4 A pragmática anglo-americana

Conduzindo ao extremo a visão de sujeito agente, a tradição anglo-americana de análise do discurso – da qual a ACD se desgarra, fixando-se em uma posição intermediária entre ela e a AD - relega a segundo plano os domínios sintático e semântico da enunciação para privilegiar seus aspectos pragmáticos, isto é, os objetivos que o locutor espera alcançar em situações da vida cotidiana ao se comunicar com outros sujeitos (MANHÃES, 2006).

Tal corrente de análise discursiva assenta-se, portanto, sobre os princípios e conceitos da psicologia do consciente. Para ela, o enunciador é “[...] um sujeito consciente de suas intenções, capaz de comunicá-las a alguém. A linguagem aqui aparece como instrumento para o locutor comunicar a alguém suas intenções, ou se se quiser, instrumento para alguém

expressar para outrem suas intenções” (GUIMARÃES, 2005, p. 31). Isto implica dizer que, ao contrário das outras vertentes acima elucidadas, a pragmática anglo-americana considera os indivíduos e a linguagem praticamente imunes às coerções sociais.

O limitado papel assumido pelas determinações sociais na prática discursiva encontra-se evidente na estreita definição de contexto enunciativo adotada pela escola. A situação social que intervém no discurso é por ela considerada apenas como “[...] o mundo recortado por sua relação com o indivíduo que fala, no momento e lugar em que fala” (GUIMARÃES, 2005, p. 33).

Em virtude disso, as regras e os mecanismos de expressão são concebidos pela pragmática anglo-americana como estratégias acionadas conscientemente pelo emissor, com vistas à consecução de determinados objetivos. Estratégias essas que advêm de uma das três instâncias constitutivas do discurso: a conversacional, que se refere à inteligibilidade da mensagem; a indexical, responsável pela marcas de pessoa, lugar e tempo que participam da construção dos sentidos; e a acional, relacionada às ações simbólica e social instauradas pela comunicação (MANHÃES, 2006).

A instância conversacional é regida sobretudo pelo princípio da cooperação, que orienta o emissor a agir de acordo com as demandas da circunstância enunciativa: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1967 *apud* GUIMARÃES, 2005, p.).

Também é com base nesse princípio que se efetua a compreensão do enunciado: o ouvinte constrói o significado da mensagem articulando a informação literal nela contida – isto é, o sentido do enunciado que independe da situação – e as informações especificamente relacionadas ao contexto da enunciação.

Diante disso, pode-se afirmar que, embora seja visto pela análise do discurso anglo-americana como fruto da intenção do locutor, o sentido é por ela concebido como uma construção intersubjetiva, cooperativa, que se realiza a partir da associação de um significado literal inerente à mensagem e das circunstâncias discursivas imediatas.

A importância do contexto para a interpretação dos sentidos também coloca em jogo os elementos componentes da segunda dimensão discursiva: a indexical. Esta instância se preocupa com as marcas de pessoa, espaço e tempo constitutivas do significado do discurso (MANHÃES, 2006).

Os indicadores de pessoa evidenciam as posições discursivas decorrentes do ato de apropriação da linguagem, que podem ser três: o “eu”, ou a pessoa que assume a posição de sujeito do discurso; o “tu”, a quem a mensagem é explicitamente dirigida; e o “ele”, indicativo da utilização pelo “eu” da voz de terceiras pessoas. Os indicadores de tempo e espaço, por sua vez, estão relacionados, respectivamente, às noções de passado, presente, futuro e aqui, lá, alhures, evocadas pelo discurso em função dos momentos definidos pelo locutor como o “agora” e o “aqui” do enunciado.

A terceira instância discursiva referida pela pragmática anglo-americana, a acional, apóia-se na teoria dos atos de fala, para a qual a comunicação pode ser vista como uma ação simbólica e social que comporta três tipos de atos: o locucional, o perlocucional e o ilocucional. O ato locucional envolve uma série de ações – a produção de sons, a utilização de certas construções gramaticais, a entonação, a mobilização do contexto etc – realizadas pelo indivíduo para construir o significado da enunciação.

Por ato perlocucional, entende-se o efeito social produzido como consequência da significação do enunciado (uma intimidação, por exemplo). Já o ato ilocucional remete à ação

social convencionalmente realizada pelo enunciado (por exemplo, a abertura de uma sessão a partir do proferimento da sentença “declaro aberta a sessão”) (GUIMARÃES, 2005).

3.2 Dispositivo analítico para o estudo das representações identitárias jornalísticas

Percebe-se, pela explanação precedente, a diversidade de perspectivas abarcadas pela análise do discurso. Pluralidade essa que, em uma observação mais detida, poderia se revelar muito mais ampla: como chama atenção Guimarães (2005), no interior das vertentes análise do discurso também coexistem distinções substanciais. Além disso, como afirmado na introdução do capítulo, este trabalho empreende um recorte que contempla apenas as principais vertentes constitutivas do campo da análise do discurso.

Contudo, não são apenas diferenças que emergem quando se realiza um estudo comparativo entre essas diversas correntes. Por vezes, consegue-se vislumbrar também pontos de convergência. Na explanação ora realizada, por exemplo, fica evidente que a idéia de um discurso no interior do qual se encontra, de alguma forma, incluso um interlocutor perpassa as quatro correntes descritas. Também nota-se uma certa aproximação entre a teoria bakhtiniana, a escola francesa e a perspectiva crítica no que diz respeito à submissão do sujeito enunciator a determinações sócio-ideológicas.

Sustenta-se neste trabalho a idéia de que a existência de concepções e princípios similares permitem uma aproximação e uma complementação entre as diferentes correntes de análise do discurso no que tange às ferramentas metodológicas por elas disponibilizadas - e isso, é importante ressaltar, desde que se tome o cuidado de preservar as especificidades conceituais de cada uma delas. Por esta razão, a construção do dispositivo analítico realizada a seguir não descarta a possibilidade de uma interseção como essa.

Para a especificação do instrumental metodológico a ser utilizado na observação proposta, deve-se, inicialmente, identificar qual das vertentes de análise do discurso apresenta-se como o dispositivo teórico adequado aos objetivos da presente pesquisa. E, para tanto, vale lembrar algumas características do objeto posto em questão: as representações identitárias políticas construídas pelo jornalismo.

Conforme exposto no primeiro capítulo, as identidades são construções sociais, simbólicas e psíquicas regidas por relações de poder, que envolvem uma relação dialética constante entre as estruturas sociais e as consciências individuais. Na ocasião, esclarece-se ainda que o presente trabalho foca apenas as representações identitárias socialmente construídas, deixando de fora os processos de reconhecimento ou não dos sujeitos nesses aparatos simbólicos. Logo, configura-se como interesse central da pesquisa ora desenvolvida o conjunto de determinações sociais que incidem sobre as construções identitárias.

Esse lugar de observação vê-se reforçado pela abordagem sobre a atividade jornalística empreendida no segundo capítulo. Nele, a teoria estruturalista ressalta a importância das relações sociais na construção da realidade midiática e aponta a reprodução da ideologia e da cultura hegemônicas como um aspecto relevante da produção noticiosa e, por conseguinte, da cobertura sobre a área política.

Portanto, os instrumentos conceituais e metodológicos que irão respaldar a análise desse tipo de material discursivo deve ter como uma de suas características centrais a ênfase nos processos de determinação sócio-ideológica do discurso. De acordo com a explanação precedente, duas perspectivas satisfazem esse quesito: a teoria bakhtiniana e a análise do discurso francesa.

Opta-se aqui por trabalhar com a segunda vertente analítica. Isto porque a teoria de Bakhtin assenta-se sobre um fundamento conceitual que diverge do adotado nessa pesquisa: o pressuposto de que os signos refletem e refratam a realidade. Ao longo de toda a exposição

até aqui empreendida, fica evidente a filiação do presente trabalho a uma concepção construcionista da realidade, que não compartilha as idéias de que as representações simbólicas possam atuar como uma espécie de espelho da realidade e/ou como instrumentos que provocam a distorção desta. Como se espera ter ficado claro, a posição assumida não se interessa por uma realidade apriorística, objetivamente existente, mas sim pela realidade construída intersubjetivamente pelos seres sociais.

Ao vislumbrar a ideologia como uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, a tradição francesa de análise do discurso mostra-se mais afinada com esses fundamentos teóricos. Contudo, a grande ênfase atribuída por essa vertente ao caráter material da ideologia impõe a necessidade de promover uma ampliação do conceito, para que ele possa explicitar melhor a relação imaginária que se estabelece entre indivíduo e mundo – e que se encontra na base dos processos de construção de representações identitárias.

Nesta tarefa, adota-se como referência a proposta de Almeida (1995). Para o autor, a ideologia deve ser pensada em articulação com os conceitos de mundividência, valor e ética. Por mundividência, entende-se a concepção que o indivíduo tem do universo e de seu lugar nesse espaço-tempo.

O valor é tido como o domínio da avaliação, da aplicação de categorias como bom/mau, e da atuação prática, das escolhas (conscientes e inconscientes) realizadas pelos indivíduos. A ética, por sua vez, é vislumbrada como a esfera do valor que se ocupa da imagem que os indivíduos têm de como se deve ser e agir no mundo.

Assim, a ideologia será entendida aqui como uma estrutura que determina a visão de mundo dos indivíduos, orienta seus anseios e define seu modo de agir na sociedade segundo critérios éticos e morais. Por extensão, também serão compreendidas desse modo as formações ideológicas que perpassam os discursos.

Para atingir a formação ideológica que rege os discursos jornalísticos, lançar-se-á mão da formação discursiva. A capacidade de identificação das regularidades discursivas dessa estrutura será aqui potencializada pela sua articulação com as intertextualidades manifestas, categoria proposta pela análise crítica do discurso (ACD).

Acredita-se que tal procedimento possibilitará a apreensão das formações discursivas que se encontram ocultas na voz de terceiros, seja porque o jornalista se utiliza da visão da realidade e das expressões da fonte ou porque ele se vale de declarações de outros sujeitos sociais para materializar discursivamente as idéias do veículo (MACHADO; JACKS, 2001).

A apreensão da formação discursiva dos noticiários será realizada a partir da indicação, na superfície textual, de palavras e expressões que remetem regularmente a um determinado sentido, da identificação de silêncios constitutivos, de escolhas semânticas que, realizadas em detrimento de outras, imbuem os acontecimentos de significados precisos.

Na observação do modo como os fatos são designados, será acionado ainda o interdiscurso. Isto porque os *media* noticiosos tendem a inserir os acontecimentos em um quadro de significação familiar ao público por meio de “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais que transformam fenômenos desordenados e caóticos em conhecidas identificações sociais e culturais (HALL et. al., 1993).

A análise das intertextualidades manifestas também será utilizada com o propósito de evidenciar o silenciamento local praticado pelo meio de comunicação quando este “[...] veta determinadas fontes, expurgando-as do noticiário ou dos espaços de opinião, ou quando a linha editorial determina os graus de evidência ou ostracismo a que serão submetidos movimentos, instituições, pessoas e idéias [...]” (MACHADO; JACKS, 2001: 5).

Outra categoria da ACD que será mobilizada, desta vez para auxiliar no desvelamento dos sentidos associados às interdições constitutivas - ou silêncios locais - da atividade

jornalística é a coerência textual. A identificação dos investimentos semânticos que ela requisita ao interlocutor para produzir significados possibilitará a captação dos sentidos proibidos de serem construídos no jornalismo a partir do emprego de adjetivos, expressões valorativas, construções irônicas, ambíguas etc (MACHADO; JACKS, 2001).

A análise da estrutura textual, outro procedimento proposto pela ACD, também será aqui adotada. Por intermédio dela, verificar-se-á como a organização do texto jornalístico salienta, apaga e hierarquiza informações sobre um acontecimento, inserindo-as num quadro de tendências interpretativas (GOMES, 2004).

Por fim, outras categorias da análise de discurso francesa – como o silêncio fundador – e da análise crítica do discurso – como a coesão frasal – poderão ser eventualmente mobilizadas para possibilitar a passagem da superfície textual aos sentidos discursivos, sem incorrer em violações dos fundamentos sobre os quais se assentam o dispositivo teórico adotado como referência.

A partir da aplicação desse modelo teórico-metodológico, os capítulos subseqüentes dedicar-se-ão à análise discursiva do noticiário sobre o governo Hugo Chávez produzido pelos jornais *El Universal*, da Venezuela, e *O Globo*, do Brasil, entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007 (período compreendido entre a aprovação do proposta de reforma constitucional pelo Congresso venezuelano e a sua votação em referendo nacional).

O estudo será conduzido pelos propósitos de desvelar as representações identitárias projetadas sobre a política venezuelana e verificar em que medida tais construções simbólicas reiteram / reforçam o discurso do “atraso” associado às práticas políticas e, em um quadro mais amplo, ao povo latino-americano.

4 A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ NO JORNAL *EL UNIVERSAL*: A “INCIVILIDADE” COMO MARCA IDENTITÁRIA DO “ATRASO”

Considerado o maior jornal venezuelano, com uma circulação diária de 150.000 exemplares¹⁴, *El Universal* insere-se no grupo de meios de comunicação que, após a ascensão de Hugo Chávez ao poder, “[...] se partidarizaram ao extremo e passaram a atacar o governo como se fossem um simples apêndice da oposição” (MÍDIA ..., 2006).

O veículo, cujo público-alvo principal é a classe média alta e cuja política editorial guia-se especialmente pela visão de centro-direita (EL UNIVERSAL, 2009), assumiu esta postura após as primeiras iniciativas adotadas pelo presidente venezuelano contra os grandes grupos econômicos que constituem a base de sua receita publicitária (MÍDIA ..., 2006).

A participação de *El Universal* na disputa política empreendida a partir de então é simbolizada pela atitude adotada por ele na manhã posterior ao afastamento de Hugo Chávez do poder por um golpe oposicionista. “SE ACABÓ! Em letras pretas, garrafais, essa era a manchete do *El Universal*, na manhã da sexta-feira, 12 de abril” (MARINGONI, 2004, p.31). Na seção principal do jornal, foram publicadas ainda manifestações agressivas contra o presidente, do tipo “Senhor Chávez Frias, está despedido”, “Chávez, Fidel precisa de uma primeira dama. Vá para Cuba já”, “Chávez, tirano” (A CHÁVEZ ..., 2002, tradução nossa).

Este comportamento, motivado pelo anti-liberalismo econômico do governo Chávez, associado à relevância do jornal no setor de mídia impressa venezuelano, transforma *El Universal* no veículo de comunicação adequado para a investigação ora proposta: a identificação de marcas discursivas reveladoras de valores ideológicos liberais que se projetam em discursos sobre as identidades dos atores sociais em questão e sobre uma visão subtextual do que seria a própria natureza da identidade latino-americana: o “atraso”.

¹⁴ O segundo lugar em termos de circulação é ocupado pelo jornal *El Nacional*, que distribui cerca de 80.000 exemplares por dia.

Considerando o recorte empírico definido como foco de observação – as notícias publicadas no período compreendido entre os dias 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007, respectivamente correspondentes à aprovação pelo Congresso venezuelano do projeto de reforma constitucional e à votação da proposta em um referendo nacional –, a cobertura de *El Universal* submetida à investigação perfaz um total de 250 notícias.

Dada a impossibilidade de analisar minuciosamente cada um desses textos no presente trabalho e a reiteração, por vezes excessiva, de certas estruturas discursivas, procurou-se realizar neste capítulo uma análise que abarcasse os sentidos majoritariamente associados à administração venezuelana e que evidenciasse o modo como essas visões reverberam discursos sobre a naturalização do “atraso” na política latino-americana.

A identificação das características majoritariamente atribuídas ao governo foi antecedida por uma análise que contemplou toda a cobertura empreendida pelo veículo. Esta observação inicial foi realizada com a finalidade de evitar a distorção dos resultados finais. Por intermédio dela, pôde-se, ainda, identificar e selecionar notícias mais representativas dos sentidos evocados reiterativamente no discurso de *El Universal*.

Esse método de trabalho revelou-se mais adequado do que a definição de um período de análise menor em virtude da dispersão de sentidos ao longo do noticiário: a observação inicial de toda a cobertura tornou evidente a concentração de certos temas em intervalos de tempo específicos e conduziu à conclusão de que a opção por um desses segmentos temporais acabaria por empobrecer a análise.

A adoção desses procedimentos e da metodologia explicitada no capítulo anterior evidenciam o predomínio, na caracterização do governo Hugo Chávez empreendida por *El Universal*, de uma formação discursiva que evoca os sentidos de agressividade, violação de Direitos Humanos, ilegalidade, concentração de poderes e autoritarismo político. As estruturas discursivas que os engendram são resumidas nas seguintes tabelas:

Tabela 1

Marcas discursivas que remetem à agressividade e à violação de direitos humanos no noticiário de *El Universal*

	Agressividade	Violação de Direitos Humanos
Silêncios constitutivos	<p>“golpear”; “agredir”; “com os nervos à flor da pele”; “todo seu potencial repressor”; “sanha”; “destróçar”; “fúria”; “feroz”; “dispersar”; “lançar bombas”; “disparar”; “dispersar violentamente”; “arremeter”; “ações irregulares”; “brutal repressão”; “lançar bombas”; “agredir”; “hostilizar”; “destróçar”; “penetrar violentamente”; “ação vandálica”; “agressão”; “ataque”; “violência”; “atos de terrorismo”; “enfrentar-se”; “agressiva beligerante”; “brigas”; “ataque”</p>	<p>“discriminação”; “esmagar a dissidência”; “perseguição”; “invadir”; “violar autonomia”; “irromper”; “flagrante violação da autonomia”; “ingerência”; “intromissão”; “clima de hostilidade”; “ameaça” de fechamento de canais; “concentração” de meios na mão do Estado; uso “abusivo” dos meios; “afã” por cadeias televisivas; guinada “perigosa” para a liberdade de imprensa; “perigo” para a liberdade de imprensa; “risco” para a liberdade de imprensa; “suprimir”, “suspender”, “violar”, “cercear”, “restringir”, “roubar”, “perder”, “despojar”, “limitar” liberdades; “excludente”; “desinformar”; “confundir”; “intensificar” o cerceamento aos jornalistas; “agravamento” do cerceamento à imprensa; “temer” pela liberdade de imprensa; “dificuldade” para o exercício do direito à informação; “atropelar” direitos; “minar” liberdades; “trair” direitos; “guerra midiática”; “deterioração acelerada e constante” da liberdade de imprensa; “oferta enganosa” de informações; “campanha tendenciosa”; “campanha emocional”; “desequilíbrio total” do noticiário de canais estatais; “alguma presença” da oposição em veículos do Estado; “desaparecer completamente” dos meios de comunicação estatais; “constitucionalizar a discriminação”; “sofrer as conseqüências de sua dissidência”</p>
Silêncios locais	<p>Tendência ao silenciamento de fontes governamentais e supostamente isentas na contestação do caráter violento do governo</p>	<p>Tendência ao silenciamento de fontes que contestem violação da autonomia universitária. Silenciamento do Conselho Nacional Eleitoral e de fontes pró-governo em denúncias contra a liberdade de expressão oposicionista. Ausência de declarações de autoridades governamentais, simpatizantes chavistas e fontes supostamente isentas com posição favorável à reforma. Exclusão de fontes isentas que falem sobre ampliação de direitos; restrito espaço para a manifestação de fontes governamentais</p>
Silêncios fundadores		<p>Ajuda a construir o sentido de intolerância para com posições política contrárias ao governo</p>
Coerências	<p>Evoca a idéia de agressões praticadas por seguidores de Chávez. Expressa a violência excessiva dos policiais</p>	
Coesões	<p>Cria o sentido de que a violência dos adeptos de Chávez tem a cumplicidade das forças de segurança. Remete à violência inicial das forças de segurança em protestos oposicionistas. Expressa o abuso policial.</p>	<p>Suscita o sentido de que as marchas oposicionistas são reprimidas por sua contestação às forças políticas vigentes. Evoca a idéia de que as declarações chavistas contra os meios de comunicação abrem caminho para a autocensura.</p>
Interdiscursos	<p>Expressões e situações remetem a atos violentos atribuídos pelo jornal aos partidários de Chávez.</p>	<p>Associa às manifestações oposicionistas dizeres que remetem a um percurso de sofrimento físico e moral Evoca limitações à atividade da imprensa a partir de uma comparação entre a situação da Globovisión e a revogação da licença da RCTV.</p>

Tabela 2

Marcas discursivas que remetem à ilegalidade, à concentração de poderes e ao autoritarismo no noticiário de *El Universal*

	Ilegalidade	Concentração de poderes	Autoritarismo
Silêncios constitutivos	“inconstitucional”; “manobra fraudulenta”; “ilegal”; “fraudulentos”; “golpe”; “golpe de Estado”; “irregular”; “proibidas”; “subverter”; “tramóia”; “ganhar de qualquer forma”	“parcialidade” e “atitude complacente” dos demais poderes para com o Executivo; Congresso como “serviço doméstico” do Executivo; CNE “só canta pênalti a uma equipe”; Congresso deve deixar de “ser do PSUV”; “minimizar” a independência dos poderes; “eliminar” os controles; “aumenta” os poderes do presidente; poder “excessivo”; “concentrar” poder; “todo o peso” no poder presidencialista; “desequilibra totalmente” os poderes; “concentração absoluta” de poder; “concentrar poder absoluto”; “eterno repetinte”; aprovar com “alvorço”; sancionar projeto “intacto”; “melhorar” e “preservar” o espírito da proposta; “usurpar” funções; “tomar todos os espaços” da sociedade”; Executivo “incontrolável”; artigos relacionados “de forma direta e indireta” com a proposta; “seqüestro hegemônico das instituições”.	“autocrata”; “ditadura”; “possibilidade autoritária”; “totalitário”; “ditadura autocrática e militar”; “trono”; “ameaça” à democracia; “cercear” a democracia; “imposição”; valer-se da democracia para “enganar”; imposição não-democrática”; “alterar a neutralidade” da democracia
Silêncios fundadores		Omissão de mudanças constitucionais que empoderem a sociedade	
Coerências	Suscita a idéia de transgressão das normas eleitorais por parte de Chávez	Sugere que a atuação do poder Legislativo é guiada pelos interesses do Executivo. Evoca idéia de domínio do Legislativo por governistas	
Coesões		Remete à idéia de que a investigação do Congresso contra Igreja tem como causa a oposição da entidade ao governo.	
Interdiscursos	Associa a Chávez dizeres sobre violação da institucionalidade por militares, ao denominar o levante militar por ele liderado em 1992 como uma “intentona golpista”	Remete à concentração de poderes por intermédio de uma comparação entre Chávez e Fidel Castro	Resgata e associa ao governo Chávez dizeres sobre o autoritarismo de Pérez Jiménez. Evoca o autoritarismo a partir da letra de uma canção. Associa à reforma constitucional dizeres sobre o caráter autoritário do socialismo real

4.1 Agressividade

Dentre os assuntos abordados por *El Universal* no noticiário sobre a campanha prévia ao referendo de reforma constitucional, destaca-se a cobertura da violência registrada em manifestações oposicionistas. Abordado em praticamente todo o período de análise, o tema contribui para a projeção de discursos que apontam as supostas características essenciais dos principais atores do processo: é possível delinear, por intermédio destas construções simbólicas, visões sobre o que seriam traços perenes (em outras palavras, identidades tratadas de modo essencialista) das instituições governamentais, dos simpatizantes chavistas e da oposição.

Nestes incidentes, a atuação das forças de segurança é majoritariamente referenciada por uma formação discursiva que remete à idéia de violência do aparato estatal na contenção dos protestos, como atestam as palavras associadas ao sentido de agressividade, presentes nas sentenças “efetivos policiais do estado de Barinas *golpearam* com as culatras de suas escopetas o jornalista Jorge Eliécer Patiño e o repórter gráfico Luis Barrios”; “depois de *agredidos*, os repórteres foram colocados a empurrões em uma patrulha” (POLICÍAS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO U).

Por vezes, são utilizados termos e expressões que acentuam tal caráter agressivo, instaurando silêncios constitutivos que evocam o sentido do uso abusivo da força pelos efetivos policiais. Ilustram essa situação enunciados do tipo “*com os nervos à flor da pele*, os PMs exibiram *todo seu potencial repressor*”; “as câmeras da Globovisión captaram como o *sanha* de alguns efetivos *destroçava* os dentes de um estudante” (MÉNDEZ, 2007i, tradução nossa) (ANEXO A).

Adjetivações dessa natureza são bastante recorrentes: “quando se obteve um acordo para que [os estudantes] ingressassem na sede [da Universidade Monteávila], a *fúria* policial

se desatou, e o que veio em continuação foi uma chuva de bombas de gás lacrimogêneo contra os estudantes” (MÉNDEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO BS); “apesar da *feroz* arremetida da PM na semana passada, [os estudantes da Universidade Monteávila] voltaram a sair à Cota Mita para distribuir volantes a favor do Não” (MÉNDEZ, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CB).

Raras são, no período analisado, as ocasiões nas quais a atuação dos efetivos policiais venezuelanos é retratada por palavras e expressões que evidenciarium um suposto cumprimento de suas funções. Dentre as poucas vezes em que isso ocorre, encontram-se trechos como “as forças policiais e de segurança exerceram um *efetivo trabalho de proteção*” (MÉNDEZ, 2007g, tradução nossa) (ANEXO V); “efetivos da polícia de Baruta observaram de perto os acontecimentos [...] para *resguardar* a segurança e a ordem pública” (MÉNDEZ, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AS).

Ao contrário, na tendência majoritária da cobertura há uma ênfase discursiva na supostamente intrínseca agressividade das forças policiais (quicá, nessa linha discursiva, decorrência direta da agressividade do próprio governo, herdeiro “natural” da agressividade populista - em sua manifestação que ficou conhecida como “caudilhismo” -, fruto de uma identidade latina marcada pela pouca civilidade política – em outras palavras, pelo “atraso”).

Também nos discursos sobre os apoiadores de Chávez, e não somente sobre as forças policiais, são feitas associações com atos violentos. A recorrente aproximação entre o chavismo e a violência é encontrada, por exemplo, nos seguintes fragmentos: “[...] estudantes chavistas ingressaram na UCV e *agrediram* os estudantes dessa casa de estudos” (MÉNDEZ, 2007i, tradução nossa) (ANEXO A); “em Lara, jovens encapuzados, presumivelmente afeitos ao oficialismo, *agrediram* estudantes que à tarde decidiram tomar as ruas do reitorado da Universidade Lisandro Alvarado” (UNIVERSITARIOS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO

C); “os jovens foram *hostilizados* por oficialistas em Lara, Táchira e Mérida” (CINCO ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO T).

Na cobertura de fatos hipoteticamente praticados por oficialistas, que culminam com a destruição de bens materiais, também é possível encontrar palavras que encerram em si o sentido da agressividade. É o que atesta a notícia “*Destroçam* decanato de medicina da Universidade de Lara” (PRATO, 2007c, tradução nossa) (ANEXO AI), na qual as expressões “*penetrar violentamente*”, “*destróçar*”, “*agressão*”, “*ação vandálica*” e “*feitos vandálicos*” são empregadas para caracterizar ações possivelmente realizadas por cidadãos pró-governo.

Além de ser mediada por escolhas semânticas como essas, a associação da violência aos grupos chavistas é realizada também a partir da coerência textual. Na notícia “As universidades estão à mercê dos grupos armados” (MÉNDEZ, 2007f, tradução nossa) (ANEXO AL), os termos “*violência*”, “*atos de terrorismo*”, “*ataque*” e “*agressões*” constituem a base do sentido textual.

Essas expressões são utilizadas na ocasião para se referir às ocorrências registradas nos *campi* venezuelanos e unem-se às informações sobre a presença minoritária de representantes chavistas nas instituições alvejadas, a ausência de definição dos culpados por parte das autoridades governamentais e à citação de episódios passados e recentes supostamente comandados por grupos chavistas. Tudo evoca a idéia de que os incidentes de agressão física registrados nas universidades desde o início do governo Chávez têm como autores representantes chancelados pelo oficialismo.

Ao instaurar esse sentido, o jornal propicia o estabelecimento de relações interdiscursivas nos relatos posteriores sobre a violência nas universidades. Em notícias como “Três feridos em confronto da Ucab” (TRES ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CK) e “Homens armados dispararam contra Universidade de Táchira” (LOPEZ, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CS), não há nenhuma atribuição direta aos chavistas da responsabilidade

pelos confrontos ocorridos em recintos acadêmicos – elas falam em “*grupo de agressores*” e “*pistoleiros*”, respectivamente. Contudo, tais expressões permitem a recuperação da memória discursiva do jornal e possibilitam, pelo interdiscurso, a interpretação de que as investidas contra a estrutura universitária aí mencionadas foram empreendidas por grupos ligados ao governo.

Outra relação interdiscursiva dessa natureza passível de ser realizada em função dos dizeres construídos pelo jornal no período é propiciada pela expressão “*grupos encapuzados*”. Embora se valha de construções que de certa forma o resguardem da responsabilidade pelas afirmações – como a palavra “presumivelmente” e o verbo “estariam” -, o jornal associa a expressão aos simpatizantes do chavismo nos episódios:

em Lara, *jovens encapuzados, presumivelmente afeiçãoados ao oficialismo*, agrediram estudantes que à tarde decidiram tomar as ruas do reitorado da Universidade Lisandro Alvarado, para protestar pelo ocorrido a seus companheiros em Caracas (UNIVERSITARIOS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO C).

O reitor da Universidade Lisandro Alvarado, Francisco Leone, apresentou provas fotográficas de vídeo das pessoas envolvidas nos atos de agressão física e de instalações do decanato de medicina da UCLA, onde foram identificados estudantes dessa casa de estudos e de outros centros, *que estariam identificados com o setor oficialista*. Cabe assinalar que durante a noite de quinta-feira um grupo de *pessoas encapuzadas* penetrou violentamente no decanato de Medicina, submeteu o vigilante e começou a destruir a infra-estrutura (PRATO, 2007c, tradução nossa) (ANEXO C).

Ao ser empregada em circunstâncias similares, mesmo desacompanhada de menções a simpatizantes chavistas, a expressão possibilita o estabelecimento de relações interdiscursivas que recuperem tais dizeres. É o que pode ocorrer nos seguintes incidentes: “um ônibus da Universidade Rômulo Galegos foi queimado por *homens encapuzados* e armados que arremeteram a tiros contra os jovens estudantes” (EE. UU CALIFICA ..., 2007, tradução nossa)(ANEXO AA) e “um grupo de *jovens encapuzados* continuou provocando ações violentas, a ponto de lançar pedras contra seus próprios integrantes” (GÓMEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO AB).

Em certos casos, a suposta violência dos chavistas é apresentada pelo veículo como um conjunto de ações fomentadas ou respaldadas pelas instituições estatais de segurança. É o que atesta, por exemplo, a coesão do enunciado “estudantes chavistas atiraram uma grande quantidade de bombas de gás lacrimogêneo, *artefato que se supõe serem exclusivos dos corpos de segurança*” (MÉNDEZ, 2007 i, tradução nossa) (ANEXO A).

Neste trecho, o emprego da oração de valor apositivo “artefatos que se supõe serem exclusivos dos corpos de segurança”, para caracterizar os instrumentos utilizados nos embates físicos, suscita o sentido de que as armas dos chavistas só podem ter sido obtidas junto às próprias Forças Armadas – o que, por conseguinte, sugere a existência de uma ligação direta entre tais atores sociais.

Outra estrutura coesiva que ajuda a suscitar esse vínculo é a subordinação adjetiva explicativa utilizada para interligar as orações que compõem a sentença “a violência [...] não é controlada pelos corpos de segurança do Estado, *que permitem o ingresso de pessoas armadas*” (MÉNDEZ, 2007f, tradução nossa) (ANEXO AL).

Ao associar-se à explanação inicial da notícia, que atribui aos chavistas os feitos violentos registrados nas universidades (conforme demonstrado acima), a explicação de que as forças de segurança estatais não controlam a violência externa por deixarem pessoas armadas entrarem nas universidades conduz à interpretação de que os simpatizantes do governo responsáveis pelos incidentes nos *campi* venezuelanos contam com a cumplicidade das instituições estatais na realização de seus atos.

A representação do jornal sobre os opositoristas apresenta maiores oscilações: há momentos (absolutamente minoritários na cobertura) em que suas ações aparecem no discurso de *El Universal* associados a palavras do campo semântico da agressividade, mas em outras notícias eles são apresentados como resistentes, forças que reagem à violência oficial. Trata-

se, portanto, da construção de identidades menos monolíticas do que as relacionadas ao chavismo – este sim, sempre tratado como violento.

Há poucas passagens cujas escolhas semânticas estabelecem silêncios constitutivos que sugerem a responsabilidade da oposição pela violência - vide “as tensões acumuladas foram liberadas [...] quando outro grupo [de estudantes] *arremeteu* contra os funcionários da Polícia Metropolitana nas adjacências do organismo” (MÉNDEZ, 2007i, tradução nossa) (ANEXO A); “a *violência* gerada após uma manifestação estudantil realizada na quinta-feira passada na avenida Perimetral de San Antonio de Los Altos deixou 20 estudantes detidos” (GÓMEZ, 2007a, tradução nossa) (ANEXO AH).

Na abordagem sobre a co-responsabilidade dos atos agressivos - cuja incidência revela-se uma exceção nos padrões de enquadramentos jornalísticos dados à crise -, os opositoristas são apresentados, juntamente com as forças policiais ou com os oficialistas, como co-autores dos episódios de violência. É o que demonstra a conjugação de verbos associados ao sentido da agressividade na modalidade reflexiva, tipificada pelo emprego da construção textual “*se enfrentaram*”.

Esta formulação aparece em sentenças como “os uniformizados e os manifestantes *se enfrentaram* com bombas de gás lacrimogêneo, pedras e balas de festim nas imediações de ambas casas de estudo e na sede da ULA” (30 DETENIDOS, 2007, tradução nossa) (ANEXO M); ou “um caminhão da empresa Petrocasa com um número não determinado de pessoas a bordo de tendência oficialista passou pelo lugar, e ao encontrar-se com os manifestantes [oposicionistas], ambos os bandos *se enfrentaram* com ações violentas” (GUILLÉ, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BZ).

Em raros e específicos casos nos quais a conjugação reflexiva do verbo “enfrentar” sugere a existência de uma violência recíproca, o jornal vale-se de estruturas discursivas que acabam remetendo à idéia de uma agressão iniciada pelo grupo opositorista. Um dos

recursos textuais que indicam este último comportamento é o acionamento de uma palavra do campo semântico da reatividade – o verbo responder - para se referir à atuação dos policiais:

estudantes da Universidade dos Andes (ULA), do núcleo do estado Táchira enfrentaram-se com efetivos da Guarda Nacional nas adjacências do recinto acadêmico. As ações violentas se desenvolveram desde cedo e deixaram saldo de uma caminhonete pertencente à Companhia Anônima de Telefones da Venezuela (Cantv), delegação Los Andes, totalmente queimada. Os funcionários militares *responderam* com balas e bombas de gás lacrimogêneo (PRATO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CL).

Outro recurso lingüístico é a coesão frasal que, por intermédio da conjunção “após”, sugere o protagonismo dos estudantes opositores no seguinte episódio:

em Táchira, pelo segundo dia registraram-se distúrbios, quando estudantes, funcionários da polícia estatal e efetivos da Guarda Nacional se enfrentaram nas imediações da Universidade Experimental de Táchira (Unet). No ocorrido, ficaram feridos um número não estimado de efetivos policiais e 50 estudantes, *após* os alunos expulsarem os uniformizados que ingressaram no recinto universitário (UNIVERSITÁRIOS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO C).

Tais escolhas textuais invertem-se em todos os demais casos de enfrentamento (configurando, então, a excepcionalidade das matérias que apontam culpa inicial ou mesmo co-responsabilidade da oposição). O enquadramento majoritário da cobertura é marcado pela recorrente menção à violência inicial da polícia e à conseqüente reação dos estudantes.

São sintomáticos desse caso fragmentos nos quais instauram-se silêncios constitutivos que se referem aos estudantes como personagens reativos: “a polícia tratou de dispersar o protesto lançando bombas de gás lacrimogêneo, enquanto os jovens *se defendiam* lançando pedras, garrafas e objetos contundentes” (CINCO ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO T) ou “os uniformizados lançaram bombas de gás lacrimogêneo e dispararam balas contra os manifestantes, que *responderam* ao ataque com pedras” (PRATO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CL).

A idéia de que a violência estudantil consiste em uma reação às agressões policiais também é evocada a partir do emprego do termo “resistência”, para se referir às ações

estudiantis em: “‘Meu Deus! A vida te traz surpresas’, canta o poeta Rubén Blades, e certamente cantarolam os militares da Polícia Metropolitana (PM) diante da *resistência* que travaram, de forma quase solitária, os estudantes da Universidade Monteávila (UMA) no setor Boleíta Norte” (MÉNDEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO BS).

Também a coesão frasal contribui para a instauração desse sentido. Na sentença “na Universidade de Táchira, com sede na cidade de San Cristóbal, registraram-se enfrentamentos entre estudantes e efetivos da Guarda Nacional, *após* os uniformizados lançarem bombas de gás lacrimogêneo contra os estudantes” (LÓPEZ, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BH), a interligação de orações por intermédio da conjunção “após” sugere que os ataques mútuos referenciados pelo termo “enfrentamento” têm como causa uma agressão inicial praticada pelos corpos de segurança.

Ao contrário da violência, o sentido de pacificidade da oposição assume proeminência na formação discursiva acionada pelo jornal, como atestam as palavras e expressões presentes nos enunciados: “as ações [de estudantes universitários], desenvolvidas de forma *pacífica*, contaram com o respaldo de vários professores” (OROZCO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO B); “de *forma pacífica e ordenada* [os estudantes] marcharam até a sede do Tribunal Supremo de Justiça” (MÉNDEZ, 2007g, tradução nossa) (ANEXO V).

Silêncios constitutivos similares são encontrados também nos fragmentos: “a jornada, que se cumpriu em *completa calma*, foi convocada por partidos políticos que chamam a votar pela opção Não” (LÓPEZ, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AN); “a marcha contra o projeto de reforma constitucional convocada para esta quarta-feira por estudantes universitários de Aragua desenvolveu-se *em normalidade*” (EN ARAGUA, 15/11); ou, “de *maneira pacífica*, os estudantes se concentraram na manhã de ontem nas adjacências da 42^a Brigada de Paraquedistas” (GUILLÉN, 2007b, tradução nossa) (ANEXO AU).

Em certos casos, o sentido de pacificidade da oposição é conjugado ao de agressividade física dos corpos de segurança, resultando em construções textuais que reiteram a violência excessiva e injustificável da polícia venezuelana. Enquadram-se nessa situação fragmentos como: “quatro estudantes detidos, outros feridos por balas e um cinegrafista de TV ferido é o saldo do protesto *pacífico* convocado por estudantes universitários, em Barquisimeto, e *dispersado violentamente* por efetivos policiais da região” (30 DETENIDOS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO M).

A mesma construção textual aparece em outras notícias: “na Universidade Fermín Toro, a polícia regional *arremeteu* contra alguns jovens que manifestavam *de forma pacífica*” (CINCO ..., 2007b, tradução nossa) (ANEXO O); “os estudantes dessa casa haviam se reunido [...] para manifestar *pacíficamente* seu rechaço à reforma constitucional [...] ao observar que os jovens não se retiravam, [os integrantes do grupo antimotim] decidiram ingressar na instituição *lançando bombas de gás lacrimogêneo e balas*” (POLICÍAS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO U); “as *ações irregulares* dos organismos de segurança continuam sucedendo-se nas manifestações *pacíficas* realizadas pelos estudantes dos diversos centros de estudo superior da região” (PRATO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CL).

Semelhante sentido é sugerido por intermédio da coerência textual. A partir da conjugação de informações como a finalidade informativa da manifestação, o respeito à ordem pública durante o ato na avenida Techerán e a descrição das ações empreendidas pelos universitários na rua Francisco Fajardo, a notícia “Manifestação na Ucab foi repelida por Guarda Nacional” (MANIFESTACIÓN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AG) remete ao sentido de que o protesto estudantil não assumira um caráter violento. Diante deste cenário, o relato das ações policiais, que expressa o uso da força máxima na dispersão de protestos, assume ares de uma atitude excessiva.

O abuso policial é expresso também a partir de coesões frasais. Na construção da sentença “os estudantes estavam nas imediações da rodovia [Caracas-Guarenas] desde meio-dia e, *apesar de* deixarem um canal aberto para a circulação de veículos, os corpos de segurança os reprimiram” (PM ARREMETE ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CJ), o emprego da conjunção “apesar de”, que supõe a existência de um certo antagonismo entre as orações interligadas, suscita a idéia de que a ação policial ocorreu em um protesto pautado nos parâmetros da ordem – e, portanto, consistiu em uma atitude excessiva para as circunstâncias.

Por intermédio da mesma conjunção, o enunciado “o vídeo transmitido pelo canal Globovisión dá conta da fúria de até três efetivos com um aluno, que segundo o transmitido foi pisoteado e arrastado *apesar de* não mostrar resistência” (MÉNDEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO BS) suscita igual sentido. Ao evidenciar que a ausência de reação por parte do estudante não consistiu em um obstáculo para a aplicação da força, o fragmento sugere a adoção, por parte da polícia, de uma atitude que extrapola suas funções.

Escolhas semânticas realizadas pelo jornal na construção de certos enunciados instauram silêncios constitutivos que acabam por associar, de forma secundária e inconstante, outras características aos discentes – como, por exemplo, expressões aproximadas à idéia da impulsividade juvenil (que, mesmo diante do tom de crítica às ações, de certo modo cria atenuantes para elas e reforça a denúncia de reações excessivas por parte das forças oficiais): “em um *impulso de loucura*, um estudante borrifou com gasolina a parte de trás do carro da PM” (MÉNDEZ, 2007i, tradução nossa) (ANEXO A).

As ações de perturbação da ordem praticadas por estudantes opositoristas (excetuadas raras notícias que falam de “*vandalismo*” e “*saques*”) são associadas, nos textos, ao sentido de desordem (entendida como quebra da normalidade, muito mais do que crimes de grande relevância). É o que atestam os enunciados a seguir: “*distúrbios* e incêndios”

(CINCO ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO T); “a mobilização [...] foi se convertendo paulatinamente em foco de *distúrbios*” (GÓMEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO AB); ou “os fatos se registraram após as 11 da noite, quando a maioria de estudantes que haviam participado das *desordens* durante todo o dia tinham ido embora” (LÓPEZ, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CS).

A observação das intertextualidades manifestas evidencia que os contornos majoritariamente assumidos pelo discurso de *El Universal* sobre os embates físicos registrados no país encontram eco na formação discursiva da oposição – na verdade, o jornal se constitui em porta-voz desses grupos, negligenciando a oferta equilibrada do contraditório.

Assim como o veículo, a oposição procura ressaltar o caráter pacífico das manifestações, como comprovam, por exemplo, as escolhas semânticas presentes nas afirmações dos universitários Ricardo Sánchez de que “a agenda continua sendo manifestar *cívica, pacífica* e democraticamente” (MÉNDEZ, 2007h, tradução nossa) (ANEXO L); Frederico Black, para quem “os jovens continuarão manifestando *pacíficamente*” (CASTILLO, 2007e, tradução nossa)(ANEXO AW), e Freddy Guevara e Stalin González, segundo os quais os estudantes “seguirão lutando, sob a premissa da *não violência*” (ESPINOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO P).

Quando há o reconhecimento, por parte da oposição, de que os estudantes assumiram a autoria de atos agressivos, estes são caracterizados como reações a uma violência inicial. É assim que o opositor Ricardo Sánchez define os enfrentamentos entre policiais e universitários ocorridos no Conselho Nacional Eleitoral. Ao utilizar o verbo “gerar” na construção do enunciado “as agressões contra seus companheiros no CNE *geraram* a exaltação das paixões” (MÉNDEZ, 2007h, tradução nossa) (ANEXO L), a fonte estabelece um silêncio constitutivo que caracteriza a ação dos estudantes como uma conseqüência da atitude dos policiais.

De forma análoga, a idéia de abuso policial é expressa por meio de vozes estudantis. E, também nesse caso, ela se manifesta nas duas variantes acima explicitadas. De um lado, a partir do emprego de termos que intensificam a agressividade das forças de segurança - como na declaração do universitário Yon Goicochea, de que “existe hoje uma grande indignação coletiva pela forma *brutal* com que a Guarda Nacional e a Polícia Metropolitana *reprimiram* a manifestação” (CASTILLO, 2007i, tradução nossa) (ANEXO E).

De outro lado, a partir de silêncios constitutivos que contrapõem as supostas agressividade policial e pacificidade estudantil – presentes, por exemplo, no relato do estudante opositor Ronel Gaglio, segundo o qual “manifestávamos *de forma pacífica* até que chegaram uns trezentos efetivos da Polícia Metropolitana para nos amedrontar. Mesmo estando nas calçadas, nos rodearam e começaram a *jogar bombas de gás lacrimogêneo e balas de festim.*” (HERIDOS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BP).

Mesmo uma relação interdiscursiva que remete, no discurso do veículo, à idéia de violência dos grupos ligados ao oficialismo encontra eco em intertextualidades manifestas que reproduzem a voz da oposição. A expressão “*grupos encapuzados*” aparece em um discurso indireto que reproduz a seguinte denúncia estudantil: “na terça-feira à noite uns motorizados *encapuzados* e com flanelas vermelhas arremeteram violentamente contra as instalações da Universidade Católica de Táchira” (CINCO ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO T).

Neste caso, outra relação interdiscursiva reforça a associação entre chavistas e a violência então registrada. Trata-se da expressão “flanelas vermelhas” que, ao fazer referência à cor usada cotidianamente por Chávez e seus seguidores – como sinal de sua tendência esquerdista – apresenta-se como uma forte evidência do envolvimento dos oficialistas no episódio.

Também a cumplicidade e o respaldo das forças de segurança às agressões empreendidas por chavistas encontram eco no discurso opositor, como atesta a oração

adjetiva explicativa presente no discurso indireto “os estudantes acusaram o prefeito Henri Falcón e o governador do estado de estarem por trás da violência gerada por simpatizantes oficialistas, *que agridem os manifestantes com o amparo da polícia*” (CINCO ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO T).

Converge para o mesmo fim a seguinte afirmação do estudante opositorista Stalin González, construída a partir de um silêncio constitutivo – o verbo “coordenar” - que sugere a participação ativa do governo em atos violentos supostamente protagonizados por simpatizantes chavistas: “é claro que o Governo *coordenou* a violência. Ninguém pode explicar como entraram e saíram alguns motorizados, com a força policial rodeando a universidade, para resgatar o grupo de pistoleiros que ficou preso na Escola de Trabalho Social” (ACTO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO Z).

Em contraposição à tendência de equiparação entre a formação discursiva adotada pelo jornal e pelos grupos opositoristas, os dizeres sustentados pelas vozes governamentais quase não ressoam na cobertura. Nas notícias sobre violência, o governo praticamente só é defendido por (raras) fontes do próprio governo.

A qualificação dos atos chavistas como manifestações pautadas na paz e na ordem fica circunscrita às declarações do ministro da Comunicação e Informação, Wiliam Lara, de que a campanha do Sim promove uma “combatividade alegre, *cívica e pacífica*” (LEÓN, 2007, tradução nossa) (ANEXO G), e do estudante Jhon Duarte, para quem entre os oficialistas “há amor, *paz e alegria*” (OFICIALISTAS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CR).

A baixa permeabilidade do discurso de *El Universal* à perspectiva assumida pelas fontes governamentais fica patente também nos relatos sobre a atuação das forças de segurança. O emprego de palavras e expressões que neguem possíveis excessos por elas cometidos é realizado apenas pelo general da Guarda Nacional Alirio Ramirez, para quem “nós fomos *respeitosos* ao deixar que estes estudantes, de maneira espontânea, voluntária

chegassem ao CNE” e somente quando a manifestação saiu do permissível “tivemos que atuar, mas *não atuamos para agredir nem para atropelar ninguém*” (CAPACIDAD ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO D).

Além de revelar a inexistência de um único episódio no qual o veículo assumia o mesmo lugar de fala do governo, a restrição dessas duas versões a apenas três intertextualidades manifestas aponta para uma tendência de silenciamento local das fontes governamentais no que tange à caracterização de seus membros.

No mesmo diapasão, aparecem em escassos momentos (e sem que sejam referendadas como verdadeiras) falas que caracterizam a oposição como adepta de uma violência excessiva, como as declarações do presidente Hugo Chávez calcadas nos silêncios constitutivos “*minoría fascista violenta*” (CORTE, 2007d, tradução nossa) (ANEXO I) e marchas “*muito violentas*” (PROTESTAS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AO).

A aproximação entre as formações discursivas empregadas por *El Universal* e pela oposição venezuelana, inclusive em seus aspectos mais nuançados, e o simultâneo afastamento do primeiro em relação à formação discursiva governamental, evidenciam que, em uma significativa parcela da cobertura sobre os incidentes de embate físico, o jornal assume o mesmo lugar de fala dos grupos contrários ao governo.

Similar estrutura discursiva é encontrada em outra construção de sentido que evoca o caráter agressivo do governo: a “violência verbal de Chávez”. Também na abordagem desse tema, as formações discursivas do veículo e de diferentes segmentos opositores se confundem. Tal comunhão é evidenciada, em parte, pela coincidência de palavras do campo semântico da agressividade em referências às declarações presidenciais feitas tanto pela oposição quanto pelo veículo.

Em reiteradas intertextualidades que fazem remissão a declarações de fontes opositores, Chávez é identificado como alguém agressivo. Ismael García afirma que “até

agora o discurso que escutamos é carregado de muita *violência* e alguém pode dizer coisas duras sem a necessidade de *agredir* ninguém” (DÍAZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO S). O arcebispo Roberto Lückert, por sua vez, comenta a respeito da declaração feita por Chávez sobre o cardeal Jorge Urosa: “ele sempre está em uma atitude *agressiva beligerante* buscando *briga* com todo mundo” (CASTILLO, 2007h, tradução nossa) (ANEXO K).

Silêncios constitutivos similares são instaurados pelo jornal em menções a pronunciamentos do mandatário venezuelano, como o emprego da palavra “ataque” e da expressão “arremeter contra”, presentes respectivamente em: “o *ataque* do presidente Hugo Chávez aos estudantes, no domingo passado, longe de deixá-los amedrontados, fortaleceu-os (MÉNDEZ, 2007h, tradução nossa) (ANEXO K); “[o cardeal Oscar] Rodríguez fez estas declarações na televisão quando pediram-lhe sua opinião sobre as palavras de Chávez [...] nas quais *arremetia contra* a Igreja (CARDENAL ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BR).

O sentido evocado nessas estruturas discursivas é reforçado por intertextualidades manifestas presidenciais, reproduzidas em discurso direto, que destacam expressões agressivas empregadas pelo mandatário venezuelano, como a advertência aos meios de comunicação internacionais de que eles poderiam ser “*lançados para fora do país*” (CORTE, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CT) e as alcunhas “*filhinhos de papai, riquinhos de berço de ouro*” (CORTE, 2007d, tradução nossa) (ANEXO I), empregada por Chávez em referência aos estudantes opositores; e “*meliante*”, “*estúpido*” e “*atrasado mental*” (ALONSO, 2007c, tradução nossa) (ANEXO CA), dirigidas ao cardeal Jorge Urosa.

No que tange às hostilizações verbais, cabe ainda registrar que poucas são as menções a um comportamento de igual natureza proveniente de segmentos opositores. Mesmo diante de temas polêmicos e em relação aos quais a oposição adota um tom discursivo radical (ou mesmo violento), as representações desses episódios no jornal são suavizadas, como no exemplo que segue:

distante de seu estilo *apurado e cuidadoso* com qualificativos, o representante do partido Um Novo Tempo (UNT) para assuntos eleitorais, Enrique Márquez acusou ontem *em termos enérgicos e sem cuidado* a maioria da direção do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e, em particular sua presidenta, Tibisay Lucena, de seguir ‘a estratégia macabra’ do Governo para alimentar a abstenção eleitoral (GÓMES, 2007, tradução nossa) (ANEXO AR)

A agressividade da fonte é mitigada ao se evitar a evidenciação das palavras mais duras por ela utilizadas na ocasião (substituídas pelas expressões “em termos enérgicos” e “sem cuidados”). Esta tendência de não construção de uma personagem beligerante também é reforçada por outros dois silêncios constitutivos: as expressões “apurado” e “cuidadoso com qualificativos”, que caracterizam os pronunciamentos da fonte como discursos geralmente marcados, respectivamente, pela polidez e pela cautela nas escolhas semânticas.

4.2 Violação de Direitos Humanos

As agressões física e verbal do governo Chávez assim construídas são, por vezes, apresentadas como ações que ferem liberdades legalmente garantidas aos cidadãos venezuelanos. Elas adquirem, por exemplo, a feição de intolerância política, sentido evocado a partir da conjugação de diferentes estruturas discursivas em:

para a oposição seria o mais parecido a uma via crucis, mas aos chavistas revela-se um caminho de rosas. Os estudantes que respaldam o setor oficial marcham hoje da Praça Venezuela até as sedes do Conselho Nacional Eleitoral, da Assembléia Nacional e do Tribunal Supremo de Justiça (MÉNDEZ, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AR).

No enunciado, a expressão “via crucis” realiza uma relação interdiscursiva que resgata e associa às manifestações estudantis opositoras dizeres que remetem a um percurso de sofrimentos físico e moral. Por outro lado, o termo “caminho de rosas” estabelece um silêncio constitutivo que define as mobilizações pró-governo como trajetos marcados por facilidades e pela paz.

Ao confrontar essas duas imagens e, ainda, reiterar sua contradição por intermédio de uma coesão frasal - a conjunção adversativa “mas” -, o jornal suscita o sentido de que as marchas oposicionistas culminam com a repressão policial por consistirem em atos de contestação e não de apoio às forças políticas em vigor.

A articulação entre uma coesão frasal e um silêncio fundador evoca similar idéia na notícia “Detidos quatorze estudantes por manifestar” (LÓPEZ, 2007d, tradução nossa) (ANEXO AT). Nela, a causalidade sugerida pela conjunção coesiva aplicada ao título – a conjunção “por” - conduz à interpretação de que as prisões estudantis foram motivadas pela externalização de suas preferências políticas. O texto acaba respaldando tal sentido, ao praticar um silêncio fundador que exclui do relato qualquer explicação sobre as detenções.

A “intolerância política do governo Chávez” é suscitada, ainda, pelo silêncio constitutivo presente no seguinte fragmento: “já começou o ex-ministro da Defesa Raúl Isaías Baduel a *sofrer as conseqüências de sua dissidência*. O general denunciou que ficou sem o pessoal militar que custodiava sua segurança e a de sua família” (RIVERO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO R).

Com a oração “sofrer as conseqüências de sua dissidência”, o discurso de *El Universal* estabelece uma associação direta entre a retirada da guarda de Baduel e a adoção, pelo militar reformado, de uma postura contrária ao governo Chávez. Ao realizar tal construção, o veículo acaba tachando a atitude governamental como uma retaliação política e, por conseguinte, impossibilitando a apresentação de outras razões possíveis para o fato.

Mais uma vez, são as intertextualidades referentes a declarações oposicionistas que fornecem as chaves para a compreensão do discurso de *El Universal*. Nelas é possível identificar a presença de uma formação discursiva que, assim como as estruturas textuais do veículo, propagam a “intolerância política do governo”.

Ilustram essa situação escolhas semânticas que remetem à idéia de inaceitação de posições divergentes, como as realizadas pelo estudante Yon Goicoechea, ao afirmar que “o Governo exerce como política a *discriminação*, busca *esmagar a dissidência*, *passar sobre os que não se vendem nem se deixam intimidar*” (CASTILLO, 2007i, tradução nossa) (ANEXO E), e pelo religioso Ovídio Morales, quando este assegura que o Governo realiza “uma campanha sistemática de *perseguição* e de difamação contra a Igreja” (CASTILLO, 2007h, tradução nossa) (ANEXO K).

Outra liberdade constitucional apresentada como alvo das agressões empreendidas pelo governo Chávez é a autonomia universitária. Neste caso, a infração é evocada especialmente por intertextualidades manifestas: é sobretudo em afirmações realizadas por fontes, e não em estruturas discursivas de autoria exclusiva do veículo, que tal sentido se evidencia.

Enquadram-se nessa situação, por exemplo, as sentenças: “Maldonado relatou que aproximadamente às 2h50 da tarde os efetivos militares *irromperam* no recinto universitário portando armas de fogo em *flagrante violação da autonomia universitária*” (RODRÍGUEZ, 2007, tradução nossa) (ANEXO AC) e “o presidente adjunto da FCU-UC, Mauro Montero, assinalou que os universitários de Carabobo condenam a *ingerência* do Exército e sobretudo a *intromissão* do general de brigada Cliver Alcalá, comandante da 41ª Brigada Blindada, no recinto universitário” (CASTRO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO AJ).

A preponderância das intertextualidades na evocação desse sentido não implica, contudo, isentar o veículo de responsabilidade nessas construções. Isto porque ele quase submete a um silêncio local fontes que contestem a idéia de ameaça do governo à autonomia universitária: das nove notícias que abordam o assunto, apenas duas apresentam vozes dessa natureza.

A liberdade de imprensa também é abordada no noticiário por intermédio de fontes supostamente isentas – especialmente representantes de entidades de defesa das liberdades de imprensa e de expressão – que acionam uma formação discursiva na qual o jornalismo é visto como uma atividade ameaçada pelo governo Chávez.

Tal avaliação se expressa, por exemplo, na voz do relator de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Ignacio Alvarez: “há uma série de declarações *tachando* os jornalistas da Globovisión de golpistas, de conspiradores e *indubitavelmente esta é uma situação preocupante*, porque pode ser recebida, e com muita razão, como um convite à *autocensura*” (RELATOR ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BC).

A autoridade caracteriza os discursos chavistas como dizeres de natureza agressiva a partir do silêncio constitutivo instaurado pela palavra “tachar”, que pressupõe a maculação moral de outrem. Por intermédio de uma estrutura coesiva que remete à idéia de conclusão – a oração coordenada “indubitavelmente esta é uma situação preocupante” -, ela estabelece uma relação entre as declarações oficialistas e a possibilidade de autocensura.

Similar construção é encontrada na intertextualidade que reproduz a fala do presidente da Associação Internacional de Radiodifusão, Luis Sainz. Este se refere aos discursos de Chávez e de seus aliados como “mecanismo de amedrontamento” – acionando, portanto, o sentido de intimidação da atividade jornalística pelo governo – e, por intermédio do verbo “afetar”, instaura um silêncio constitutivo que qualifica as declarações oficiais como atos prejudiciais à liberdade de imprensa. Nas palavras de Sainz, os discursos oficialistas são “um *mecanismo de amedrontamento* que *afeta* a liberdade de expressão do único meio [o canal *Globovisión*] que permite espaços para quem dissinta do Governo” (AIR ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CU).

Além das hostilizações verbais, também a sistemática oferta de notícias sobre supostas agressões físicas de profissionais de comunicação é utilizada pelo jornal como instrumento

para a caracterização do governo como intrinsecamente associado ao cerceamento da liberdade de imprensa.

Ao repudiar episódios dessa natureza ocorridos durante a campanha do referendo, o veículo dá voz à entidade internacional Repórteres Sem Fronteiras (RSF), que utiliza o termo “guerra midiática” (DEPLORAN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CF) para se referir à realidade venezuelana. Por intermédio da expressão, a fonte estabelece um silêncio constitutivo que, ao remeter à violência contra os jornalistas no exercício de suas atribuições, supõe a existência de significativas barreiras para a realização de atividades comunicacionais no país.

A existência de entraves à atividade da imprensa na Venezuela é indicada também a partir do emprego de uma palavra que remete ao sentido de agressividade governamental, o termo “clima de hostilidade”, presente na avaliação realizada pelo relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Ignacio Alvarez. Tratando do ambiente pré-eleitoral venezuelano, “Ignacio Alvarez expressou sua preocupação com o *clima de hostilidade* contra os meios de comunicação que está se apresentando na campanha para o referendo” (RELATOR ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BC).

Aludindo ao governo Chávez como um todo, e não apenas à campanha eleitoral pré-referendo, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) instaura o sentido de que o cerceamento dos meios de comunicação na Venezuela provém de longa data e piora a cada episódio. Ela o faz cunhando, em sua avaliação da liberdade de imprensa no país, um termo que reúne, respectivamente, as idéias de degradação, intensificação e perenidade: a expressão “deterioração acelerada e constante” (CASTILLO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BJ).

Tal situação é indicada também por silêncios constitutivos que trazem implícitos a si a idéia de aprofundamento de algo previamente existente, como as palavras “agravar” e

“intensificar”, presentes nos enunciados: “tem-se constatado como em cada ocasião [em cada missão enviada a Caracas nos últimos nove anos], em cada um dos informes [emitidos pela SIP] a situação tem se *agravado*”; “lamentavelmente no ano de 2002 reforma-se o código penal [venezuelano] e então se *intensificam* os processos por difamação e injúria contra jornalistas”.

A gradatividade implícita às escolhas semânticas empreendidas pela entidade em sua menção aos discursos governamentais direcionados aos meios de comunicação também permite divisar tal conjuntura. Nas referências dessa natureza, a SIP parte de uma palavra que abarca o sentido de criticidade - “comentários” - para, em seguida, adotar uma que remete à agressividade - “ameaças”: “no princípio só se tratava de *comentários* contra a imprensa [...] Há dois anos atrás, em maio, dão-se as primeiras *ameaças* de fechamento de alguns canais de televisão” (CASTILLO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BJ).

O caráter longo e permanente das ameaças à mídia na Venezuela é evidenciado também por uma relação interdiscursiva: a comparação estabelecida pelo presidente da Associação Internacional de Radiodifusão, Luis Sainz, entre a situação vivenciada no momento pelo canal Globovisión e a história recente da RCTV¹⁵, que culminou com a revogação da licença de transmissão dos conteúdos da emissora via espectro estatal (AIR ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CU). Ao realizar tal associação, a fonte resgata dizeres sobre o cerceamento já sofrido por meios de comunicação no governo Chávez, apresentando-os como algo na iminência de se repetir.

A limitação dos espaços para o livre exercício da imprensa também é sustentada por uma presumível autoridade no assunto a partir da caracterização das atividades

¹⁵ A *Radio Caracas de Televisión* (RCTV), considerada a mais antiga e mais popular emissora da Venezuela, teve o seu pedido de renovação de concessão negado pelo governo Hugo Chávez. Como consequência, o canal foi obrigado a abandonar o espectro estatal em maio de 2007, passando a transmitir seus conteúdos via cabo. O episódio foi amplamente classificado como uma afronta à liberdade de imprensa, motivada pela vingança política de Chávez a um canal opositor que, supostamente, teria participado do planejamento e da execução do golpe de abril de 2002.

comunicacionais realizadas pelo Estado. O professor universitário e comunicólogo Marcelino Bisbal chama atenção para a restrição da liberdade comunicacional na Venezuela elencando ações estatais empreendidas na área e marcando-as com termos que remetem à idéia de abusos do governo nas relações com os meios de comunicação. Segundo ele, verifica-se no país “[...] a *concentração* dos meios por parte do Executivo, o uso *abusivo* dos meios do Estado e o *afã* por cadeias presidenciais” (CASTILLO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO BG).

Além de ser apresentado como uma administração que viola a liberdade de imprensa, o governo Chávez também é caracterizado pelo discurso de *El Universal* como infrator de uma garantia de certa forma correlativa: o direito à informação. O descuido do Estado venezuelano para com esse bem humano fundamental é referenciado pela SIP a partir da instauração de um silêncio constitutivo: o emprego do adjetivo “dificuldade” como qualificador das condições existentes no processo de reforma constitucional para o exercício de tal direito. Segundo a entidade, o procedimento da reforma “já mostra *dificuldades* no que diz respeito ao direito à informação e a estar informado” (CASTILLO, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BF).

A visão das práticas governamentais como ações que se desviam da finalidade informativa é compartilhada por vozes opositoras. O deputado Ismael García, dissidente da base aliada de Chávez, refere-se à campanha do oficialismo como contrária aos princípios basilares do direito à informação: a veracidade (no texto, contrapõe-se este conceito aos sentidos de mentira e dúvida, expressos respectivamente pelo termo “oferta enganosa” e pelo verbo “confundir”) e a informação desinteressada (cujo oposto aparece no texto por meio de uma escolha semântica que remete à idéia de manejo das informações segundo intenções próprias, a expressão “campanha tendenciosa”). (GARCIA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BQ).

A suposta posição anti-informativa do oficialismo também é evocada a partir da conjugação de intertextualidades manifestas que remetem a vozes opositoras e governamentais a estruturas discursivas empregadas pelo veículo. Na notícia “Bloco do Não denuncia que oficialismo boicota debates” (MARTÍNEZ, 2007, tradução nossa) (ANEXO AP), a sentença “a confrontação de idéias não é um ponto de honra para os partidos oficialistas” configura-se como um silêncio constitutivo, com o qual o jornal qualifica o bloco do Sim como um ator político avesso ao debate, apagando outros sentidos possíveis para a não participação deste nas reuniões.

A existência de uma atitude não-informativa inerente a essa posição é suscitada por uma intertextualidade manifesta supostamente associada à fala de um representante governamental que, ao utilizar o adjetivo “emocional” para definir a campanha do Sim, sugere por intermédio de um silêncio constitutivo que o governo não pretende se centrar na divulgação de informações sobre o projeto, mas sim trabalhar as emoções do eleitorado. Tal suposição é, então, parcialmente reforçada pelo opositor Juan Carlos Caldera, que emprega o verbo “desinformar” para qualificar o não comparecimento do oficialismo às reuniões: “queremos denunciar o que é uma tosca estratégia do Sim para *desinformar* o país”.

Palavras que remetam ao ato de informar nas referências sobre a atuação do governo só aparecem em intertextualidades nas quais vozes de seus próprios integrantes são reproduzidas, como o chamado do vice-presidente Jorge Rodríguez para “[o chavismo] continuar *explicando* o verdadeiro conteúdo da reforma constitucional” (COMANDO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BY) e a avaliação de chavistas de que “se deveria *debater* sobre as realidades da proposta, em vez de tomar a rua violentamente para rechaçá-la” (CASTRO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO AQ).

Enquanto o setor oficialista é majoritariamente apresentado pela formação discursiva hegemônica no noticiário de *El Universal* como um infrator do direito à informação, o bloco

oposicionista aparece nela principalmente como seu defensor. Contribuem para a construção desse sentido, em primeiro lugar, intertextualidades manifestas que fazem referência a falas de representantes da própria oposição, nas quais estes afirmam assumir ações informativas.

Ilustra essa situação a declaração de María Machado, diretora da associação civil Súmate, na qual se encontram palavras associadas ao ato educativo: “a rede nacional de voluntários de Súmate em todo o país tem visitado, *compartilhado* e *analizado* o conteúdo da reforma com milhares de cidadãos em todos os municípios venezuelanos” (CASTILLO, 2007g, tradução nossa) (ANEXO N).

A preocupação com o baixo nível de informação dos venezuelanos sobre a reforma constitucional e a conseqüente adoção de uma postura contrária a essa situação também são características que ajudam a construir a imagem de um bloco anti-reforma que vela pelo direito à informação.

Elas são suscitadas por declarações como a de Ismael García, segundo a qual “há uma alta porcentagem de venezuelanos que *não conhecem* o projeto de reforma e nós queremos que nessas próximas horas que restam de campanha a discussão seja sobre o conjunto de artigos que ali estão presentes” (GARCÍA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BQ).

Marcas textuais que evocam tal sentido são encontradas, ainda, em construções realizadas pelo próprio veículo. Em estruturas discursivas dessa natureza ocorre o estabelecimento de silêncios constitutivos que remetem ao ato de informar para caracterizar as peças publicitárias da campanha oposicionista: “a intenção do grupo era posicionar-se na Avenida Techerán para entregar aos motoristas panfletos *informativos* sobre o projeto de reforma constitucional” (MANIFESTACIÓN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AG).

A mesma configuração se repete em: “ao longo do percurso os universitários mostravam cartazes que *explicavam* artigo por artigo a inconstitucionalidade da proposta” (CASTILLO, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AW); e “outra ação estudantil, mas mais

tranquãila, realizaram os universitãrios da Metropolitana que por volta do meio-dia foram para a via Petare-Guarenas para entregar folders *informativos* da reforma constitucional” (MÉNDEZ, 2007a, traduãção nossa) (ANEXO CB).

A qualificaãção da campanha oposicionista como uma prãtica que se desvia da finalidade informativa, por sua vez, é realizada apenas em declaraãções governamentais e se manifesta principalmente a partir de silêncios constitutivos que evocam o sentido de mentira. Ilustram essa situaãção a declaraãção da deputada Cília Flores, que acusa a propaganda do Não de “fundamentar-se em fatos *que não são reais*” (PEÑALOZA, 2007d, traduãção nossa) (ANEXO Y); o chamado ao povo do vice-presidente, Jorge Rodríguez, para “desmontar *mentiras* [dos blocos antichavistas]” (COMANDO ..., 2007, traduãção nossa) (ANEXO BY) e sua avaliaãção de que “o antichavismo tem delineado uma campanha de *mentira*” (RADICALES ..., 2007, traduãção nossa)(ANEXO BM).

Também palavras que remetem à idéia de manejo das informaãções segundo interesses prãprios ajudam a conformar esse sentido, em sentenãas como a afirmaãção presidencial de que os oposicionistas “fizeram umas pesquisas ali, *manipulando* uns dígitos para gerar a dúbida de que estamos perdendo e eles vão ganhar” (CORTE, 2007b, traduãção nossa) (ANEXO CI) e a avaliaãção do vice-presidente Jorge Rodríguez, de que a campanha oposicionista também é marcada pela “*manipulaãção* em torno da reforma constitucional” (RADICALES ..., 2007, traduãção nossa) (ANEXO BM).

A liberdade de expressão também aparece, na formaãção discursiva adotada pelo veículo, como uma garantia humana desrespeitada pelo Estado venezuelano. Ilustra essa situaãção, por exemplo, a cobertura dos vetos a campanhas publicitãrias realizados pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), na qual é possível identificar estruturas discursivas que remetem à idéia de violaãção da liberdade de expressão de entidades oposicionistas.

Referências a episódios de suspensão de propagandas contrárias à reforma são, por exemplo, seguidas de declarações das partes atingidas, que denunciam justamente essa situação. É o que ocorre com a proibição de peças publicitárias da associação civil Sinergia. A decisão, anunciada na notícia “Abrem averiguação contra a Conferência Episcopal no CNE” (ABREN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CN), é contestada em “Sinergia disse que o CNE não tem claro seu papel de árbitro” (SINERGIA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CP), texto no qual a entidade afirma que “ambas as disposições constitucionais [que tratam da liberdade de expressão] foram *violadas* pela decisão do CNE anunciada pela sua presidenta”.

De forma similar, a instauração de um processo administrativo contra a Conferência Episcopal Venezuelana, por ter supostamente participado da campanha eleitoral sem estar regularmente inscrita no bloco opositor - noticiada em “Abrem averiguação contra a Conferência Episcopal no CNE” (ABREN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CN) -, é questionada pelo vice-presidente da entidade, Roberto Lückert.

A autoridade eclesial afirma que a CEV “*só expressou sua ‘opinião’ sobre o projeto apresentado pelo presidente Chávez*” (LA CEV ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CQ). Ela sugere, ainda, que as sanções do órgão recaem apenas sobre a oposição, ao afirmar que “apesar das ‘denúncias’ de vários setores, esse organismo *‘não intervém’* para frear ‘a violação de ver todos os organismos do *Estado* em campanha”.

Além de ser evocada por tais construções, a idéia de que a liberdade de expressão é violada pelo órgão do Estado e acomete somente segmentos opositores ancora-se em dois silêncios locais: o da própria entidade eleitoral, que não obtém visibilidade para rebater as acusações, e de organizações pró-governo que tenham sofrido iguais punições eleitorais, como a organização Jornalistas pela Verdade, também submetida a um processo administrativo – conforme anunciado na retranca da notícia “Lucena adverte sobre intenção de desconhecer resultados” (LUCENA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BX) -, mas

destituída de espaço jornalístico para avaliar se a medida consiste ou não em um cerceamento da liberdade de expressão.

A “violação da liberdade de expressão oposicionista” também é evidenciada por resultados de pesquisas sobre a cobertura da campanha eleitoral na mídia venezuelana. Na notícia “Em Tves e VTV o bloco do Não desapareceu” (EN TVES ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BW), tal situação é pontuada pelo professor Andrés Cañizales, partícipe de um estudo dessa natureza, a partir de silêncios constitutivos que evocam as idéias de presença tênue e ausência dos setores oposicionistas nos veículos estatais.

Respectivamente, as expressões “alguma presença”, “desaparecer completamente” e “desequilíbrio total”: “na primeira semana que monitoramos (5 a 11 de novembro) havia *alguma presença* de atores do Não, mas à medida que foram passando os dias, os atores do Não *desapareceram completamente* e tivemos um *desequilíbrio total*, porque nos meios do Estado parecia que a campanha tinha um só ator”.

Por essa sentença, tem-se um certo dimensionamento do espaço reservado à oposição na mídia estatal em todo o período observado. Ela evidencia que o indicador oscilou entre pouca e nenhuma presença. Contudo, similar dado sobre o comportamento dos meios de comunicação privados não pode ser depreendido dos resultados apresentados.

As declarações de outro participante da pesquisa mencionam apenas uma diminuição da brecha entre os conteúdos pró e contra a reforma, sem fornecer uma medida aproximada das distâncias que os separavam no início e no fim da análise: “segundo ele [o professor da Universidade de Gotemburgo (Noruega), Stein Grosund] a brecha entre as informações contra e a favor da reforma vem diminuindo [nas estações privadas]” (EM TVES ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BW).

Como consequência, pode-se afirmar que a construção do sentido de uma maior liberdade de expressão nos espaços privados ancora-se não só na idéia de fechamento das

brechas comunicativas e na associação a esses meios informativos de um significado contrário ao retrocesso da mídia estatal – como sugerido pela expressão “ao contrário”, na sentença “nos meios do Estado, *ao contrário* dos privados, tem acontecido um retrocesso nessas três semanas” -, mas também em um silêncio fundador, que exclui da notícia referências a uma situação próxima da realidade informativa dos meios eletrônicos privados.

Similar estrutura discursiva parece mascarar também o comportamento da imprensa privada. Na notícia “Lucena adverte sobre intenção de desconhecer resultados” (LUCENA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BX), a ausência de um detalhamento dos percentuais que indicam o favorecimento do bloco do Não no conteúdo veiculado pelos jornais venezuelanos – o texto menciona apenas os dados totais (59% de informações sobre o Não e 41% sobre o Sim) - torna imprecisa a origem da diferença, impossibilitando afirmações que atribuam o desequilíbrio informativo à cobertura realizada pelas empresas jornalísticas privadas e evidenciem sua real participação nos montantes finais.

Ajuda a corroborar tal assertiva a estrutura da notícia “Televisão oficial dedica 51 horas ao Sim e 38 minutos ao Não” (TELEVISIÓN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CC). Nela, a significativa disparidade entre os conteúdos audiovisuais transmitidos pelo Estado e pela iniciativa privada advém justamente do desmembramento dos volumes totais, que indicam uma situação inversa à mencionada anteriormente: o favorecimento do Sim, que detém 69% do espaço informativo total, em detrimento do Não, responsável por apenas 31%.

Ao contrário das demais, contudo, nessa notícia também a mídia privada é nitidamente caracterizada como detratora do direito à expressão. O jornal emprega o termo “enviesada” para se referir à cobertura dos veículos dessa natureza, instaurando um silêncio constitutivo que sugere a existência de parcialidade na produção jornalística por eles praticada, a partir do favorecimento do bloco opositor.

Vale observar, no entanto, que a tendenciosidade desses meios é minimizada por certas estruturas discursivas. Uma delas é a conjunção concessiva “embora”, empregada na construção da sentença “*embora* a televisão privada também seja enviesada em sua cobertura, não chega aos limites dos meios oficiais”. Por intermédio desse conector coesivo, o veículo consente a existência de parcialidade nas emissoras comerciais sem apresentá-la como um obstáculo capaz de impedir a diferenciação entre os meios estatais e privados realizada na oração subsequente.

A outra é a própria estrutura textual, que não traz em nenhum dos espaços de destaque na narrativa jornalística (o título, a linha fina e o lead) dados sobre o desequilíbrio informativo na mídia privada: estes fazem referência ao comportamento dos meios estatais e aos dados gerais sobre a cobertura da campanha do referendo, relegando a uma importância secundária a parcialidade dos veículos privados.

A contestação do caráter tendencioso da programação estatal é realizada unicamente pelo ministro da Comunicação, Wiliam Lara, que evoca em defesa desta os sentidos basilares do direito à informação, a veracidade e a informação desinteressada: “os meios do Estado mantêm uma linha editorial e informativa fundamentada na Constituição, nas leis venezuelanas e no Código de Ética do Colégio Nacional de jornalistas, sintetizada em um princípio diretor: *divulgar a verdade e nada mais que a verdade, beneficie ou prejudique a quem seja*” (LARA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CD). Mas, como a fonte é oficial, a declaração soa óbvia: nenhum ministro diria o contrário – o importante é que o jornal esforçasse em não referendar a posição oficial.

Além de ser vista como uma realidade já existente na Venezuela, a violação desses e de outros direitos humanos é apresentada pela formação discursiva de *El Universal* como uma atitude passível de se aprofundar com a implantação de mudanças propostas na reforma constitucional.

No que tange às liberdades informativas, esta situação é referenciada por entidades representativas dos meios de comunicação a partir do estabelecimento de silêncios constitutivos que remetem à idéia de ameaça à atividade da imprensa. A associação Repórteres Sem Fronteiras (RSF) acredita que a reforma possa representar “‘uma guinada *perigosa*’ para a liberdade de imprensa” (DEPLORAN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CF).

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), por sua vez, classifica o projeto como um “*perigo* para a liberdade de imprensa” (SIP PREOCUPADA, 21/11), no qual se identificam “duas áreas de *risco*” (CASTILLO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BJ), sendo uma delas as mudanças na propriedade privada, que constituem um “*perigo* para os meios independentes” (CASTILLO, 2007C, tradução nossa) (ANEXO BF).

O compartilhamento da mesma formação discursiva pelo jornal é evidenciado por escolhas léxicas que remetem ao mesmo campo semântico acionado pelas entidades representativas do setor. Ao anunciar a avaliação da RSF, *El Universal* utiliza o verbo “temer”, que pressupõe a existência de um perigo motivador do receio: “em um comunicado divulgado ontem, relatado pela Efe, RSF se perguntou sobre a ‘necessidade’ dessa ‘inoportuna’ reforma [...] e *teme* que esta suponha um ‘giro perigoso’ para a liberdade de imprensa” (DEPLORAN ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CF).

O mesmo acontece com a ponderação do presidente da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), Luis Sainz, antecedida pela palavra risco:

sobre os *riscos* que observa para a liberdade de imprensa e de informação no projeto de reforma constitucional submetido a referendo, [Sainz] assinalou o caso dos estados de exceção, “que bloqueia o trabalho dos meios de forma explícita” e o tema da propriedade privada, “que pode prejudicar a independência dos meios privados” (AIR ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CU).

A contraposição a essas idéias é encontrada na réplica do ministro da comunicação William Lara à avaliação da reforma feita pela SIP. Por intermédio dos verbos “expandir” e

“retocar”, o representante do governo estabelece silêncios constitutivos que evocam sentidos diametralmente opostos aos instaurados pela entidade - respectivamente, a ampliação e o aperfeiçoamento das liberdades informativas com a aprovação da reforma: “ao contrário das bajulações da Sociedade Interamericana de Exploradores de Periodistas (SIEP), a reforma constitucional *expande e retoca* a liberdade de expressão ao empoderar as organizações populares” (LARA ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO BI).

Também o sentido de ameaça à propriedade privada é refutado pelo ministro, a partir de duas escolhas semânticas que evocam a idéia de proteção, os verbos “preservar” e “blindar”: “a reforma *preserva* a propriedade privada, *blindando-a* constitucionalmente, ao mesmo tempo que consagra outras modalidades de propriedade” (LARA ..., 2007a, tradução nossa) (ANEXO BI).

À exceção deste caso, não são encontradas no noticiário intertextualidades que questionem as asseverações críticas ao governo vocalizadas pelo jornal. A ausência de estruturas discursivas dessa natureza aponta para uma tendência ao silenciamento local de autoridades governamentais, simpatizantes chavistas e mesmo de fontes supostamente isentas que tenham uma posição favorável às mudanças propostas.

Além de se referir às liberdades informativas, o discurso de *El Universal* apresenta os efeitos da reforma constitucional para outros direitos humanos. Tais avaliações são realizadas por terceiros, a partir de silêncios constitutivos. Elas são encontradas, por exemplo, na voz de fontes tidas como imparciais, que empregam expressões associadas à idéia de limitação das liberdades humanas para evocar os impactos das mudanças na vida dos venezuelanos.

Ilustram essa situação as declarações da Federação de Trabalhadores de Carabobo, segundo a qual as mudanças trabalhistas “*cerceiam* o direito ao trabalho e ao livre emprego” (ALONSO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CM), e da ONG Human Rights Watch, para a

qual a reforma “*restringe* direitos humanos fundamentais dos cidadãos” (ONU ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CV).

As idéias de infração e debilitação das garantias humanas vigentes no país também são suscitadas por entidades dessa natureza a partir de silêncios constitutivos, como demonstram, respectivamente, a afirmação das corporações de advogados da Venezuela, segundo o qual o projeto de reforma “*viola* direitos humanos irrenunciáveis” (CASTILLO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO W), e a declaração da Organização das Nações Unidas, que qualifica as novas regras para os estados de exceção e as mudanças na relação entre a Assembléia Nacional e o Tribunal Supremo de Justiça como medidas que “*minam* as liberdades civis dos venezuelanos” (ONU ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CV).

Ainda mais freqüente nas ponderações dessas entidades é a presença de palavras e expressões que acionam o sentido de supressão de direitos humanos com a reforma, como atestam a avaliação da ONG Human Rights Watch, para quem “estas emendas [da reforma] poderiam permitir ao presidente *suspender* direitos básicos indefinidamente” (ONU ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CV), e a declaração dos sindicatos dos trabalhadores, segundo os quais nos estados de exceção o governo poderia “*suprimir* os direitos ao devido processo e à informação” (ALONSO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO BV).

O suposto desapego do projeto chavista em relação aos direitos humanos também é indicado por fontes tidas como isentas a partir de outros silêncios constitutivos. As intertextualidades manifestas que reproduzem falas de autoridades como os reitores Jorge Pabón e Jesús María Casal, qualificam a reforma como uma medida parcial, que não prevê um tratamento igualitário para todos os cidadãos venezuelanos, cunhando a expressão “constitucionalizar a discriminação”:

no seminário também participaram Jorge Pabón, reitor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Políticas da UCV, o padre Jorge Virtuoso, presidente da Fundação Centro Gumillas, e Jesús María Casal, reitor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Andrés Bello, que coincidiram em afirmar que a aprovação

das mudanças poderia levar a *constitucionalizar a discriminação* (CASTILLO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO AZ).

O ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Ayala Corao, por sua vez, suscita a idéia de infidelidade, de descumprimento dos direitos humanos, a partir do emprego do verbo “trair”. Para ele, a reforma constitucional “*trai* os princípios de participação e os direitos humanos”.

A qualificação das alterações constitucionais como medidas que atentam contra os direitos humanos não se restringe a fontes dessa natureza. Ela encontra eco na voz de representantes da oposição, como o secretário do partido Um Novo Tempo (UNT), José Carivas, que evoca o sentido da infração de direitos no enunciado: “estas ocupações servem para que o povo compare que direitos temos na Constituição vigente e ‘quais nos *roubam* na chamada reforma”” (CARAVANA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BU).

Semelhante sentido é evocado pela associação civil Súmate, a partir do emprego de uma palavra do mesmo campo semântico, o verbo “violar”: “o conteúdo da reforma *viola* direitos humanos fundamentais já estabelecidos na Constituição vigente” (SÚMATE, 7/11). A essa característica, a entidade acrescenta a idéia de parcialidade, tratamento inigualitário, por intermédio da palavra “excludente”: “para Súmate, as modificações são *excludentes*”. (CASTILLO, 2007g, tradução nossa) (ANEXO N).

Personalidades que apóiam ou apoiaram durante longo tempo as posições governamentais também fazem ressoar as avaliações precedentes. O prefeito Freddy Carrero, que então pleiteava filiação ao PSUV, assume a mesma formação discursiva da oposição, utilizando uma palavra que remete à idéia de infração para se referir às conseqüências da reforma no que diz respeito aos direitos humanos. Carrero afirma que embora seja um homem de esquerda, não “pode ser cúmplice da *violação* dos direitos estabelecidos na Constituição” (LÓPEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CO).

A ex-primeira dama, Marisabel Rodríguez, re-invoca o sentido da supressão de direitos. Segundo ela, com a reforma “o povo *perde* autonomia; o povo *perde* garantias; o povo *perde* liberdades; o povo *perde* participação protagônica” (OROZCO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO AM). Já o ex-ministro da defesa e amigo de Chávez, Raúl Baduel, suscita idéias idênticas às contidas nas falas das entidades consideradas isentas. Intertextualidades que fazem referência às declarações da fonte ecoam os sentidos de supressão e limitação de direitos: Baduel classifica o projeto presidencial como uma proposta que “*despoja* os cidadãos de seus direitos”, “*limitando* os direitos fundamentais” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX).

Em contraposição à pluralidade e à abundância de atores que acionam a formação discursiva na qual as mudanças constitucionais são vistas como violações de direitos humanos, o noticiário de *El Universal* circunscreve as fontes adeptas da perspectiva contrária ao círculo de apoiadores do governo - não dedicando, portanto, espaço para autoridades supostamente isentas se manifestarem – e quase as submete a um silêncio local.

Uma das únicas intertextualidades que evocam sentidos divergentes dos supracitados reproduz uma declaração do vice-presidente Jorge Rodríguez. O representante do governo emprega a expressão “em igualdade” para se referir a uma das mudanças previstas, associando à reforma a idéia de igualitarização da sociedade: “agora os professores, os estudantes e os empregados das universidades públicas e privadas poderão eleger, *em igualdade* de condições, suas autoridades” (RODRÍGUEZ ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BB).

Tal sentido é reiterado pelo simpatizante chavista Abel Urea, que recorre à mesma formação discursiva, empregando o termo “sem discriminação” para dimensionar as implicações da mudança do artigo 21 para os homossexuais: “graças ao artigo 21 o

homossexual terá identidade sexual e direito a utilizar os espaços públicos *sem discriminação*” (PEÑALOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BO).

A suposta obtenção de novos direitos sociais é indicada também em uma intertextualidade que faz referência à declaração de Nacarí Ramos. A palavra “benefícios”, presente na fala da cidadã favorável ao governo, estabelece um silêncio constitutivo que qualifica as mudanças trabalhistas presentes na reforma como garantias destinadas a melhorar a vida dos profissionais independentes: “a zuliana Nacarí Ramos, 35 anos, ressaltava os *benefícios* que receberão os trabalhadores independentes” (PEÑALOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BO).

4.3 Ilegalidade

Além de serem vistos como transgressores de direitos humanos fundamentais e de liberdades garantidas pela Constituição venezuelana, o governo Hugo Chávez e seus integrantes são apresentados, no período submetido à análise, como personagens responsáveis por outras ações situadas à margem da legalidade.

Atesta esta assertiva a referência ao levante militar de fevereiro de 1992, liderado por Chávez e conduzido com o auxílio de alguns de seus seguidores. Ao mencionar o episódio, o jornal o chama de “*intentona golpista*”: “quem foi companheiro de armas do presidente Hugo Chávez na *intentona golpista* de 4 de fevereiro de 1992, Joel Acosta Chirinos, realizou um chamado a votar de maneira pacífica no referendo Constitucional” (SUCRE, 2007, tradução nossa) (ANEXO CW).

A definição resgata pelo interdiscurso dizeres sobre a ilegalidade das tentativas e/ou das alterações da ordem institucional promovidas pelas Forças Armadas - que teve grande

impacto na história latino-americana, sobretudo na venezuelana¹⁶ - e os associa a Chávez e seus companheiros.

A coerência textual evidencia outro desvio legal: a violação das normas eleitorais. Na notícia “Chávez encerrou campanha com ameaças” (CORTE, 2007a, tradução nossa) (ANEXO CT), o veículo relata que o presidente mencionara, em uma transmissão ao vivo, resultados de pesquisas de opinião favoráveis ao bloco do Sim.

Logo após, o jornal informa a proibição, pela lei eleitoral venezuelana, da divulgação de informações dessa natureza às vésperas da eleição. Quando associadas, as duas informações acabam, portanto, evocando o sentido de que a atuação de Chávez consistiu em uma transgressão da legislação vigente no país.

Não são, contudo, as estruturas discursivas adotadas diretamente pelo veículo que mais contribuem para a instauração desse sentido. Ele se manifesta especialmente em intertextualidades que levam à preponderância uma formação discursiva na qual a reforma constitucional é vista como uma medida ilegal.

É o que evidenciam as palavras e expressões presentes nas assertivas dos opositoristas Frederico Black, segundo a qual os jovens continuarão manifestando “contra uma reforma que é *inconstitucional* em forma e em fundo” (CASTILLO, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AW); do líder estudantil Stalin González, que qualifica a reforma como uma “possível *manobra fraudulenta*” (MÉNDEZ, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BN) e de um docente, para quem “todos deveríamos sair a protestar porque estão querendo nos impor uma

¹⁶ A história da Venezuela foi fortemente marcada por golpes militares. Em 1908, o país teve os rumos de sua vida política modificados, pela primeira vez, por uma sublevação militar: o general Juan Vicente Gómez depôs o governo vigente e implantou uma ditadura repressiva, que vigorou até a década de 30. Em 1945, uma nova rebelião das Forças Armadas derrubou o presidente Medina Angarita e designou uma junta revolucionária, composta por representantes civis e militares, para assumir o governo. Apenas três anos depois, uma nova conspiração pôs fim ao governo de Rómulo Gallegos e entregou o poder a um regime militar brando. Contudo, em 1952 ele assumiu feições ditatoriais, em virtude do “golpe dentro do golpe” orquestrado por Pérez Jimenez, que passou a liderar o país até o retorno das garantias democráticas, em 1958 (MARINGONI, 2004).

Constituição que pela maneira de fazê-lo é *ilegal*” (ESTUDIANTES ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO X).

Vale-se de silêncios constitutivos similares também uma fonte caracterizada por *El Universal* como liberal: o jornal norte-americano *The Washington Post*. Em um editorial no qual avalia o teor da proposta de alteração constitucional venezuelana, o veículo considera que esta representa um verdadeiro “*golpe*” (DIÁRIO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AY).

Reiteram o mesmo significado as declarações de dissidentes do chavismo, como o ex-ministro da Defesa, Raúl Baduel, para quem a reforma foi proposta mediante “procedimentos *fraudulentos*”, que caracterizam sua aprovação como a consumação de um “*golpe de Estado*” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX).

Utilizam-se de termos que também remetem ao sentido de ilegalidade governamental o secretário-geral do partido Podemos, Ismael García, para quem “o que não se pode aceitar hoje é que o Estado venezuelano imponha através de um de seus poderes, como é a Assembléia Nacional, isso [a reforma constitucional] que é um *golpe*” (DÍAZ, 2007) (ANEXO S); e o ex-companheiro de Chávez, Joel Acosta Chirinos, que exorta todos os cidadãos a “comparecer de maneira decidida às urnas amanhã, domingo, e expressar vitalmente sua postura diante do projeto *irregular* que apresentou o oficialismo” (SUCRE, 2007, tradução nossa) (ANEXO CW).

Tais avaliações são referendadas, ganhando ainda mais peso, por fontes consideradas próximas a Chávez e autoridades tidas como isentas. O primeiro caso é representado pelo prefeito Freddy Carrero, que julga imprescindível “cumprir com seu dever de assinalar a *ilegalidade* da proposta” (LÓPEZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CO) e por Pastora Medina, deputada do PPT, partido aliado a Chávez, que ao discursar sobre a divisão da reforma em blocos pela Assembléia Nacional afirma: “neste país se fazem muitas coisas,

inclusive aqui na AN, que estão *proibidas* pela Carta Magna” (PEÑALOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO F).

Já o segundo caso é exemplificado pela ponderação de sindicatos trabalhistas, para os quais a reforma é “*ilegal*” (ALONSO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO BV), e pela seguinte declaração das corporações de advogados da Venezuela: “o projeto de modificação do texto fundamental *subverte* a ordem constitucional” (CASTILLO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO W).

O caráter supostamente ilegal do governo Chávez também é suscitado por intertextualidades que levantam suspeitas sobre a capacidade de o chavismo aceitar o resultado das urnas. Este é o caso da avaliação do vice-presidente da Conferência Episcopal Venezuelana, Roberto Lückert.

Para a autoridade eclesial, Chávez “vai tentar *ganhar de qualquer forma*, mas vai ser tal a avalanche de votos que vai ficar muito difícil fazer a *tramóia* que sempre tem feito” (LUCKERT ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CH). No enunciado, confluem para a construção de tal sentido a expressão “ganhar de qualquer forma”, que estabelece um silêncio constitutivo, sugerindo o desapego do presidente às regras do jogo, e a palavra “tramóia”, pertencente ao campo semântico da ilegalidade.

Na voz de representantes do governo – e apenas nelas -, construções similares qualificam o ator político inverso: a oposição venezuelana. A formação discursiva adotada pelo setor oficialista também aciona o sentido da ilegalidade, contudo, para remeter a uma realidade diametralmente oposta.

É o que atestam as escolhas semânticas presentes nas avaliações do vice-presidente, Jorge Rodríguez, de que a oposição vem praticando “*violações flagrantes*” das normas de publicidade e propaganda eleitoral (PEÑALOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO BE), e da deputada Cília Flores, tachativa ao afirmar que os meios de comunicação e os dirigentes da

oposição “estão montados em um *golpe de Estado*” e que “há um *plano golpista*” por parte dos estudantes oposicionistas (PEÑALOZA, 2007d, tradução nossa) (ANEXO Y).

Flores reforça esse sentido suscitando dizeres sobre uma suposta atuação ilegal de segmentos oposicionistas venezuelanos, por intermédio de uma relação interdiscursiva. A presidenta da Assembléia equipara os estudantes e os políticos de oposição aos militares da Praça de Altamira, atores que desempenharam papel decisivo nas ações que culminaram com o afastamento de Chávez do poder, em 2002.

A deputada governista também acusa a oposição como um todo de “repetir” o mesmo esquema de abril de 2002, que consumou o ato então mencionado. Ao realizar essas associações, a deputada resgata e vincula ao bloco do Sim a memória discursiva sobre aquele que ficou conhecido como o “golpe de Estado de abril de 2002”.

4.4 Concentração de poderes

A qualificação do governo Chávez como uma administração que suprime e objetiva suprimir ainda mais contrapesos característicos do Estado moderno, realizada no noticiário por uma formação discursiva que evoca os sentidos de violação das liberdades humanas e de transgressão de outras normas institucionais existentes na Venezuela, é reforçada por construções que apontam para a ruptura de um importante equilíbrio: a independência entre os poderes estatais.

A ausência de limites precisos entre as instâncias que constituem o Estado é referenciada na notícia “Projeto de reforma se dividiu em dois blocos” (PEÑALOZA, 2007e, tradução nossa) (ANEXO F), a partir da coerência textual. A conjugação da informação de que os parlamentares reverteram em um curto lapso de tempo sua decisão de não dividir a

reforma em blocos à intertextualidade relacionada à declaração de Cília Flores (na qual a deputada esclarece que o acolhimento da exceção à regra por parte da Assembléia resultou da mudança de posição do presidente Chávez em relação ao assunto) sugere que a atuação do poder Legislativo venezuelano é norteada pelos interesses do Executivo.

A existência de um vínculo direto entre os dois poderes é reforçada por uma escolha semântica, a palavra “alvoroço”, que caracteriza o modo como a mudança foi aprovada: “os deputados que até princípios desta semana rechaçavam de forma nítida a possibilidade de dividir o projeto de reforma constitucional aprovaram ontem com *alvoroço* em uma sessão extraordinária a divisão da proposta em dois blocos” (PEÑALOZA, 2007e, tradução nossa) (ANEXO F).

Por intermédio dela, o jornal estabelece um silêncio constitutivo: ele remete à idéia de que os deputados aprovaram a medida com prazer e alegria e, por conseguinte, apaga outros sentidos possíveis para a circunstância, como a atuação da base aliada sob pressão governamental, por exemplo.

A ausência de barreiras à proposta presidencial é evidenciada por outro silêncio constitutivo: a adjetivo “intacto”, presente na linha fina “o pacote original de 33 artigos do Presidente foi sancionado, *intacto*” (PEÑALOZA, 2007E, tradução nossa) (ANEXO F). Ao empregar esta palavra, que sugere a preservação dos aspectos de algo tal como foi elaborado, para indicar a conformação final da proposta de reforma da Constituição venezuelana após aprovação no Congresso, o veículo evidencia a existência de um consenso do Legislativo em relação à demanda do Executivo.

Tal sentido é reforçado pela intertextualidade manifesta que reproduz a voz da presidenta da Assembléia, a deputada Cília Flores, cujas escolhas semânticas – os verbos “melhorar” e “conservar” e a expressão “de forma direta e indireta” - demonstram a suposta intenção dos deputados de manter o teor central das alterações pensadas pelo presidente.

Segundo Flores, na Câmara “*melhoraram-se os 33 artigos iniciais, conservando o espírito da proposta e incluíram-se outros 36 que estão conectados de forma direta e indireta com os 33 primeiros*” (PEÑALOZA, 2007e, tradução nossa) (ANEXO F).

A caracterização da Assembléia Nacional como uma extensão do Executivo é reiterada pela estrutura discursiva da notícia “AN investigará colégios católicos por ataques ao projeto” (PEÑALOZA, 2007c, tradução nossa) (ANEXO AX). Nela, a atuação do Legislativo em prol do governo é sugerida já no título: a conjunção coesiva “por” indica que a investigação proposta pelo Congresso tem como causa a oposição da Igreja ao projeto de reforma constitucional.

A impressão de que a Assembléia consiste em um reduto governamental é reforçada pelas intertextualidades manifestas evocadas para se referir à decisão: todas elas são favoráveis à medida e proferidas por parlamentares pertencentes ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), agremiação criada pelo próprio presidente Chávez. Deputados de outros partidos, sejam eles aliados ou opositores, pró ou contra a investigação, são submetidos a um silêncio local.

O predomínio dos governistas no Legislativo é sugerido também pela coerência textual. À aprovação da medida contra a Igreja, que favorece o governo, o veículo contrapõe a rejeição, pela maioria parlamentar, da exigência do deputado Ismael García, dissidente da base aliada de Chávez, de investigar a denúncia de que trabalhadores da administração pública estariam sendo obrigados a participar da campanha pelo Sim.

A falta de independência entre os poderes venezuelanos suscitada por essas construções encontra eco em intertextualidades manifestas nas quais a voz opositora aparece. Nestas, diferentes expressões que remetem à idéia de parcialidade dos poderes são utilizadas para se referir à atitude de instituições estatais em relação ao Executivo. É o que atesta a declaração do grupo La Colina, que afirma existir “parcialidade” e “atitude

complacente” (GRUPO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BD) dos poderes públicos em relação ao governo.

Por sua vez, o ex-deputado do partido opositor Ação Democrática (AD), Henry Ramos, afirma que o parlamento é um “serviço doméstico” (ALONSO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO H) do presidente; e o representante do partido Um Novo Tempo (UNT), Enrique Márquez, qualifica o CNE como um árbitro que em um jogo de futebol “só canta pênalti a uma equipe”: à oposição (GÓMES, 2007, tradução nossa) (ANEXO AR).

Também dissidentes do chavismo adotam essa formação discursiva. O secretário-geral do Partido Podemos, Ismael García, o faz por intermédio de uma declaração que evoca igualmente a idéia de parcialidade do Legislativo: a opinião de que a Assembléia deve deixar de “ser do PSUV”, partido criado por Chávez (PEÑALOZA, 2007d, tradução nossa) (ANEXO Y).

García ainda se refere à falta de independência entre os poderes venezuelanos com o auxílio de outro silêncio constitutivo. O deputado opositor cunha a expressão “seqüestro hegemônico das instituições” (PEÑALOZA, 2007d, tradução nossa) (ANEXO Y), suscitando o sentido de que o governo retém sob seu domínio, de forma ilegal, a maioria dos órgãos que compõem o Estado.

A mesma idéia de posse irregular dos poderes concernentes a outras instituições é expressa no discurso do ex-aliado de Chávez, Raúl Baduel, pelo verbo “usurpar”. Segundo a fonte, os poderes Executivo e Legislativo estão “*usurpando* funções que não lhes são próprias” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX).

Além de opositores e dissidentes do chavismo, contribuem para a construção desses sentidos também fontes consideradas isentas, como as corporações de advogados da Venezuela, que qualificam a ação da presidenta do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) como parcial: “a presidenta do TSJ, Luisa Estella Morales, nem sequer por ética profissional se

inibiu nas causas formuladas sobre o tema quando é pública e notória sua *parcialidade*” (CASTILLO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO W).

Assim como em relação aos direitos humanos, a falta de independência entre os poderes é apresentada pela formação discursiva hegemônica no noticiário de *El Universal* não só como uma prática vigente no momento político então vivenciado pelo país, mas também como algo passível de se aprofundar com a aprovação da proposta de reforma constitucional. Neste caso, tal sentido é expresso principalmente pela idéia de concentração de poderes nas mãos do presidente, evocada por intertextualidades manifestas que fazem referência a declarações de fontes de diferentes naturezas.

Na voz de uma fonte caracterizada como de tendência liberal, o jornal *The Washington Post*, tal sentido emerge no noticiário com o auxílio de um interdiscurso. Para o veículo norte-americano, Chávez espera que o referendo “lhe dê poderes que só rivalizam com o de seu mentor, Fidel Castro” (DIÁRIO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AY). Ao comparar o presidente venezuelano com o ex-mandatário cubano, *The Washington Post* associa ao primeiro dizeres sobre a interferência de Castro em praticamente todas as instituições estatais de Cuba, durante as quatro décadas em que a comandou.

Fontes tidas como isentas, por sua vez, suscitam o desequilíbrio entre os poderes de diferentes modos. O juiz do Tribunal Supremo de Justiça Jesús Cabrera emprega uma palavra que evoca a idéia de limitação dos freios e contrapesos estatais. Segundo o magistrado, o projeto final “*minimiza* a independência dos poderes públicos, em especial do Poder Judiciário, até o ponto de os magistrados ficarem sujeitos a que o voto da metade mais um dos assembleístas qualifique suas faltas” (ALONSO, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CE).

Associações sindicais venezuelanas levam essa desproporção ao extremo, realizando uma escolha semântica que instaura o sentido de verdadeira supressão dos controles estatais, ao interpretar que, com a reforma, os estados de exceção “poderão durar por tempo indefinido

e também se *eliminar* os controles que os poderes Legislativo e Judiciário podem exercer sobre este período” (ALONSO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO BV).

Ao contrário, a associação civil *Human Rights Watch* estabelece um silêncio constitutivo que suscita a idéia de ampliação dos poderes do Executivo, avaliando que a reforma “*aumenta* os poderes do chefe de Estado” (ONU ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO CV). Em direção similar aponta a declaração do ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Carlos Ayala Corao, que emprega o adjetivo “excessivo” e o verbo “concentrar” para indicar a possibilidade de um aumento extremo do poder presidencial com a aprovação da reforma (CASTILLO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO AZ).

A qualificação de Corao é reforçada por um silêncio fundador: a omissão de mudanças constitucionais que poderiam conduzir ao empoderamento da sociedade. A fonte cita apenas medidas que consistiriam na ampliação das atribuições presidenciais - a criação de territórios e províncias federais, a criação e designação de vice-presidentes, a administração direta da política monetária e das reservas internacionais etc -, relegando ao esquecimento mudanças como a criação do Poder Popular, passível de ser interpretada como uma forma de transferir poder ao povo venezuelano.

Idêntica estrutura é encontrada na intertextualidade que reproduz a fala do opositor Hermann Escarrá. O personagem político evoca a idéia de concentração de poderes nas mãos do presidente mencionando quatro mudanças da reforma que representariam o aumento dos poderes estatais, as que “outorgam ao chefe de Estado o poder de designar todos os oficiais da Força Armada, permitiriam-lhe administrar as reservas internacionais, assim como criar novas instâncias de governo e designar suas autoridades, entre outras” (ALONSO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO H).

A concentração de poderes é evocada também pelos estudantes opositores, a partir de escolhas semânticas que, juntas, instauram um silêncio constitutivo: a transferência dos

poderes do povo para o presidente. Trata-se dos verbos “tirar” e “dar”, associados na sentença “a única coisa que [a reforma] busca é *tirar* poder dos venezuelanos para *dá-lo* ao presidente Chávez” (CASTILLO, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AW).

Similar sentido, contudo investido de certo teor de violência, é propalado por um importante dissidente do chavismo: o ex-ministro da Defesa Raúl Baduel. Por intermédio da expressão “tomar todos os espaços”, a fonte instaura um silêncio constitutivo que evoca a idéia de arrebatamento dos poderes populares no enunciado “o perigo não é que o Executivo prescindia do setor privado com a desculpa de distribuir melhor as riquezas entre o soberano, mas que prescindia também do povo *tomando todos os espaços* que devem ser da sociedade para si.” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX).

Baduel também se refere à concentração de poderes no Executivo evocando a idéia de ausência de limites, por intermédio do adjetivo “incontrolável” presente em um pronunciamento no qual a reforma é vista pela fonte como uma iniciativa que “dá ao Executivo poderes que o fazem *incontrolável* pelos demais poderes e pelos mesmos cidadãos a quem governa” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX).

A ex-primeira dama, Marisabel Rodríguez, também faz ecoar o sentido de desproporção entre os poderes estatais, ao se referir à reforma a partir do emprego de palavras e expressões que remetem à idéia de concentração extrema de poderes. Para ela, com a proposta, “está se colocando em uma balança *todo o peso* para um poder presidencialista, e isso neste caso seria um dos gravíssimos erros que estão contemplados nessa reforma, que *desequilibra totalmente* os poderes [...]. Agora se está fazendo uma *concentração absoluta* do poder” (OROZCO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO AM).

Certas fontes que compartilham ou são favoráveis aos ideais do governo Chávez fazem avaliações que convergem para esses sentidos. O dirigente da esquerda mexicana Jesús Ortega, por exemplo, também recorre à formação discursiva que suscita o sentido de

concentração extrema de poderes para caracterizar o “socialismo do século XXI” que Chávez pretende impulsionar com a reforma constitucional: “penso que o presidente Chávez não deveria pensar em levar adiante suas colocações de socialismo do século XXI, de socialismo bolivariano, sobre a base de *concentrar poder absoluto*” (PODER ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AD).

O analista mexicano-alemão Heinz Dieterich, considerado um intelectual simpatizante do chavismo, também remete ao mesmo sentido. Para ele, determinadas cláusulas da reforma “*aumentam* o poder do Executivo” (DIETERICH ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BT). Ao contrário das demais fontes, contudo, Dieterich adere, ainda, à formação discursiva governamental, segundo a qual a reforma visa a aumentar o poder da sociedade. Ele pondera que “várias [cláusulas da reforma] atribuem *mais poder* a organismos da base social”.

A idéia de empoderamento do povo não se restringe à declaração de Dieterich, mas tampouco é caracterizada pela diversidade de vozes que qualificam a reforma constitucional como concentradora de poder. Ela é reiterada no discurso de *El Universal* apenas em intertextualidades que remetem a declarações de fontes oficialistas.

Hugo Chávez a referencia instaurando um silêncio constitutivo. Por intermédio da expressão “ter o poder”, o presidente sugere que a reforma investirá os cidadãos do poder necessário para gerir suas atividades, como atesta a sentença “deve-se dizer que uma vez que se aprove a reforma [os pescadores] *vão ter o poder* [...] organizar-se em conselhos de pescadores do poder popular” (CORTE, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BA).

A “concessão de poderes ao povo” com a reforma é, ainda, evocada pela expressão “transferir poder”, presente no discurso indireto que reproduz a seguinte fala presidencial: “[o presidente] concluiu que a reforma da Carta Magna não faz senão *transferir poder* ao povo” (CORTE, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BA).

Idêntica modalidade discursiva é empregada para evidenciar outro termo que remete ao sentido de concessão de poderes ao povo: a expressão “dar poder”, atribuída ao vice-presidente Jorge Rodríguez, no discurso indireto “[Rodríguez] assinalou que o projeto de reforma é para *dar poder* aos estudantes, aos camponeses” (CHAVISMO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BK).

Tais idéias são reiteradas por construções presentes no texto. A circunscrição do empoderamento da sociedade a algumas propostas da reforma é indicada pela coerência textual: às declarações dos oficialistas, que mencionam apenas alterações constitucionais capazes de convergir para esse fim, é contraposta uma mudança na legislação que adota justamente a direção contrária e desvela um provável silêncio fundador sobre o qual se assentam as afirmações dos simpatizantes do governo: a possibilidade de Chávez se reeleger indefinidamente, indicadora de uma tendência à concentração de poderes.

A intenção do mandatário venezuelano de se perpetuar no poder é evocada por um silêncio constitutivo, estabelecido por *El Universal* com o auxílio da expressão “eterno repetinte”: “os estudantes que marcharam desde a praça Venezuela até o palácio de Miraflores o fizeram para apoiar o projeto de um homem que aspira ser um “*eterno repetinte*: Hugo Chávez” (PEÑALOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BO).

A concentração de poderes inerente à reeleição contínua de um chefe Estado é indicada por intermédio de uma relação interdiscursiva: a caracterização de Fidel e Raúl Castro como mestres de Chávez – “ao final, todos se posicionaram em frente à av. Miraflores para escutar Chávez, que passou por Cuba para dialogar com Fidel e Raúl Castro. Primeiro os *mestres* e depois os estudantes” (PEÑALOZA, 2007a, tradução nossa) (ANEXO BO). Ao aproximar o presidente venezuelano dessas duas personalidades políticas, o veículo resgata e associa a Chávez dizeres sobre a centralização de poder no Executivo evocados para caracterizar o regime vigente em Cuba.

Além de ser sugerida por essas construções, a divergência entre as formações discursivas do veículo e dos chavistas é evidenciada por outras estruturas discursivas. Uma delas é a conjunção “no entanto”, utilizada para estabelecer um elo entre a proposta de reeleição indefinida, mencionada pelo jornal, e as medidas destacadas por simpatizantes do governo. A partícula coesiva, que traz implícita a si a idéia de oposição, retrata a distância que separa o discurso de ambos os atores.

4.5 Autoritarismo

Outro atributo majoritariamente associado ao governo Hugo Chávez é o autoritarismo político. Tal característica é acionada pela formação discursiva do noticiário de *El Universal* especialmente por intermédio de escolhas semânticas presentes em intertextualidades manifestas que remetem a declarações de fontes de diferentes naturezas. A única construção que foge a esta regra é uma relação interdiscursiva estabelecida pelo jornal, a partir da comparação entre a circunstância política que originou o movimento estudantil universitário e aquela que então marcava os 50 anos de sua existência.

Relembrando a greve dos estudantes contra a convocação plebiscitária feita pelo ditador Pérez Jiménez e a repressão que a caracterizou, em um momento no qual os universitários saem novamente às ruas para se opor a um referendo - e, conforme evidenciado anteriormente na análise, são apresentados como alvos da violência estatal -, a notícia “Estudantes universitários celebrarão seu dia manifestando” (MÉNDEZ, 2007d, tradução nossa) (ANEXO BL) resgata e associa ao governo e à proposta de Chávez os dizeres sobre o caráter autoritário da administração de Jiménez.

A reiteração desse sentido é realizada especialmente por fontes contrárias aos rumos assumidos pelo governo venezuelano: são estas que, na maioria dos casos, acionam a formação discursiva que enfatiza o caráter autoritário da administração Chávez. O representante do partido opositor Ação Democrática, Henry Allup, por exemplo, recorre a expressões associadas à idéia de autoritarismo político: ele denomina o presidente de “autocrata”, soberano dotado de poderes ilimitados e absolutos.

Para ajudar a sustentar tal sentido, Allup estabelece, ainda, outro silêncio constitutivo: ele define a democracia venezuelana como uma farsa, por intermédio do verbo “enganar”. Sentencia o opositor: “não é possível conviver com um *autocrata*, que só se vale da democracia para *enganar* a comunidade internacional” (ALONSO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO H).

Similares escolhas semânticas são efetuadas pelo jornal norte-americano *The Washington Post*, definido por *El Universal* como de tendência liberal. Em um de seus editoriais, o veículo associa o autoritarismo à administração chavista e à reforma constitucional, por intermédio das palavras “ditadura” e “autocrata”, respectivamente presentes nos enunciados: “o país ‘terminará de se transformar em uma *ditadura*’ e “para o diário, a forma como Chávez redigiu as mudanças ‘completa sua transformação em um *autocrata*’” (DIÁRIO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AY).

A caracterização da reforma constitucional em termos semelhantes é realizada também pelos estudantes opositores, que utilizam as expressões “possibilidade autoritária” e “ditadura”, para remeter à proposta presidencial, nas exortações “evitar a *possibilidade autoritária* é uma tarefa de todos os venezuelanos” (MÉNDEZ, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BN) e “vamos lutar contra a *ditadura* que se quer impor” (CASTILLO, 2007h, tradução nossa) (ANEXO L).

Na última sentença, concorre para a evocação do autoritarismo também outro silêncio constitutivo: a idéia de aceitação forçada do projeto, sugerida pelo verbo “impor”. O mesmo sentido é reiterado por opositoristas em outros enunciados, como a afirmação do universitário Stalin González de que “nosso voto será um protesto público e notório contra a *imposição*” (MÉNDEZ, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BN) e a avaliação da associação civil Súmate, apresentada em discurso indireto, segundo a qual “a forma ilegal com que [as modificações] foram discutidas e aprovadas pela Assembléia Nacional, sem um verdadeiro debate, dá conta da violência com a qual se quer *impor* o projeto” (CASTILLO, 2007g, tradução nossa) (ANEXO N).

A idéia de autoritarismo também é suscitada em intertextualidades que reproduzem a fala de estudantes opositoristas, a partir de um interdiscurso: a letra de uma canção de Rubén Blades, representada por fragmentos como “proibiram todas as ciências, exceto a militar / proibiram o direito à queixa, proibiram o perguntar” e “proibidas as discussões / proibida a realidade / proibida a livre imprensa e proibido opinar / proibiram a inteligência com um decreto especial” (MÉNDEZ, 2007g, tradução nossa) (ANEXO V). Ao entoarem versos como esses durante uma manifestação contra a reforma constitucional, os universitários associam à proposta chavista os mesmos dizeres autoritários evocados pelo compositor.

Além de empregar palavras e expressões associadas à idéia de autoritarismo político, a oposição chavista também estabelece silêncios constitutivos que evocam o sentido de ameaça à democracia para se referir ao teor da proposta: “o que vemos é uma reforma que divide e *ameaça* os princípios e valores democráticos” (MÉNDEZ, 2007c, tradução nossa) (ANEXO BN), afirma o estudante Stalin González. Implícita a essa ponderação, encontra-se a oposição binária autoritarismo/democracia, na qual a reforma constitucional encarna o primeiro termo.

A mesma formação discursiva é encontrada em intertextualidades referentes a declarações de fontes tidas como isentas. As corporações de advogados venezuelanos também

acionam palavras que remetem ao sentido de autoritarismo político para qualificar o tipo de governo proposto pela reforma. Segundo eles, em caso de vitória do Sim seria implantado na Venezuela um “sistema *autocrático e totalitário*”, uma “*ditadura autocrática e militar*” (CASTILLO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO W).

Os sindicatos de trabalhadores venezuelanos situam a reforma no primeiro termo do par dicotômico autoritarismo/democracia, utilizando a expressão “antidemocrática” (ALONSO, 2007d, tradução nossa) (ANEXO BV) para se referir a ela. O diretor eleitoral Vicente Díaz reitera o mesmo sentido, apresentando como características díspares a democracia e a justiça social, de um lado, e o socialismo, de outro, na sentença “ao transformar a Venezuela de um Estado de *democracia e justiça social* em uma república *socialista*, a meu juízo se compromete o pluralismo político” (ALONSO, 2007e, tradução nossa) (ANEXO AE). A incompatibilidade entre os atributos políticos é suscitada pelo verbo “transformar”, que remete à idéia de modificação das feições de um modelo, da qual resulta outro distinto.

Também vozes dissidentes do chavismo adotam o mesmo lugar de fala. O ex-companheiro de armas do presidente, Joel Acosta Chirinos, por exemplo, utiliza um termo que remete à idéia de autoritarismo político para caracterizar o estilo de governo chavista: a palavra “trono”, que pressupõe a existência de um monarca e, portanto, de um soberano dotado de poderes absolutos. Segundo Chirinos, Hugo Chávez Frias está “no *trono* por muitos anos” (SUCRE, 2007, tradução nossa) (ANEXO CW).

O deputado Ismael García o faz a partir de um jogo de palavras que toma por base o lema chavista “Pátria, socialismo ou morte”. García o transforma na frase “Pátria, socialismo em democracia e vida” (DÍAZ, 2007b, tradução nossa) (ANEXO S), sugerindo que o socialismo impulsionado por Chávez afasta-se da opção democrática. Ao fazê-lo, ele

estabelece uma relação interdiscursiva que resgata e associa à reforma constitucional dizeres sobre o caráter autoritário do socialismo real.

Contribui para a evocação desse sentido também o binarismo “morte / vida”, na medida em que o primeiro termo é capaz de trazer à tona dizeres sobre a violência repressiva associada aos regimes socialistas autoritários, enquanto o segundo pode expressar a convivência pacífica resultante da aceitação da pluralidade, dizer geralmente vinculado à democracia.

O ex-ministro da Defesa, Raúl Baduel, por sua vez, define a proposta presidencial como a antítese da democracia, classificando-a como uma medida pertencente ao elemento menos valorizado do par autoritarismo/democracia. Ele o faz cunhando a expressão “*imposição não-democrática*” (ESPINOZA, 2007b, tradução nossa) (ANEXO CX), que ao mesmo tempo evoca o sentido de adoção forçada e o caracteriza como uma prática avessa à democracia.

A ex-primeira dama, Marisabel Rodríguez, não chega a estabelecer uma oposição entre democracia e socialismo. Contudo, também ela qualifica a proposta de implantar um Estado socialista como uma prática prejudicial ao modelo democrático, por intermédio de uma palavra que evoca a idéia de limitação das possibilidades democráticas, o verbo “cercear”: “você não pode colocar que o Estado deve agora ser um Estado socialista porque aparte disso nos *cercearia* muitas oportunidades na gama democrática no momento de eleger no futuro” (OROZCO, 2007a, tradução nossa) (ANEXO AM).

Compartilha esta perspectiva uma fonte de certo modo próxima aos ideais chavistas: o Partido Socialista Francês. Também ele se refere à implantação de um Estado socialista na Venezuela empreendendo escolhas semânticas que a apresentam como uma medida dissonante de princípios democráticos.

A agremiação utiliza a expressão “alterar a neutralidade”, estabelecendo um silêncio constitutivo que caracteriza o modelo político previsto na reforma como um regime parcial, destituído do pluralismo próprio à democracia. Segundo o partido, “esta reforma pretende dar à Venezuela o caráter de Estado socialista”, opção que “*altera a neutralidade da democracia*” (PS FRANCÉS ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AF).

Uma das únicas vozes que emergem no noticiário de *El Universal* para contestar o suposto caráter antidemocrático da reforma é a de uma autoridade simpática e próxima a Chávez: o presidente Lula. O mandatário brasileiro afirma:

inventem uma coisa para criticar Chávez, mas não por falta de democracia. Estou há cinco anos no poder e participei (nesse período no Brasil) de duas eleições para Presidente e duas para prefeito. Que eu saiba, na Venezuela (nesse mesmo período) houve três referendos, três eleições, quatro plebiscitos. O que não falta na Venezuela é discussão (LULA ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO AV).

À exceção desta assertiva, a democracia é associada à reforma constitucional apenas por uma fonte oficial: o vice-presidente, Jorge Rodríguez. O representante do governo venezuelano estabelece tal vínculo por intermédio de um silêncio constitutivo: a evocação do sentido de disseminação da democracia, realizada com o auxílio da expressão “semear democracia”, no enunciado: “a proposta do presidente Hugo Chávez é para *semear* prosperidade e democracia” (COMANDO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BY).

Além de situar o governo e a reforma de Chávez na categoria menos valorizada da dicotomia autoritarismo/democracia, a formação discursiva empregada pelas intertextualidades manifestas presentes no discurso de *El Universal* também evidenciam o Outro que assume as características do termo axiologicamente superior: a oposição venezuelana.

A associação é realizada especialmente por um silêncio constitutivo: a idéia da oposição como protetora dos princípios democráticos, evocada pelo verbo “defender” e por seus derivados na avaliação da ONG Grupo La Colina - segundo a qual a opção pelo Não é a

melhor forma “para *defender* os valores de liberdade e democracia” (GRUPO ..., 2007, tradução nossa) (ANEXO BD) -, no depoimento de estudantes - no qual eles afirmam que “seguimos na rua *em defesa* da democracia e da liberdade” - e na exortação realizada pelo líder do Ação Democrática, Henry Allup: “vamos à rua para lutar pela *defesa* do pouco que sobrou da democracia” (ALONSO, 2007f, tradução nossa) (ANEXO H).

4.6 A “incivilidade política” como discurso subjacente ao noticiário de *El Universal*

Observando em conjunto as características majoritariamente atribuídas ao governo venezuelano pelas estruturas discursivas precedentes – a agressividade, a violação de direitos, a ilegalidade, a concentração de poderes e o autoritarismo – torna-se possível depreender que, neste discurso, tais dimensões são sempre associadas a uma outra categoria: o caráter anti-liberal. Cada uma delas evoca a idéia de um descompromisso com liberdades básicas (mesmo que seja possível discutir se necessária e efetivamente o são), servindo como pano de fundo para acusar Chávez de autocrático.

A unificação desses atributos em torno de uma única idéia remete a uma construção simbólica coerente: a representação identitária anti-liberal. Construção essa engendrada em um processo relacional no qual o anti-liberalismo assume o caráter de uma entidade desviante - sempre associada, nesta matriz discursiva, ao “atraso” -, que se opõe aos caminhos de uma suposta norma comportamental política, representada pelo liberalismo (e caracterizada como o “progresso”).

Por conseguinte, o noticiário de *El Universal* assenta-se sobre um discurso que, partindo da perspectiva liberal, associa atributos imbuídos de valores axiologicamente negativos ao governo Hugo Chávez, caracterizando sua tendência anti-liberal como um desvio

do padrão político hegemônico, que conduziria o país e o continente a uma aproximação dos modelos tidos como “avançados”.

Mais do que uma crítica sistemática aos rumos assumidos pelo governo venezuelano, contudo, essa construção simbólica reproduz, de forma subliminar, uma representação identitária mais abrangente: o discurso estereotípico do “atraso”, apresentado como uma característica essencial da identidade política latino-americana e, em um nível mais amplo, da identidade do próprio povo da região – como se, atavicamente, o continente estivesse condenado à escolha de governos que defendem fórmulas obsoletas.

Tal relação torna-se explícita quando se observa a comunhão existente entre o discurso subjacente ao noticiário de *El Universal* e os discursos associados a outro momento político latino-americano de cunho anti-liberal: o populismo. De acordo com a explanação empreendida no primeiro capítulo, a mesma perspectiva que rege a cobertura do jornal venezuelano encontra-se no cerne das teorias latino-americanas que procuram interpretar as particularidades da inserção das massas no sistema político regional.

Nestas, a emergência de um Estado que arroga para si o papel de árbitro do jogo político, em detrimento de uma configuração institucional submetida à pressão social possibilitada pelas liberdades civis e políticas, é tida como um caminho “anormal” de ampliação da democracia. O caráter anti-liberal da democratização promovida pelos líderes populistas é visto como fruto das “irracionalidades” e do “atraso” do continente em relação a um padrão supostamente objetivo seguido pelas nações européias e pelos Estados Unidos.

Na esteira dessa visão, as ações realizadas pelo Estado com a finalidade de possibilitar uma maior participação popular no meio social também são classificadas como métodos tributários de uma situação política atrasada. Nesse rumo argumentativo, supõe-se que a liderança do Estado provocaria o esvaziamento do poder civil, a partir da concentração das atribuições de entidades intermediárias, como os sindicatos. Acusa-se este modelo de

representar um retrocesso nos processos de empoderamento – mesmo que parcial - dos cidadãos e de equilíbrio dos poderes estatais promovidos na região pelo liberalismo-oligárquico.

Tal perspectiva, de matriz europeizante, foi parcialmente¹⁷ apropriada pelas elites latino-americanas. Como visto no primeiro capítulo, estas consideravam a adesão ao liberalismo como o meio de superar o suposto “atraso” da região e compartilhar a situação de Progresso vivenciada pelas nações centrais.

A aceitação desse modelo político foi acompanhada pela adesão a concepções culturais e mesmo étnicas, que filiaram as elites crioulas a sentidos que (re)construíam uma representação essencialista e naturalizada (e pessimista) sobre a latinoamericanidade. Baseando-se nos padrões de civilização europeus, elas reiteraram a visão do homem e da cultura latino-americanos como entes “barbáros”, engendrada no período colonial pelos dominadores.

Ao vislumbrarem o anti-liberalismo populista como decorrência dessa situação de “atraso” do povo da região, os grupos oligárquicos do continente reverberavam politicamente, de forma subliminar, o discurso essencialista que adotavam para caracterizar o híbrido ser latino-americano. E, por conseguinte, impregnavam com a mesma idéia de “incivilidade” o modelo democrático-popular peculiar à região.

Por derivar de uma suposta característica essencial do povo latino-americano, a “atraso” político da região desponta, nessa concepção, como um atributo atávico, indelével do próprio destino do continente. Neste quadro interpretativo, o governo Hugo Chávez emergiria como um herdeiro do populismo e do discurso estereotípico do “atraso”. Os contornos anti-liberais assumidos por sua administração seriam vistos como fruto de uma causa natural.

¹⁷ Ao empregar o termo “parcial”, pretende-se lembrar que apenas os aspectos liberais dessa teoria interessavam às elites latino-americanas. Isto porque, conforme mencionado anteriormente nesse trabalho, a democratização efetiva da sociedade não era foco de sua atenção.

Na medida em que constrói uma visão anti-liberal do governo Hugo Chávez, o noticiário de *El Universal* é vislumbrado nesse trabalho como uma aparato simbólico que contribui para a materialização de tais sentidos. Defende-se aqui a tese de que ele reitera subliminarmente o discurso da “incivilidade política” populista, tributário do estereótipo do “atraso” latino-americano, por se assentar sobre valores ideológicos liberais.

A sustentação de tal argumento, portanto, só se faz possível a partir do momento em que se desvele a presença da ideologia liberal nas construções engendradas por *El Universal*. Por esta razão, após a análise do discurso do jornal *O Globo* efetuada logo a seguir, realiza-se no capítulo seis uma explanação que procura evidenciar como as marcas discursivas ora coligidas associam-se aos argumentos centrais do liberalismo.

5 A REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ NO JORNAL *O GLOBO*: O MOTE DISCURSIVO DO “ANACRONISMO”

Parte integrante das Organizações Globo, maior conglomerado de comunicação do Brasil e um dos mais importantes da América Latina, *O Globo* ocupa a segunda posição no *ranking* brasileiro de jornais do segmento “*premium*”, com uma circulação diária média de 281.000 exemplares¹⁸ (CIRCULAÇÃO ..., 2008, p. B13).

Lido especialmente por representantes das classes A e B - correspondentes, respectivamente, a 32% e 48% de seu público (INFOGLOBO, 2009) – *O Globo* possui um histórico de participação em certas estratégias comunicacionais que permite vislumbrá-lo como um jornal passível de vocalizar posições políticas à direita. Concorre para a evocação dessa imagem, por exemplo, a atuação do veículo – assim como dos demais pertencentes às Organizações Globo – nos pleitos que marcaram a redemocratização da sociedade brasileira.

Na primeira eleição presidencial direta, em 1989, o conglomerado de comunicação apoiou um jovem representante da oligarquia nordestina tributário dos valores liberais – o candidato Fernando Collor de Mello -, cuja vitória era ameaçada por um operário que prometia colocar em prática a “Constituição cidadã” aprovada no ano anterior: Luiz Inácio Lula da Silva (KUCINSKI, 1998).

Em 1994 e 1998, similar atitude foi adotada pelo empresa, com o propósito de ajudar a conduzir/reconduzir ao poder Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo que promoveria a efetiva implantação dos preceitos neoliberais no país, impedindo novamente a ascensão do operário que acenava com a implantação de políticas populares (KUCISNKI, 1998).

¹⁸ A primeira posição nesse segmento é ocupada pela *Folha de S. Paulo*, que vende em média 317 mil exemplares por dia.

Em virtude dessas tendências, acredita-se que *O Globo* figure como um veículo capaz de propagar também em sua produção discursiva sobre o governo Hugo Chávez os valores ideológicos liberais. Por conseguinte, espera-se que a cobertura realizada pelo jornal brasileiro sobre a administração venezuelana, entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007, construa representações identitárias que reverberem o discurso do “atraso” político latino-americano.

Alimenta essa expectativa também a presença no noticiário submetido à análise de um material que, conforme mencionado no segundo capítulo, também contribui para a disseminação de valores ideológicos hegemônicos via jornalismo: os despachos de agências internacionais. Entre 20% e 30% das notícias publicadas pelo veículo no período foram construídas com base em informações produzidas por esses agentes noticiosos intermediários.

Ao contrário do capítulo anterior, a análise ora realizada abarca praticamente todos os sentidos evocados pelo jornal brasileiro na construção de representações identitárias sobre o governo venezuelano. Isto porque, em relação ao universo de análise gerado por *El Universal*, o total de notícias publicadas por *O Globo* (30) apresenta-se como inexpressivo.

A observação deste material evidencia que, assim como o jornal venezuelano, *O Globo* vale-se de uma formação discursiva na qual o governo Hugo Chávez é majoritariamente representado como uma administração cujas ações são pautadas pela agressividade, pela violação de Direitos Humanos, pela ilegalidade, pela concentração de poderes e pelo autoritarismo.

No entanto, como demonstram as tabelas a seguir, estes não são os únicos atributos associados pelo jornal à administração venezuelana. Críticas ao personalismo político e acusações de que a proposta chavista é eivada de um igualitarismo caracterizado pelo anacronismo também figuram no discurso de *O Globo* como características regulares do governo Chávez.

Tabela 1

Marcas discursivas que remetem à agressividade e à violação de Direitos Humanos no noticiário de *O Globo*

	Agressividade	Violação de Direitos Humanos
Silêncios constitutivos	“reprimir”; “impedir à força”; “ser atacado”; “enérgicos”; “ameaçar”; “violentos”; “agressivo”; “disparos”; “intimidados pelo governo”; “lançar bombas”; “bater”; “ameaças”; “insultos”; “integridade em perigo”; “provocação”; “gritando”; “passar por cima”; “emboscada”; “comandante”	“intervenção”; “ameaçar intervir”; “eliminar” direitos; “suspender” direitos; “perder” direitos; “violar” direitos; “retirar” garantias; “perder liberdade”; “autonomia em jogo”; “ofensiva”; “censura”; “ferir” direitos fundamentais; “dificultar” o desfrute de liberdades; “forte reação” a críticas; “acusar de traição”; “não conseguir entender” a existência de posições divergentes; “quase inexistência” de propaganda da oposição; “ameaçar tomar” empresas; “inflexão perigosa” para a liberdade de imprensa
Silêncios locais	Tendência ao silenciamento de representantes do governo e simpatizantes chavistas que contestem o suposto caráter violento de suas ações	Ostracismo de fontes que contestem o argumento do intervencionismo estatal. Exclusão de representantes do governo, simpatizantes chavistas e fontes supostamente isentas que vislumbrem a reforma como um meio de emancipação humana.
Coerências	Remete à agressividade de simpatizantes do governo	Suscita a idéia de intolerância de Chávez para com posições políticas divergentes. Conduz à interpretação de que a suspensão dos debates pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) cerceia a liberdade de expressão. Remete à idéia de ameaça à propriedade privada.
Coesões		Expressa a idéia de intolerância política do governo. Caracteriza a atitude governamental e parlamentar como um ataque à liberdade de expressão.
Estruturas textuais		Atribui maior relevância à parcialidade dos meios de comunicação estatais, em detrimento da mesma atitude por parte da mídia privada. Evoca sentidos sobre o cerceamento às liberdades civis por parte do governo.
Interdiscursos	Associa a violência a Chávez fazendo referência ao levante militar por ele liderado em 1992.	Associa ao governo dizeres sobre a perseguição a posições divergentes, comparando suas ações com a do Tribunal de Inquisição. Evoca, com a expressão “Sumo Pontífice”, a idéia de que Chávez cerceia a liberdade de expressão

Tabela 2

Marcas discursivas que remetem à ilegalidade e à concentração de poderes no noticiário de *O Globo*

	Ilegalidade	Concentração de poderes
Silêncios constitutivos	“golpe de Estado”; “violar” a Constituição; “inconstitucional”; “ilegal”; “ilícito”; “desrespeita” a legislação.	“dominada” por governistas; “controlado” por chavistas; “controle”; “concentração” de poder; “fortalecem ainda mais” o presidente; amplos poderes”; “aumento dos poderes”; “poder ainda maior”; “aumentará a concentração de poder”; entidades civis “perdem poder”; “tira poder” dos cidadãos; “poder demais”; “poderes imensos”; Congresso como “incondicional”, “instrumento” e “apêndice” do Executivo; “minar” o poder dos governadores; BCV como “apêndice” do governo; poder “fiel aliado” do Executivo; “sólida maioria” governista; “fachada democrática”, “autonomia precária” do Banco Central.
Silêncios locais		Ausência de fontes que contestem a concentração de poderes
Coerências		Sugere que as decisões dos demais poderes são influenciadas pelo Executivo
Coesões		Evoca apoio do CNE às idéias de Chávez
Interdiscursos	Associa a Chávez dizeres sobre a ilegalidade da alteração da ordem institucional pelas Forças Armadas, denominando o levante militar de 1992 de “tentativa de golpe de Estado” e “golpe frustrado”	Suscita a idéia de transferência definitiva para o presidente dos poderes da Assembléia Nacional, por intermédio da expressão “habilitante indefinida”

Tabela 3

Marcas discursivas que remetem ao autoritarismo, ao personalismo e ao igualitarismo anacrônico no noticiário de *O Globo*

	Autoritarismo	Personalismo	Igualitarismo anacrônico
Silêncios constitutivos	“quase ditador”; “ditadura”; “debilitar” a democracia; “pouco própria” a um texto democrático; “alterar a neutralidade” da democracia	“estilo personalista de poder”; “versão chavista do socialismo”; “Estado personalista”; “governar indefinidamente”; “governar por tempo indeterminado”; “permanecer no poder até 2024 ou 2032”; “perpetuar” no poder; “culto a uma pessoa”; “herói”; “messiânico”; “veneração”.	Remissões ao igualitarismo: “milhões de atendimentos”; “aumento brutal” de atendimentos; “sucesso” das missões; programa é “elogiado”; “busca recuperar uma dívida histórica com a população”; “mudança total” na relação entre população e Estado Referências ao anacronismo: “contramão”; “retrocesso”; “tem mais a ver com o socialismo do século XX”; “voltando à pré-história”; “atraso”; “atrasar”
Silêncios fundadores			Exclusão da face social de Chávez em praticamente todo o noticiário
Coesões	Associa à reforma o sentido de autoritarismo		Sugere que atributos negativos do governo venezuelano não são motivo para desconsiderar conquistas sociais chavistas. Apresenta o governo Chávez como uma administração igualitarista.
Interdiscursos	Associa o governo Hugo Chávez a dizeres sobre o autoritarismo político, comparando-o com a ditadura de Pérez Jiménez. Vincula o chavismo aos dizeres sobre o autoritarismo do socialismo real.		Evoca e vincula a Chávez dizeres sobre o atraso político latino-americano, fazendo referência ao populismo.

5.1 Agressividade

A violência do aparato governamental na contenção de manifestações oposicionistas é um dos sentidos evocados pela formação discursiva do noticiário de *O Globo* na construção

da imagem do governo Hugo Chávez. Reiterada numerosas vezes, ela se materializa no discurso do veículo a partir da associação, às instituições estatais, de palavras que remetem ao campo semântico da agressividade.

É o que atestam as seguintes sentenças: “guardas antimotim *reprimiram* os protestos” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ); “um grupo de jovens tentou se acorrentar à grade do CNE, e os agentes da Guarda Nacional *os impediram à força*” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ); “em Caracas, a polícia *reprimiu* protestos com bombas de gás lacrimogêneo, jatos d’água e balas de borracha” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE); “governo *reprimirá* manifestações” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK).

Semelhante tratamento é dispensado aos simpatizantes chavistas. Suas ações também são mencionadas pelo jornal a partir da instauração de silêncios constitutivos que os caracterizam como personagens violentos: “no CNE, dois estudantes conseguiram entrar para se reunir com a direção do órgão, após serem *atacados* com pedras e garrafas lançadas por simpatizantes do governo” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ).

Em contraposição, os antichavistas são retratados pela formação discursiva do veículo como personagens pacíficos, como evidenciam as seguintes escolhas semânticas: “cerca de 80 mil estudantes haviam feito uma passeata *pacífica*, partindo da UCV até o Tribunal Supremo de Justiça” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG); “as manifestações estudantis vinham sendo *pacíficas*” (SEIS ..., 2007) (ANEXO DI).

A eles são associadas, ainda, palavras que remetem à idéia de vitimização, em enunciados como “o ataque fez da principal universidade do país um cenário de batalha campal, com estudantes sendo *alvos* de tiros, pedras, gás lacrimogêneo” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG); “outro *alvo* constante do governo tem sido a Igreja Católica venezuelana” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW). Também as seguintes legendas de fotos contribuem para a construção desse sentido: “estudantes são *atingidos* por jatos d’água da polícia durante

protesto em Caracas”, “outros [estudantes] buscam se *proteger* com barricada improvisada contra agressores” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG).

Em algumas situações, os estudantes opositores aparecem como personagens ativos nos embates: “imagens da TV venezuelana mostravam um grupo de jovens *derrubando* uma barreira de segurança perto da sede do Conselho Nacional Eleitoral (CNE)” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ), “universitários *enfrentam* polícia e pedem adiamento de referendo ao CNE” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ), “centenas deles [estudantes] se acorrentaram e *desafiaram* a polícia” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB). Contudo, além de essas escolhas semânticas não remeterem ao mesmo grau de violência física daquelas realizadas na definição dos atos de chavistas, elas não são majoritários na caracterização da oposição.

A formação discursiva empregada pelo jornal encontra eco em intertextualidades manifestas. Silêncios constitutivos que remetem ao sentido de agressividade das forças chavistas são estabelecidos também por vozes opositores, como os estudantes Freddy Guevara, que garante que “os *disparos* [no campus da UCV] partiram de estudantes e não estudantes vinculados ao governo” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ); Javier López, para quem “estamos sendo *intimidados* pelo governo, mas não vamos ceder” (VALENTE, 2007a) (ANEXO DO); e um manifestante não identificado pelo jornal, que relata que “a tropa de choque *lançou bombas de gás lacrimogêneo e bateu* em muita gente” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB).

O mesmo sentido materializa-se, ainda, em declarações de fontes supostamente isentas, como a afirmação do professor de ciência política Alberto Cárquez, de que “a ameaça [do governo às universidades] é física, *nossa integridade está em perigo*” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK); e a avaliação do diretor do CNE, Álvaro Díaz, que atribui os

incidentes de violência “tanto à tentativa de estudantes se acorrentarem ao prédio como à *provocação* de grupos contrários à manifestação” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ).

A pacificidade e a vitimização dos antichavistas também são reiteradas por intertextualidades manifestas que reproduzem vozes oposicionistas e de fontes supostamente isentas. É o que demonstram as declarações do estudante Henry Vivas, segundo quem “*passaram por cima de mim, me quebraram dois dentes*” (ESTUDANTES ..., 2007b) (ANEXO CZ); do acadêmico oposicionista Fabricio Briceño, taxativo ao afirmar que “*todos os feridos são do nosso lado*” (FIGUEIREDO, 2007c) (ANEXO DH); do professor de ciência política José Vicente Carrasquero, que assegura que tudo “começou como uma manifestação *tranqüila*, sem incidentes. Mas a situação se complicou quando um grupo de motoqueiros entrou na Universidade Central da Venezuela e disparou contra os manifestantes” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG).

Por outro lado, as notícias em que o governo venezuelano e seus simpatizantes obtêm espaço para se pronunciar evidenciam que a formação discursiva por eles adotada não é apropriada pelo jornal: ao contrário do que ocorre com os oposicionistas, *O Globo* não compartilha dos sentidos evocados por essas fontes.

Os termos empregados por tais atores sociais para caracterizar a oposição ficam circunscritos às suas próprias declarações. É o que demonstra a notícia “A nova jovem face da oposição” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ), na qual oposição e violência são vinculados apenas pela declaração do estudante pró-governo Héctor Rodríguez: “a *violência* parte dos estudantes de direita, eles querem *queimar gente* nas manifestações e provocar um clima de caos no país”.

Reforça a existência desse procedimento a notícia “Seis baleados em manifestação na Venezuela” (SEIS ..., 2007) (ANEXO DI). Nela, a caracterização da oposição a partir do emprego de palavras que remetem à idéia de agressividade é realizada unicamente pelo

presidente venezuelano: “peço às pessoas de direita que não tomem o caminho do *fascismo*. Tomam os caminhos da *violência* e do fascismo e se lançam contra as leis”.

Neste caso, o caráter violento atribuído à oposição é intensificado por um interdiscurso: a palavra fascismo, que recupera e associa a esses atores políticos dizeres sobre as ações agressivas praticadas pelos governos de direita que ascenderam ao poder na Europa pré-Segunda Guerra Mundial - o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Nem quando há a suspeita de que atos fatais procederam da oposição o jornal instaura silêncios constitutivos associados ao sentido da agressividade para qualificar o grupo político. Também nessas circunstâncias, a responsabilidade pelas afirmações é exclusiva das vozes governamentais, como fica evidente na referência à morte de um jovem realizada na notícia “Venezuela: pesquisas mostram avanço do ‘não’” (GALENO, 2007I) (ANEXO DU).

Nela, o jornal isenta-se do uso de palavras que remetam à violência física – ele usa, por exemplo, o termo *impedido* e não *atacado*, por exemplo. Aquelas são encontradas apenas no discurso do vice-presidente venezuelano:

segundo o vice-presidente venezuelano Jorge Rodríguez, José Aníbal Oliveros Yépez, de 19 anos, não participava de qualquer manifestação, apenas tentando chegar ao seu trabalho, sendo *impedido* pelo protesto.
- Não encontraram (os antichavistas) um argumento melhor do que o *homicídio* de um jovem de 19 anos que cometeu o delito de ser responsável e querer ir para o seu trabalho – disse Rodríguez. – Não vamos permitir que esses *assassinos* insturem o que desejam e o que têm planejado.

Sintomático desse distanciamento do jornal em relação às acusações do governo é o uso das aspas no discurso indireto a seguir, para distinguir a voz do veículo e a da fonte, deixando claro que a qualificação das ações oposicionistas como violentas é de autoria do vice-presidente venezuelano: “segundo o vice-presidente as ‘ações violentas’ ocorrem porque a oposição está desesperada porque sabe que o povo da Venezuela está com o presidente Chávez e dará respaldo à reforma” (GALENO, 2007I) (ANEXO DU).

Além dessas, outras construções também contribuem para a preponderância no noticiário de *O Globo* da formação discursiva na qual os governistas aparecem como personagens agressivos. É o que demonstra um fato no qual era questionável a responsabilidade de grupos chavistas: o confronto ocorrido em um *campus* universitário entre homens encapuzados e estudantes opositores.

Na notícia “Tiros em campus na Venezuela” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG), a autoria do acontecimento é atribuída aos chavistas a partir de um silêncio constitutivo e da coerência textual. *O Globo* utiliza a palavra emboscada para caracterizar o fato: “eles [os estudantes] foram *emboscados* por um grupo de homens armados que usavam máscaras”. Ao fazê-lo, o jornal evoca o sentido de uma armadilha cuidadosa e previamente arquitetada para agredir alguém de surpresa e sem chances de reação. A escolha semântica sugere, portanto, a ação de uma força inimiga conscientemente orientada e apaga outros sentidos possíveis, como o de um incidente violento comandado pelos próprios estudantes opositores ou mesmo resultante de um encontro imprevisto entre os dois grupos.

A leitura orientada por essa palavra é, então, completada por informações como a pacificidade dos estudantes da oposição – “mais cedo, cerca de 80 mil estudantes haviam feito uma *passeata pacífica*” - e a cor vermelha da camisa dos “agressores” - identificada por uma fonte na declaração “há cinco *pessoas de camisa vermelha* jogando pedras” -, que pelo interdiscurso remete ao governo venezuelano, em virtude da apropriação desse símbolo da esquerda por Chávez e seus seguidores.

Igual sentido é evocado na notícia “A nova face jovem da oposição” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ), a partir da associação entre as seguintes frases: “as universidades se transformaram em campos de batalha, onde chavistas e antichavistas protagonizam uma nova queda-de-braço” e “[a Universidade Central da Venezuela] foi *atacada por motoqueiros* que dispararam contra um grupo de estudantes que havia participado de um protesto em repúdio

ao projeto de reforma chavista”. Ao afirmar que os embates nas universidades opunham chavistas e não chavistas e que as vítimas do episódio foram os estudantes da oposição, o jornal sugere, pela coerência textual, que os agressores são os simpatizantes do governo.

A origem militar de Chávez é outro tema que ajuda a construir a imagem de um governo agressivo. Ela é evocada por um silêncio constitutivo: o uso do termo “comandante”, na caracterização do presidente efetuada pelos enunciados: “os problemas do *comandante*: resultado desencadearia novos protestos e repressão nas ruas, temem advogados” (VALENTE, 2007e) (ANEXO EH); e “os problemas do *comandante*: polícia entra em choque com estudantes em Zulia. Cinco manifestantes ficam feridos” (VALENTE, 2007b) (ANEXO DM).

Ao empregar tal palavra para se referir ao presidente em contextos que remetem à violência física registrada no país, o jornal associa a dimensão repressiva à ação da polícia e, indiretamente, culpabiliza o comandante-em-chefe, apresentando essa característica violenta e repressiva como inerente à própria figura de Chávez.

Essa associação também pode ser verificada na relação interdiscursiva presente em uma intertextualidade manifesta que evoca a voz da Igreja Católica. Na notícia “Chávez ameaça tomar empresas de opositores” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW), uma autoridade eclesial faz remissão ao levante liderado por Chávez em 1992, quando ele ainda pertencia às Forças Armadas, resgatando e vinculando ao governo dizeres sobre a violência do episódio: “*conspiradores* são eles. Hoje (ontem) se cumprem quinze anos daquilo que eles fizeram em 27 de novembro de 1992, quando se levantaram e *mataram* 150 venezuelanos”.

Tais sentidos se materializam de uma forma mais realista por intermédio de uma intertextualidade manifesta referente a uma declaração do próprio presidente, que acaba por corroborar os dizeres do veículo e da oposição: “*eu sou um soldado*. Se tiver que *pegar em um fuzil* de novo para defender a pátria, farei isso – disse, *gritando*, depois de mencionar supostos

planos que teriam participação do governo dos EUA, de redes de TV e da ‘oligarquia venezuelana’” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC). Deve-se observar, nesse caso, também o uso, pelo jornal, do verbo modalizador “gritando”, que intensifica a agressividade expressa pela declaração.

É interessante destacar que a palavra “comandante” é investida de um sentido diferente do mencionado pela formação discursiva chavista. Ele é utilizado pelos simpatizantes do governo com o intuito de expressar, às vezes até de forma afetiva, sua proximidade com o presidente, como atesta a sentença “a imensa maioria dos chavistas não se refere a Chávez como ‘presidente’, mas apenas como ‘comandante’ – da mesma forma que os canais estatais, dedicados nos últimos dias exclusivamente a defender a reforma” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC).

A suposta agressividade do governo Chávez e de seus simpatizantes não é elucidada no discurso de *O Globo* apenas por episódios relacionados à violência física. Ela também está presente em construções textuais que sugerem a realização de ataques verbais por parte desses atores, como a sentença a seguir, na qual são empregadas palavras que remetem à idéia de agressividade: “com termos que lembram os *enérgicos* e *violentos* discursos de Chávez, o estudante venezuelano afirmou [...]” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ).

O mesmo ocorre em: “Chávez *ameaçou* tomar as propriedades de empresários que fazem oposição a seu governo” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW); “com discurso *agressivo*, presidente da Venezuela diz que pode tirar CNN e Globovisión do ar durante referendo amanhã” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC); “com um discurso *agressivo* até mesmo para os padrões venezuelanos, que já se acostumaram com suas declarações polêmicas [...]” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC).

5.2 Violação de Direitos Humanos

Outra característica associada ao governo Chávez pela formação discursiva do noticiário de *O Globo* é a violação de Direitos Humanos, como as liberdades políticas. A transgressão desse direito, que assume ares de intolerância, é construída, por exemplo, na notícia “Chávez acusa ex-ministro da Defesa de traição” (CHÁVEZ ..., 2007b)(ANEXO DF).

Nela, o emprego das expressões “forte reação” e “acusar de traição” instaura um silêncio constitutivo que remete à idéia de uma posição intransigente do presidente venezuelano em relação à opinião emitida por seu ex-ministro da Defesa e amigo particular, Raúl Baduel, a respeito do projeto de reforma constitucional: “as críticas do ex-ministro da Defesa da Venezuela Raúl Isaías Baduel à reforma constitucional do país defendida pelo governo motivaram uma *forte reação* de Hugo Chávez. O presidente *acusou* ontem o militar reformado de *traição*”.

A intolerância expressa nessas construções é acentuada pela coesão de um discurso indireto. Nesta modalidade intertextual, o emprego da expressão “logo após” para interligar as frases que compõem a sentença “ele [Baduel] revelou que *logo após* suas opiniões sobre a reforma constitucional serem divulgadas, sua escolta militar foi retirada”, sugere a existência de uma retaliação, motivada pela intransigência do governo para com posições divergentes da sua. Exatamente a mesma intolerância é encontrada no enunciado: “o deputado Luis Tascón foi expulso do Partido Socialista Unido da Venezuela *após* defender o ex-ministro da Defesa Raúl Baduel, que criticara a reforma” (SEIS ..., 2007) (ANEXO DI).

A suposta intransigência de Chávez para com posições políticas divergentes da sua é sugerida também por uma coerência textual: a contraposição entre a decisão do governo de não permitir marchas opositoras até o Palácio de Miraflores e a informação de que

estudantes chavistas conseguiram realizar um ato de tal natureza, evocada pela junção dos seguintes fragmentos:

Na próxima segunda-feira, os estudantes [oposicionistas] pretendem fazer uma marcha até o Palácio de Miraflores, mas o governo já anunciou que *não permitirá manifestações* nos arredores da sede do Executivo. (...) Já os estudantes que apóiam a reforma *fizeram uma marcha* ontem pelo centro da capital e encontraram o caminho livre para finalizar a manifestação em frente ao Palácio de Miraflores. (ESTUDANTES ..., 2007a) (ANEXO DP).

Os sentidos assim evocados manifestam-se, ainda, por intermédio de intertextualidades calcadas na mesma formação discursiva do veículo, como a que referencia uma ponderação do estudante oposicionista Freddy Guevara, na qual a expressão “não consegue entender” instaura um silêncio constitutivo que remete à incapacidade do governo em aceitar a diversidade: “o governo *não consegue entender* que existem pessoas que pensam e se opõem a Chávez” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ).

Contudo, não são apenas as intertextualidades manifestas relativas a vozes da oposição que confluem para esse sentido. Declarações de simpatizantes do governo que acionam a idéia de exclusão de posições políticas divergentes também ajudam a materializá-lo, como a afirmação do deputado chavista Roberto Hernández: “são patriotas os que apóiam (a reforma) por completo e *traidores os que criticam seus detalhes*” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA).

Também a liberdade de expressão é apresentada no discurso de *O Globo* como um direito desrespeitado pelo Estado venezuelano, como atesta a notícia “Venezuela suspende debates sobre reforma” (VALENTE, 2007c) (ANEXO DL). Nela, a coerência textual constrói um percurso de significação passível de conduzir à interpretação de que a suspensão dos debates por parte do Conselho Nacional Eleitoral consiste em um cerceamento à liberdade de expressão do segmento oposicionista, destinado a favorecer o governo.

Tal sentido advém da conjugação das informações sobre os altos índices de audiência dos programas e o bom desempenho neles alcançado pela oposição, ao relato das reações do governo e da oposição à medida – respectivamente, positiva e negativa -, à assertiva oposicionista de que a medida é uma resposta ao medo do governo de o eleitor estar bem informado sobre o conteúdo da reforma constitucional, e à opinião de analistas, segundo a qual os debates seriam a melhor forma de os cidadãos se informarem, em função da parcialidade das mídias estatal e privada.

A saliência em um espaço de destaque no texto jornalístico é outro recurso que ajuda a construir tais sentidos. Na notícia “Chávez corta relações com Colômbia de Uribe” (GALENO, 2007h) (ANEXO DY), a estrutura discursiva hierarquiza informações, atribuindo maior relevância aos resultados de um estudo que atestam a parcialidade dos meios de comunicação estatais, em detrimento daqueles que revelam a mesma atitude da mídia privada a favor da oposição.

A semelhança entre as duas posições, sugerida pelos dados que demonstram a adoção da mesma prática por ambas, é desfeita a partir do destaque, na linha fina – um espaço dedicado a aspectos relevantes de uma notícia -, apenas dos resultados referentes aos veículos do Estado: “Estudo mostra quase inexistência de propaganda do ‘não’ à reforma em TVs estatais”, afirma a linha fina.

O cerceamento à liberdade de expressão por parte dos veículos estatais é, ainda, intensificado nesse caso por um silêncio constitutivo: a idéia de verdadeira ausência dos segmentos oposicionistas no conteúdo transmitido pelas emissoras do Estado, suscitada pela expressão “quase inexistência”.

Um misto de ameaça às liberdades de expressão e atuação também pode ser vislumbrado no noticiário, em casos que representariam o cerceamento de atores sociais. Ilustra essa situação, por exemplo, a suposta intenção do governo de violar a autonomia

universitária de gestão e pensamento, com o envio de forças militares aos *campi*. Contribui para a construção desse sentido a preponderância, em intertextualidades manifestas que reproduzem declarações de fontes consideradas isentas, de uma formação discursiva que suscita o sentido de ingerência do Estado em instituições autônomas.

É o que atestam as escolhas semânticas presentes na declaração do professor de ciência política Alberto Carquez, para quem “estamos perto de *perder liberdade* de gestão e, conseqüentemente, de pensamento” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK), e nas afirmações do vice-reitor da UCV, Eleazar Narváez, de que “vamos responder com prudência, mas com muita firmeza, para defender a *autonomia* universitária que *está em jogo*” (FIGUEIREDO, 2007c) (ANEXO DH) e de que “nossa meta é garantir a segurança dos alunos e funcionários, e evitar que novos episódios sirvam de pretexto para uma *intervenção* do governo” (VALENTE, 2007c) (ANEXO DL).

Tal formação discursiva é apropriada pelo veículo. Palavras sem valores axiológicos, inicialmente utilizadas em seu discurso para se referir à presença militar nas universidades, cedem lugar a silêncios constitutivos que remetem aos sentidos instaurados pelas fontes, como evidencia a contraposição semântica entre as sentenças “ele informou que não permitiu o *ingresso* das forças de segurança no campus. Opositores temem que o governo possa usar o episódio como pretexto para *enviar* soldados às universidades” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG), de um lado, e “universidades tentam evitar *intervenção*” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK), “o governo, que *ameaçou intervir* na universidade se novos incidentes ocorressem, mobilizou soldados e policiais, que ficaram do lado de fora da universidade” (VALENTE, 2007a) (ANEXO DO), de outro.

Também conflui para a evocação dessa idéia a comparação, realizada pelo professor Alberto Carquez, entre a situação das universidades e um caso venezuelano emblemático da intervenção chavista em instituições estatais autônomas, a mudança gestonária da companhia

Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA)¹⁹: “no início do governo, Chávez teve força e habilidade para promover um *expurgo e controlar* a PDVSA, que era independente. Agora, parece que somos o alvo” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK).

A associação entre a realidade dos centros acadêmicos e o episódio, que culminou com a substituição de administradores opositoristas por gestores alinhados ao poder central, estabelece uma relação interdiscursiva que recupera dizeres sobre o desrespeito às liberdades de pensamento e atuação por parte do governo Chávez.

A submissão ao ostracismo de fontes que contestam o argumento do intervencionismo estatal é outra importante marca desse discurso. Apenas em um momento ouve-se uma voz assim caracterizada: na refutação da tese de que a reforma constitucional proposta por Chávez conduziria à perda da autonomia universitária. Para o professor Carlos Alvaréz, “o problema é que a oposição está querendo voltar as universidades contra a reforma. Não há qualquer proposta que interfira na autonomia universitária. Isso é pura *mentira*” (VALENTE, 2007d) (ANEXO DK).

A idéia de desrespeito às liberdades de expressão e atuação é suscitada também na notícia “Governo de Chávez lança ofensiva contra Igreja” (VALENTE, 2007a) (ANEXO DO), que trata da atitude do governo e da Assembléia Nacional diante de um documento sobre a reforma constitucional divulgado pela Igreja. Nela, a própria estrutura textual indica essa direção: a presença de uma retranscrição referente aos momentos de tensão registrados nas universidades venezuelanas, e por extensão, à ameaça de intervenção governamental, evoca e relaciona ao texto os sentidos acima mencionados.

Converge para o mesmo fim o uso reiterativo da palavra “ofensiva” na caracterização do ato contra a Igreja: “o governo venezuelano e a Assembléia Nacional iniciaram uma

¹⁹ A ação governamental foi conduzida de forma teatralizada (a decisão foi anunciada por Chávez durante a transmissão do programa de TV dominical “Alô Presidente”, a partir de uma encenação na qual símbolos do beisebol foram mobilizados para se referir de forma irônica aos segmentos sociais representados pelos gerentes) e teve como motivação principal a adesão explícita do alto comando da empresa a uma paralisação convocada por setores opositoristas, em protesto a uma série de leis sancionadas por Chávez (MARINGONI, 2004).

ofensiva contra a Igreja Católica”, “*ofensiva* poderá deixar estudantes sem aula”. Ao realizar tal escolha semântica, *O Globo* estabelece um silêncio constitutivo, supondo a existência de um ataque por parte de outrem (no caso, as instituições estatais) e, por conseguinte, apagando outro sentido possível no caso: a repreensão de um ato irregular, cometido pela Igreja na conjuntura eleitoral.

A caracterização da atitude governamental e parlamentar como um ataque à liberdade de expressão é realizada com o auxílio de duas estruturas coesivas. Uma delas é a conjunção “por”, presente na linha fina: “resolução determina que escolas católicas do país sejam investigadas *por* oposição à reforma constitucional” (VALENTE, 2007a) (ANEXO DO). Por intermédio dessa partícula conectiva de valor causal, o veículo evoca o sentido de que a ação empreendida pelo Congresso tem como motivação principal a expressão de opiniões contrárias à reforma.

A outra é o aposto destacado no enunciado “o governo venezuelano e a Assembléia Nacional do país iniciaram uma ofensiva contra a Igreja Católica, *uma das instituições mais críticas à reforma constitucional*”. Ao complementar as informações da oração precedente qualificando a Igreja Católica como uma instituição que se opõe à reforma, o veículo sugere que a atitude do Executivo e do Legislativo está associada à adoção de uma postura anti-reforma por parte da entidade religiosa.

A intenção de intimidar a expressão de idéias divergentes e dificultar a ação daqueles que as sustentam são, ainda, evocadas por um interdiscurso. O secretário do partido Podemos e ex-aliado de Chávez, Ismael García, resgata e associa à Assembléia Nacional e ao governo Chávez dizeres sobre essas atitudes a partir da remissão a um instrumento religioso dotado de simbolismo, o Tribunal da Inquisição: “esta assembléia [a Assembléia Nacional] se transformou em um *tribunal de inquisição*. Perseguem todos que são contrários ao governo, e agora vão perseguir a Igreja”.

O cerceamento à liberdade de expressão da Igreja também é evocado em outra ocasião, pela seguinte afirmação do presidente do Concílio Plenário da Conferência Episcopal Venezuelana, monsenhor Ovídio Morales: “Chávez pretende ser o *Sumo Pontífice* deste país, ou seja, *determinar* o que os bispos devem dizer, o que não podem dizer, quando devem falar e quando calar” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE). Ao comparar Chávez com a autoridade máxima da Igreja, que tem como uma de suas atribuições a definição da linha de pensamento da instituição, a fonte estabelece uma relação interdiscursiva, evocando e associando ao presidente dizeres sobre a limitação da liberdade de expressão religiosa.

Outra garantia humana que *O Globo* sugere estar em suspensão na Venezuela é o direito à propriedade. Na notícia “Chávez ameaça tomar empresas de opositores” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW), o jornal realiza construções textuais que apresentam a transgressão a esse direito tanto como uma potencialidade quanto como uma realidade do país. A primeira se manifesta por intermédio do enunciado “Chávez *ameaçou tomar* as propriedades de empresários que fazem oposição a seu governo”.

Neste, a associação entre os verbos “ameaçar” - vinculado à idéia de perigo - e “tomar” - que caracteriza uma atitude como o apoderamento de bens de terceiros contra a vontade de seus proprietários e sem restituição de prejuízos – estabelece um silêncio constitutivo que suscita a idéia de que tal liberdade individual está na iminência de ser violada pelo governo.

A possibilidade de concretização desse risco é indicada pela coerência textual. O veículo se refere ao local no qual fora proferida a ameaça de Chávez nos seguintes termos:

A reunião ocorreu no salão de um dos hotéis mais tradicionais de Caracas, que durante décadas se chamava Hilton. Este ano, no entanto, o governo central assumiu o empreendimento, renomeando o local, que agora se chama Hotel Alba Caracas, numa referência à Alternativa Bolivariana para as Américas. (GALENO, 2007j) (ANEXO DW)

Ao mencionar, neste fragmento, a transferência do hotel para as mãos do governo, o veículo acaba por estabelecer uma conexão entre a informação precedente – a ameaça do presidente à propriedade privada – e a atual – a mudança de proprietário do hotel –, possibilitando a interpretação deste último fato como a concretização das promessas presidenciais.

Também as referências de *O Globo* à reforma constitucional são realizadas com base na formação discursiva que remete à imagem de um governo sem compromisso com direitos humanos básicos. Os impactos da proposta presidencial sobre as liberdades fundamentais são dimensionados pelo veículo especialmente a partir de escolhas semânticas que evocam a idéia de supressão de garantias constitucionais.

O jornal sustenta, por exemplo, que a reforma possibilitará a Chávez “*eliminar* direitos básicos durante estados de exceção” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA); que o artigo sobre os estados de exceção “*suspende* os direitos a um julgamento justo e à informação” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB), o que implica dizer que “caso seja decretado um estado de exceção, os cidadãos *perdem* o direito ao devido processo legal e à informação” (GALENO, 2007c) (ANEXO ED).

O desrespeito da reforma para com os direitos humanos é, ainda, indicado pelo veículo a partir de outro silêncio constitutivo: a evocação da idéia de cerceamento à liberdade de imprensa, realizada por intermédio da palavra “*censura*” na avaliação de que, com a alteração das normas relativas aos estados de exceção, “pode haver *censura* aos meios de comunicação” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA).

Em intertextualidades referentes a declarações de fontes opositoristas encontram-se palavras que remetem a outro sentido: o da infração de direitos. Ilustram essa situação, por exemplo, a avaliação dos estudantes de que as alterações constitucionais “*violam* as liberdades civis” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG) e a afirmação atribuída à Igreja Católica, aos grupos

estudantis, aos empresários e aos partidos de oposição, segundo a qual a proposta presidencial “*viola* direitos importantes dos cidadãos” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA).

Fontes tidas como isentas ou consideradas autoridades no assunto também realizam escolhas semânticas que qualificam as alterações constitucionais como medidas maléficas aos direitos humanos. O presidente do colegiado de advogados de Caracas, Ybett Lugo, estabelece um silêncio constitutivo por intermédio do verbo “ferir”, caracterizando a reforma como uma agressão aos direitos humanos, no enunciado “a forma como a reforma trata da propriedade privada também *ferre* princípios fundamentais” (VALENTE, 2007b) (ANEXO DM).

Relatores da ONU, por sua vez apresentam-na como um obstáculo, empregando o verbo “dificultar” na sentença “os novos aspectos relacionados com o estado de emergência *dificultam* o desfrute das liberdades civis” (GALENO, 2007c) (ANEXO ED). A ONG Repórteres Sem Fronteiras, por sua vez, classifica-a como um risco, a partir do silêncio constitutivo instaurado pela expressão “inflexão perigosa”: “a reforma poderá representar uma *inflexão perigosa* para a liberdade de imprensa” (GALENO, 2007c) (ANEXO ED).

Enquanto a avaliação dos impactos gerais da reforma sobre os direitos humanos e a citação de mudanças constitucionais como as mencionadas são acompanhadas por palavras e expressões impregnadas de juízos de valor, alterações que possam ser interpretadas como ampliadoras dos direitos humanos dificilmente são tratadas dessa forma.

É o que demonstra o fragmento a seguir, no qual o veículo se limita a elencar propostas sociais do presidente, sem mensurar suas implicações para os direitos humanos: “foi aprovada também [pela Assembléia Nacional] a redução da idade mínima para o voto, de 18 para 16 anos, o limite de 36 horas para a jornada de trabalho semanal e a criação de um sistema de assistência social para trabalhadores informais” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB).

Na única situação em que se observa a adjetivação, o sentido evocado não é o da ampliação de direitos e sim a idéia de que as propostas sociais da reforma foram incluídas no pacote de mudanças com a intenção de agradar os cidadãos. É este o silêncio constitutivo instaurado pelo verbo “adoçar” na avaliação de que a redução da carga horária de trabalho de oito para seis horas diárias é “uma forma de Chávez *adoçar* o projeto” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA).

No que tange à relação entre reforma e direitos humanos, cabe ainda uma observação. Em contraposição à pluralidade de atores que consideram a reforma constitucional uma ameaça aos direitos humanos, vigora no discurso de *O Globo* um silêncio local que exclui do noticiário representantes do governo, simpatizantes chavistas e mesmo fontes supostamente isentas capazes de vislumbrar a proposta presidencial sob uma perspectiva favorável à emancipação humana.

5.3 Ilegalidade

A imagem de um governo que age à revelia dos princípios constitucionais, evocada pelas estruturas discursivas referentes à violação de Direitos Humanos, é reforçada por escolhas semânticas nas quais ações de membros do governo Chávez ou de instituições do Estado são classificadas como atos ilegais.

Nas construções textuais de autoria do veículo, tal sentido é suscitado pela denominação do levante militar liderado por Chávez em 1992, contra o governo de Carlos Andrés Pérez, como um “*golpe* frustrado” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW) ou uma “tentativa de *golpe de Estado*” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW). Ao empregar a palavra “golpe” nessas definições, o jornal resgata pelo interdiscurso dizeres sobre a ilegalidade da

alteração da ordem institucional pelas Forças Armadas e os associa ao presidente Chávez, um ex-militar.

À exceção destes casos, a “ilegalidade do governo” é suscitada por termos presentes em intertextualidades manifestas que reproduzem a fala de fontes de diferentes naturezas. Conflui para esse sentido, por exemplo, a declaração do ex-ministro da Defesa e amigo íntimo de Chávez, Raúl Baduel, de que “a retirada de sua segurança pessoal *desrespeita a legislação* venezuelana, que garante a ex-ministros uma escolta militar” (CHÁVEZ ..., 2007b)(ANEXO DF). A assertiva instaura um silêncio constitutivo, por intermédio do verbo “desrespeitar”, que caracteriza o procedimento adotado pelo Estado como um desvio das normas constitucionais venezuelanas.

A avaliação sobre os procedimentos de proposição da reforma, realizada por outra voz dissidente da base aliada do governo, também se encaminha nessa direção. Ao qualificar a atuação da Assembléia Nacional venezuelana diante da proposta de alteração constitucional encaminhada ao Legislativo pelo presidente, o secretário-geral do partido Podemos, Ismael García, recorre a palavras e expressões que remetem à idéia de ilegalidade.

Ele afirma que a aprovação da proposta “foi um *golpe de Estado* contra a Constituição de nosso país. Foram *violados* nossos princípios constitucionais” (FIGUEIREDO, 2007e) (ANEXO EI) e que os parlamentares “estão *violando* todas as normas e vão entregar hoje (ontem) mesmo o documento [o projeto de reforma] ao CNE” (FIGUEIREDO, 2007e) (ANEXO EI).

García também evoca esse sentido estabelecendo a mesma relação interdiscursiva efetuada pelo jornal. Ao caracterizar a aprovação da reforma constitucional como um golpe de Estado, o deputado acrescenta que “no passado *usaram as armas*, hoje (ontem) usaram a Assembléia Nacional”. Por intermédio dessa construção, ele recupera e associa ao ato da

Assembléia os dizeres sobre a ruptura da institucionalidade empreendida no passado venezuelano pelas forças militares.

Além do modo de proposição, o próprio conteúdo da reforma é caracterizado em termos similares. O ex-ministro da Defesa e dissidente do chavismo, Raúl Baduel refere-se a ele afirmando que “se for aprovada a reforma constitucional estaria sendo realizado, na prática, um *golpe de Estado* na Venezuela” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE).

A autoridade da fonte para fazer tal assertiva é indicada pelo veículo a partir de um silêncio constitutivo: a caracterização do ex-ministro como o “artífice do retorno de Chávez ao poder após o golpe de Estado de 2002” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE). Ao associar à fonte este distintivo, o jornal sugere que a denúncia não parte de uma pessoa qualquer, mas de alguém gabaritado para identificar e combater um ato inconstitucional.

Idêntica formação discursiva é, ainda, assumida por supostas autoridades em legislação venezuelana, como o presidente do colegiado dos advogados de Caracas, Ybett Lugo, que também recorre ao sentido de ilegalidade para denunciar que “o estabelecimento de uma república socialista *viola* os artigos 2 e 115 da Constituição” (VALENTE, 2007b) (ANEXO DM); o advogado Nicolás Cabrera, categórico ao afirmar que “não podemos admitir tantas *violações*” representadas pela reforma (VALENTE, 2007b) (ANEXO DM), e o diretor da faculdade de Direito da Universidade Católica Andrés Bello, Jesús Maria Casal, para quem “o projeto de reforma aprovado pela Assembléia é *inconstitucional*” (ESTUDANTES ..., 2007a) (ANEXO DP).

Também vozes opositoristas fazem ecoar a idéia de ilegalidade da reforma, como atestam os termos presentes na afirmação do universitário Ricardo Sánchez de que “a partir de agora, estaremos cada vez mais nas ruas, para protestar contra essa reforma *ilegal*” (ESTUDANTES ..., 2007a) (ANEXO DP) e na avaliação da Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecâmaras), segundo a qual a reforma

“não é outra coisa que um ato *ilícito*, que *viola* a institucionalidade republicana” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW).

A ilegalidade, no noticiário submetido à análise, só aparece com um atributo também da oposição em notícias marcadas por intertextualidades referentes a declarações oficiais, como o seguinte questionamento feito pelo vice-presidente Jorge Rodríguez à Igreja, no qual é acionada uma palavra do campo semântico da ilegalidade: “diga, Urosa. A manifestação *subversiva* em que foi morto a tiros um jovem de 19 anos não foi planejada no Instituto Diocesano de Maracay?” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW), e a avaliação da deputada Cília Flores de que a distribuição, pela Comissão Episcopal Venezuelana, de um documento contendo as opiniões da entidade sobre a reforma consiste em uma “*irregularidade* contra as leis eleitorais do país” (VALENTE, 2007a) (ANEXO DO).

Uma declaração de Hugo Chávez, segundo a qual o presidente da Fedecámaras teria afirmado que “eles *fariam tudo o que teriam que fazer* para evitar que se aprove a reforma (constitucional)” (GALENO, 2007j) (ANEXO DW), também reitera a idéia de ilegalidade da oposição. Por intermédio da expressão “fazer tudo o que tem que fazer”, ela estabelece um silêncio constitutivo que caracteriza a Fedecámaras como uma entidade capaz de fazer qualquer coisa, inclusive transgredir leis, para alcançar seu objetivo.

A recuperação, pelo interdiscurso, de dizeres sobre uma ação empreendida pela oposição no recente passado venezuelano também contribui para a evocação desse sentido. A menção ao episódio que ficou conhecido como “golpe de abril de 2002”, feita pelo presidente Hugo Chávez (GALENO, 2007j) (ANEXO DW) com a intenção de caracterizar possíveis planos dos adversários do governo, resgata e associa a estes a memória discursiva sobre a atuação ilícita da oposição no planejamento e na execução do golpe de 2002.

5. 4 Concentração de poderes

Além dos Direitos Humanos e da legislação em geral, também outro contrapeso destinado a equilibrar os poderes do Estado é apresentado pela formação discursiva do noticiário de *O Globo* como uma força debilitada na Venezuela de Chávez. Trata-se da independência entre as instituições estatais, cuja fragilidade é referenciada especialmente por escolhas semânticas.

Dentre as estruturas discursivas que conduzem a esse sentido, assume destaque a instauração de silêncios constitutivos que remetem à idéia de submissão de outros poderes ao Executivo. Eles são utilizados de forma reiterativa pelo veículo, em construções do tipo: “a Assembléia é *dominada* por partidos que apóiam o governo, após o boicote da oposição às eleições legislativas” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA); “o Parlamento, *controlado* por deputados da base governista, incorporou mais 36 artigos ao pacote de mudanças” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB).

Escolhas semânticas como essas também aparecem em: “Chávez aproveita o *controle* que exerce sobre a principal corte do país, o Supremo Tribunal de Justiça, que não aceitou ações legais contra a medida” (GALENO, 2007m) (ANEXO DT); “o Conselho Nacional, supostamente *controlado* por chavistas, teria encontrado uma solução intermediária” (CARVALHO, 2007) (ANEXO AF) e “além de no sistema venezuelano o presidente acumular os postos de chefe de Estado e de governo e ter um mandato fixo (...), ele *controla* os outros Poderes” (GALENO, 2007a) (ANEXO EG).

A falta de independência entre as instituições estatais é indicada também por outros silêncios constitutivos. Por intermédio do adjetivo “incondicional”, *O Globo* evoca o sentido de um Parlamento que não impõe barreiras e condições aos interesses do Executivo, na

sentença: “nos próximos três anos, Chávez continuará governando com um congresso *incondicional*” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR).

A idéia de um companheiro sempre leal, expressa pelo termo “fiel aliado”, também é suscitada para definir a relação entre o Congresso e o Executivo no enunciado “a oposição perdeu espaço num poder que passou a ser *fiel aliado* do Executivo”. Já em “o fim da aliança entre o Podemos e os partidos chavistas provocou uma pequena fissura na *sólida maioria* governista na Assembléia Nacional” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR), a expressão “sólida maioria” remete ao sentido de uma representação majoritária e consistente do governo no Legislativo.

Uma escolha semântica aliada à coerência textual possibilita a evocação da parcialidade das instituições estatais no seguinte fragmento: “numa decisão *polêmica*, o Conselho Nacional Eleitoral decidiu impedir a divulgação de pesquisas desde domingo. A última pesquisa foi divulgada sábado, pelo instituto Datanálisis. Nela, o “não”, com 58,7%, ultrapassou o “sim”, que ficou com 48,9%” (GALENO, 2007l) (ANEXO DU).

O adjetivo “polêmica” coloca sob suspeição a atitude do órgão eleitoral, evidenciado que a mesma é alvo de crítica e, portanto, passível de ser questionada. Associada à informação de que a última pesquisa indicava a ultrapassagem do Sim pelo Não, tal idéia pode sugerir que a decisão do órgão fora influenciada pelo governo, em função de sua desvantagem nas intenções de voto.

Além de ser evocada por construções textuais de autoria do veículo, a falta de independência entre as instituições venezuelanas é referenciada por fontes supostamente isentas, como o professor titular de direito constitucional da Uerj, Luis Barroso. O especialista adere à mesma formação discursiva empregada pelo jornal sustentando que “a Venezuela vive um momento preocupante de *concentração* do poder político no Executivo” (GALENO, 2007a) (ANEXO EG).

Já o analista político e professor da Universidade Simon Bolívar, José Vicente Carrasquero, refere-se ao domínio do governo sobre a Assembléia Nacional instaurando dois silêncios constitutivos. Na avaliação, realizada pela autoridade, de que “nosso congresso serve apenas como *fachada democrática*, é um *instrumento* usado pelo presidente para fazer sua revolução” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR), a expressão “fachada democrática” associa ao Parlamento venezuelano a idéia de uma instituição que, no momento político então corrente, serve apenas para manter a aparência de um modelo democrático. Tal sentido é, então, complementado pela palavra “instrumento”, que qualifica o Legislativo como um simples meio para o alcance dos objetivos do Executivo.

O apagamento dos limites entre as diversas instituições que compõem o Estado venezuelano é evocado também pelo ex-presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni. Ao se referir à situação do Banco Central da Venezuela (BCV) na conjuntura então vigente no país, a suposta autoridade utiliza a expressão “*autonomia precária*” (GALENO, 2007m) (ANEXO DT).

Por sua vez, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) emite um comunicado cujas escolhas semânticas suscitam a idéia de falta de independência entre os poderes venezuelanos. Ao analisar a divisão das propostas da reforma em dois blocos, realizada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o órgão afirma que “*tomou-se o cuidado* de colocar no bloco A a alteração do turno de trabalho de 6 horas juntamente com as mudanças mais importantes para a revolução bolivariana, como a possibilidade de reeleição ilimitada para presidente” (CARVALHO, 2007) (ANEXO AF).

Por intermédio da expressão “tomar o cuidado”, o comunicado da agência brasileira sugere que o CNE reuniu intencionalmente na mesma cédula mudanças populares e outras importantes para Chávez, com o propósito de favorecer a aceitação das últimas pela população. Tal sentido é corroborado pela seguinte interpretação do texto realizada pelo

veículo: “relatório reservado da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informa que a cédula do referendo sobre a reforma constitucional da Venezuela foi elaborada *sob medida para induzir* o eleitor a aprovar as medidas de interesse do presidente Hugo Chávez” (CARVALHO, 2007) (ANEXO AF).

Nela, a expressão “sob medida” suscita o sentido de que a divisão foi realizada para atender determinados objetivos. A parcialidade da decisão é, então, reforçada pela coesão frasal e por outro silêncio constitutivo: respectivamente, a conjunção “para”, que anuncia a finalidade da estruturação da cédula, e o verbo “induzir”, que qualifica a atitude do órgão como uma medida destinada a influenciar o voto do eleitor a favor dos interesses do presidente.

Por fim, também uma voz da oposição faz ecoar esse sentido. O representante do partido opositorista Um Novo Tempo (UNT), Timoteo Zambrano, afirma que “nosso Congresso funciona como um *apêndice* do governo nacional e continuará sendo assim nos próximos anos” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR). Ao empregar o termo “apêndice”, a fonte qualifica o Congresso como um suplemento, uma simples instituição acessória do poder Executivo.

Fontes que contestem tais assertivas são praticamente submetidas a um silêncio local. Em todo período analisado, a única opinião divergente das mencionadas é a do professor da Universidade Central da Venezuela, Germán Campos, definido pelo veículo não como uma autoridade isenta, mas sim simpática ao governo. Campos pondera que “não podemos negar que o Congresso *facilita* o trabalho do governo, *mas* aqui existe debate e estão presentes representantes de todos os setores sociais e econômicos como nunca antes ocorreu em nosso país” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR).

Com o auxílio do verbo “facilitar”, o professor instaura um silêncio constitutivo, qualificando o Congresso como uma instituição que transforma o atendimento dos interesses

do governo em uma atividade mais simples. Por intermédio da conjunção coesiva “mas”, contudo, ele introduz uma idéia adversa, caracterizando o Legislativo também como um poder que age autonomamente, discutindo, debatendo e não apenas replicando de forma automática as propostas encaminhadas pelo Executivo.

Além de apresentar a concentração de poderes como uma realidade já existente na Venezuela, o discurso de *O Globo* sugere que esta pode se potencializar ainda mais com a aprovação da reforma constitucional. Ele o faz utilizando palavras e expressões que remetem à idéia de ampliação do poder presidencial, na construção de sentenças como: “as alterações na Constituição *fortalecem ainda mais* o presidente, dando *amplios poderes* para interferir na economia e na política” (CHÁVEZ ..., 2007c) (ANEXO DC); “caso o presidente consiga vencer o referendo sobre seu projeto de reforma constitucional, *seu poder será ainda maior*” (FIGUEIREDO, 2007a) (ANEXO DR).

Referências do veículo a alterações constitucionais específicas também são, por vezes, acompanhadas de expressões que evocam a idéia de desequilíbrio entre os poderes. A explicitação de uma mudança que afetaria a configuração política da Venezuela, por exemplo, é realizada com o auxílio de um termo associado ao campo semântico da submissão, o verbo “controlar”: “mesmo a cidade de Caracas – que, com quatro milhões de habitantes, é considerada a caixa de ressonância política do país - passará a ser *controlada* pelo presidente” (GALENO, 2007k) (ANEXO DV).

Já a proposta de criação de novas unidades geográficas é caracterizada, por intermédio de um silêncio constitutivo, como a destruição dos poderes das demais instâncias executivas venezuelanas: para o jornal, a adoção da medida acabaria por “*minar* o poder de governadores e prefeitos” (GALENO, 2007k) (ANEXO DV).

Similares estruturas discursivas são encontradas em intertextualidades manifestas que fazem remissão a vozes opositoras. Estas acionam a mesma formação discursiva do

veículo, na qual a reforma é vista como um meio para ampliar poderes do presidente. É o que atestam as escolhas semânticas presentes na ponderação dos estudantes de que a reforma “*aumentará a concentração* de poder nas mãos do presidente” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG) e na avaliação atribuída à Igreja Católica, aos grupos estudantis, aos empresários e aos partidos de oposição, segundo a qual a reforma “*gera concentração* de poder nas mãos do presidente” (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA).

Idêntica formação discursiva é assumida, ainda, por ex-aliados de Chávez. O secretário-geral do partido Podemos, Ismael García, sustenta que a reforma desempodera entidades da sociedade civil, estabelecendo silêncios constitutivos que remetem à idéia de supressão de poder.

García avalia que “outra mudança importante será a criação de conselhos populares, conselho disso, conselho daquilo, e com isso *perderão poder* instituições importantes como as confederações empresariais e os sindicatos” (FIGUEIREDO, 2007e) (ANEXO EI). O ex-ministro da Defesa e dissidente do chavismo, Raúl Baduel, compartilha a mesma perspectiva quando exorta o povo a ir contra a reforma: “*não deixem que lhes tirem poder*” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE), afirma o militar reformado.

A perda de poder de outros atores é sustentada, ainda, por uma entidade considerada isenta: a Abin. Assim como as fontes supracitadas, a agência brasileira remete ao sentido de supressão de poder, ao afirmar que as alterações na estrutura político-federativa venezuelana resultariam na “*perda de poder* de governadores, deputados estaduais, prefeitos e conselheiros municipais, os quais deverão ter parte de suas tarefas executadas por comitês cívicos-populares” (CARVALHO, 2007) (ANEXO AF).

Igual sentido é evocado por outro silêncio constitutivo. O ex-presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, emprega a palavra “apêndice” para se referir à condição institucional do Banco Central da Venezuela em caso de aprovação da reforma,

caracterizando-o como uma entidade financeira que, de autônoma, passa a dependente do poder Executivo. Diz Langoni: “o BC passa a ser um *apêndice* do Ministério da Fazenda e do presidente” (GALENO, 2007m) (ANEXO DT).

Fontes dessa natureza reiteram também a idéia de ampliação do poder presidencial, como indicam as expressões presentes nas avaliações do professor de relações internacionais da Universidade Metropolitana de Caracas, Carlos Luna, de que a reforma coloca “*poder demais* na mão de um só homem” (GALENO, 2007k) (ANEXO DV); do economista venezuelano José Guerra, segundo a qual o Estado “*ganha poderes imensos* com a reforma constitucional” (GALENO, 2007e) (ANEXO EB), e do professor titular de direito constitucional da Uerj, Luis Roberto Barroso, para quem o propósito da reforma é “*concentrar poder* numa só pessoa” (GALENO, 2007a) (ANEXO EG).

A “concentração de poderes nas mãos do presidente” também é evocada por uma suposta autoridade a partir de um interdiscurso. O economista do Instituto de Estudos Superiores de Administração, Pedro Palma, denomina uma disposição transitória da reforma de “*habilitante indefinida*”: “a disposição [que permite regular a transição para o modelo de economia socialista] dá ao presidente uma *habilitante indefinida*” (GALENO, 2007f) (ANEXO EA).

Ao qualificar a proposta como uma extensão ilimitada da Lei Habilitante, instrumento constitucional por intermédio do qual o presidente obtém o direito de legislar por um período determinado, a fonte suscita a idéia de transferência definitiva para o presidente dos poderes da Assembléia Nacional.

O predomínio desses sentidos no noticiário de *O Globo* praticamente relega ao ostracismo vozes que sustentem posições divergentes. Somente em duas ocasiões fontes cujas afirmações apontam para a direção inversa obtém espaço para se manifestar. E, ao contrário

da pluralidade de atores então evidenciada, o que se verifica nesse caso é a circunscrição de tais declarações a representantes do próprio governo.

O presidente da companhia petrolífera estatal PDVSA, Rafael Ramírez, e o próprio presidente Hugo Chávez são os únicos a acionar a formação discursiva na qual a reforma constitucional é vista como um instrumento de empoderamento social. Eles afirmam, respectivamente, que as mudanças constitucionais são vitais para “se aprofundar o processo de conceder *maior poder* ao povo” (CHÁVEZ ..., 2007c) (ANEXO DC) e que ela “*ampliará* o poder das comunidades para combater a pobreza” (CHÁVEZ ..., 2007a) (ANEXO DQ).

Vale notar que, ao definir as comunas – organizações sociais que na perspectiva de Chávez seriam os meios pelos quais se concretizaria a distribuição de poder para a sociedade - , o jornal estabelece um silêncio constitutivo que remete à idéia de submissão do poder popular aos ditames presidenciais.

Sustentando que tal descentralização poderia se reverter em uma concentração ainda maior de poderes nas mãos do presidente, o jornal afirma: “ele [o presidente] anunciou ontem que, se a reforma for aprovada, a Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) poderá entregar operações de seus postos de gasolina às comunas – centros comunitários que seriam *submetidos* diretamente ao Poder Executivo” (CHÁVEZ ..., 2007a) (ANEXO DQ).

5.5 Autoritarismo

A formação discursiva do noticiário de *O Globo* coloca em questão também o caráter democrático do governo venezuelano. Tal atitude adquire evidência especialmente em intertextualidades manifestas. Ela aparece, por exemplo, na voz de estudantes opositoristas, a partir da instauração de um silêncio constitutivo: a evocação do sentido de enfraquecimento

da democracia venezuelana, realizada com o auxílio da palavra “debilitar”, no enunciado “para os estudantes que se opõem à reforma, os 69 artigos da proposta de reforma (...) *debilitam* uma das democracias mais antigas do continente ao suprimir os limites para reeleição presidencial” (TIROS ..., 2007) (ANEXO DG).

A contestação do viés democrático da administração chavista é corroborada por fontes consideradas autoridades no assunto. O constitucionalista brasileiro Luis Roberto Barroso aponta essa situação por intermédio da expressão “pouco própria”, que qualifica as alterações constitucionais relacionadas à atuação das Forças Armadas como princípios inadequados ao regime democrático. De acordo com Barroso “os dispositivos têm uma retórica panfletária, *pouco própria* a um texto constitucional democrático” (GALENO, 2007i) (ANEXO DX).

O mesmo lugar de fala é ocupado, ainda, por uma fonte esquerdista – e, portanto, supostamente adepta de ideais similares aos do chavismo: o Partido Socialista Francês. Em sua avaliação da reforma constitucional, a agremiação política utiliza a expressão “alterar a neutralidade”.

Com o auxílio dessa estrutura discursiva, ela estabelece um silêncio constitutivo que caracteriza a transformação do Estado venezuelano em um Estado socialista como uma medida parcializadora, destituída do pluralismo próprio à democracia. Nas palavras do PS francês, “a reforma pretende dar à Venezuela o caráter de Estado socialista, e esta opção *altera a neutralidade* da democracia” (SEIS ..., 2007) (ANEXO DI).

Diante da pluralidade de atores que colocam em xeque a democracia venezuelana, uma única voz se eleva para defendê-la: a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mandatário brasileiro sustenta que

podem criticar o Chávez por qualquer outra coisa, inventem uma coisa para criticar o Chávez. Agora, *por falta de democracia na Venezuela, não*. Estou há cinco anos no poder e vou chegar a oito anos, participei de duas eleições para presidente e na Venezuela já teve três referendos, três eleições não sei para que, quatro plebiscitos. (...) Acho que na democracia é assim: a gente submete aquilo que a gente acredita ao povo, o povo decide e a gente acata o resultado, porque, senão, não é democracia. As pessoas se queixam: o Chávez quer o terceiro mandato. Ora, porque ninguém se

queixou quando Margaret Tharcher ficou tantos anos no poder? Ninguém se queixa de Felipe González que ficou tantos anos, ninguém se queixa do Miterrand que ficou tantos anos, ninguém se queixa do Helmut Kohl que ficou quase 16 anos. (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007)

Além de ser a única opinião favorável à democracia venezuelana no período analisado, a afirmação do presidente brasileiro é desqualificada pelo veículo. Os rumores existentes na época sobre o suposto interesse de Lula em um terceiro mandato norteiam a construção da notícia “Ataques à defesa de Lula a Chávez” (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007) (ANEXO DN). Nela, a postura do presidente é caracterizada como uma atitude suspeita, a partir de um silêncio constitutivo: a palavra “desconfiança”, empregada pelo veículo na definição da reação dos parlamentares brasileiros às declarações de Lula:

ao tomar partido de seu colega venezuelano Hugo Chávez sobre o bate-boca que este teve com o rei da Espanha, Juan Carlos, durante a última Cúpula Ibero-americana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva despertou novas *desconfianças* no Congresso sobre um possível interesse seu na aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que o autorizaria a disputar um terceiro mandato” (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007) (ANEXO DN).

Tal sentido é corroborado por intertextualidades referentes a declarações de parlamentares que integram a oposição política no Brasil, como o deputado do Partido Verde Fernando Gabeira e o líder do partido Democratas, José Agripino Maia, respectivamente:

Acho que o presidente Lula não ignora a distinção entre parlamentarismo e presidencialismo. Ele não reconhece que no parlamentarismo o primeiro-ministro é substituído com facilidade.

Se ele a utilizou, não foi por ignorância, mas para preparar o clima de sua própria reeleição. São declarações assustadoras, principalmente para quem vinha negando sistematicamente qualquer perspectiva de continuísmo, de terceiro mandato. É lamentável e nos coloca em guarda. A preocupação que tínhamos com a proposta do Devanir começa a se concretizar, a ganhar o tom de verdade. (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007) (ANEXO DN)

Reforça essas suspeitas também uma coesão textual: a recorrência a uma oração apositiva para caracterizar o único deputado que apoiou o presidente brasileiro, no seguinte enunciado:

o único governista que se dispôs ontem a defender Lula foi o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), *justamente quem promete apresentar uma emenda constitucional que autorizaria o presidente a promover plebiscitos nacionais e regulamentaria a possibilidade de governantes disputarem mais de uma reeleição* (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007) (ANEXO DN).

A qualificação do governo Hugo Chávez como uma administração avessa à democracia é realizada no discurso de *O Globo* também a partir do acionamento de dizeres sobre o autoritarismo político. A associação do governo venezuelano a esses sentidos é indicada, por exemplo, em uma relação interdiscursiva estabelecida pelo veículo: a comparação entre o surgimento do movimento estudantil e as circunstâncias políticas então vivenciadas pelo país, realizada na notícia “Estudantes pró e contra Chávez fazem protestos” (ESTUDANTES ..., 2007a) (ANEXO DP).

Ao relatar, nesta ocasião, as manifestações pró e contra reforma empreendidas pelos universitários no Dia do Estudante, o jornal menciona as mobilizações de 1958, que originaram o movimento estudantil e culminaram com a derrubada da ditadura Pérez Jiménez. A citação desse episódio em um novo momento de tensão entre universitários e governo resgata e associa à administração chavista a memória discursiva sobre o caráter autoritário de Pérez Jiménez.

O ex-ministro da defesa e ex-aliado de Chávez, Raúl Baduel, evoca similares sentidos também a partir de outro interdiscurso. Ao discorrer sobre a ampliação dos poderes governamentais prevista na reforma constitucional, o militar da reserva afirma que “no século XVIII não existiam constituições porque o que existiam eram monarcas absolutistas e autoritários que tinham todo o poder. As constituições nascem, precisamente, para limitar o poder dos governos” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE). Por intermédio dessa argumentação, Baduel resgata e associa à proposta chavista a memória discursiva do absolutismo das monarquias que vigoraram no mundo até a consolidação do Estado liberal.

Contribui, ainda, para a evocação de tal sentido o caráter socialista que Chávez atribui à reforma constitucional. O estudante opositor Yon Goicoechea refere-se a ele a partir de um interdiscurso que vincula ao chavismo dizeres sobre o aspecto autoritário do socialismo real: a comparação da proposta de alteração constitucional com o regime vigente em Cuba, realizada no enunciado “não vamos aceitar uma *ditadura* como a cubana” (ESTUDANTES ..., 2007a) (ANEXO DP).

Reiteram essa caracterização também intertextualidades que reproduzem a visão de fontes de tendência liberal, construídas com o auxílio de palavras e expressões que remetem à idéia de autoritarismo político. Ilustram essa situação, por exemplo, a declaração do líder do Partido Social-Democrata do Brasil (PSDB), senador Arthur Virgílio, para quem “fica muito ruim para o Brasil quando o presidente Lula endossa as tolices do *quase ditador* Chávez” (VASCONCELOS; JUNGBLUT, 2007) (ANEXO DN), e o editorial do jornal The Washington Post, que afirma: “a Venezuela está a ponto de sucumbir a uma *ditadura*” (VALENTE, 2007b) (ANEXO DM).

Além de posicionar o governo Hugo Chávez, as intertextualidades manifestas revelam o Outro que, no caso da reforma constitucional venezuelana, assume o lugar de fala da democracia: a oposição. Comprovam essa assertiva declarações como a dos estudantes opositores Freddy Guevara, que assegura que “[nós, os estudantes opositores] estamos lutando pela *sobrevivência* do regime democrático” (FIGUEIREDO, 2007b) (ANEXO DJ), e Boris Elneser, para quem “votar no ‘não’ não quer dizer que se é contra o presidente, mas *a favor* dos direitos humanos, da democracia” (GALENO, 2007n) (ANEXO DS).

A dicotomia autoritarismo/democracia evocada por essas construções é reforçada em intertextualidades referentes a declarações de fontes que divergem da administração chavista. A oposição venezuelana refere-se a ela estabelecendo uma relação interdiscursiva que resgata e associa ao governo Chávez dizeres sobre o aspecto autoritário do socialismo real, ao mesmo

tempo em que caracteriza a si mesma como representante da democracia: o jogo de palavras realizado com a frase que encerra os discursos do mandatário venezuelano: “pátria, socialismo ou morte”.

A fala presidencial é transformada pelos estudantes no dizer “pátria, democracia e vida”, no qual a democracia é apresentada como o antônimo do socialismo, suscitando a memória discursiva do autoritarismo vinculada a esse regime sócio-econômico, e, simultaneamente, atribuindo à oposição a qualidade de defensora da democracia. Tais sentidos são, ainda, corroborados pelo binarismo morte / vida, na medida em que o primeiro termo é passível de suscitar dizeres sobre a violência dos regimes autoritários e o segundo, já-ditos sobre a pacificidade possibilitada pela democracia pluralista.

Embora estabeleçam vínculos entre socialismo e democracia, fontes tidas como representantes da esquerda e ex-aliadas de Chávez também acionam o par antinômico autoritarismo/democracia para se diferenciar do governo venezuelano. O secretário-geral do partido Podemos, Ismael García, o faz por intermédio de uma coesão frasal.

Ao apresentar-se como um simpatizante do “socialismo democrático”, ele distingue sua posição daquela subjacente à proposta de Chávez por intermédio da conjunção “mas”, cujo valor adversativo evoca e associa à reforma o sentido inverso da democracia: o autoritarismo. García afirma: “sempre fui um homem de esquerda, acredito no socialismo, *mas* deve ser um socialismo democrático, como existe, por exemplo, na Espanha” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE).

Semelhante recurso textual instaura o mesmo sentido na seguinte declaração do ex-ministro da Defesa e amigo de Chávez, Raúl Baduel: “Baduel defendeu a necessidade de construir um socialismo democrático e, *assim*, oficializou suas críticas ao governo” (FIGUEIREDO, 2007d) (ANEXO DE). A defesa do socialismo democrático empreendida

pelo dissidente chavista sugere, por intermédio da conjunção conclusiva “assim”, que o socialismo proposto pelo governo não é democrático e sim autoritário.

5.6 Personalismo

A ausência de autonomia das instituições estatais em relação ao Executivo conduz a outra característica atribuída pela formação discursiva de *O Globo* ao governo Chávez: o personalismo político. Característica essa que, além da concentração de poderes nas mãos do presidente, é representada por construções que remetem à existência de um governante portador de um estilo próprio de gestão, estreitamente conectado com o povo e com pretensões de se manter no poder por longo tempo.

O primeiro desses três atributos emerge de silêncios constitutivos que evocam a idéia de um modo pessoal de governo, distante do formato assumido pelos tradicionais modelos políticos. Insere-se nesse campo semântico a expressão “estilo personalista de poder” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE), presente no enunciado que caracteriza Chávez como “um líder autoritário, que cada vez concentra mais poder e vem afastando mesmo antigos aliados que ousaram discordar de seu *estilo personalista de poder*”.

Reitera esse sentido a expressão “versão chavista do socialismo” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE) empregada na construção da sentença “enquanto na Assembléia Nacional – dominada por aliados – não foi difícil fechar um pacote de mudanças de 69 dos 350 artigos da Carta para tentar instituir *sua versão do socialismo* no país, a reação às alterações provocou um rechaço de vários grupos próximos a ele” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE).

A remissão à existência de uma forte ligação entre o povo e o mandatário venezuelano, por sua vez, é realizada a partir da evocação do sentido de culto à personalidade.

Chávez é associado pelo jornal a palavras que o caracterizam como um ser dotado de atributos extraordinários, quase sobre-humanos, como atestam os enunciados “ele foi recebido como um *herói* pela multidão” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC) e “a postura *messiânica* do líder explica a resposta histórica de parte do público”. Também a atitude do povo para com ele é interpretada nesses termos, em sentenças como “chavistas mostram *veneração* ao ‘comandante’” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC).

Tais sentidos se materializam, ainda, por intermédio de intertextualidades manifestas. A qualificação de Chávez como um ser transcendental encontra eco em uma afirmação dele próprio: “eu não sou eu, sou um povo. *Não me pertencço, pertencço a vocês*”. Já o grau de adoração do povo em relação a ele é corroborado pela reprodução de uma fala da chavista Elza Magallanes, que aclama o presidente com os dizeres “através dos séculos e dos séculos, *Chávez para sempre!*” (GALENO, 2007d) (ANEXO EC).

A possibilidade de permanência no poder durante longo tempo é evocada pelo jornal a partir do uso de palavras e expressões que suscitam a idéia de perpetuação no poder. É o que atestam as seguintes sentenças: “a Assembléia Nacional da Venezuela sancionou ontem o polêmico projeto de reforma constitucional do presidente Hugo Chávez, que dá a ele a possibilidade de *governar indefinidamente*, ao eliminar os limites de reeleição (APROVADA ..., 2007) (ANEXO DA); “o presidente Hugo Chávez propôs modificações em 33 artigos, como o que amplia o mandato presidencial de seis para sete anos e o que derruba limitações para sua reeleição – permitindo que ele *governe por tempo indeterminado*” (VENEZUELA ..., 2007) (ANEXO DB).

Os elementos que, nas construções discursivas do veículo, concorrem para a evocação do “personalismo do governo Hugo Chávez” também são referenciados por fontes consideradas isentas. O chefe da Cátedra de Finanças Públicas da Escola de Direito da Universidade Central da Venezuela, Manuel Rachadell, reitera a idéia de um estilo

personalista de gestão negando a filiação de Chávez a formas tradicionais de socialismo e caracterizando sua proposta de governo a partir do emprego de uma expressão que evoca o sentido de personalismo político – o termo “Estado personalista”. Rachadell afirma que

se se estuda a fundo o projeto, se verá que *não* se consagra um Estado socialista, no sentido soviético, porque não se estatizam os meios de produção. *Nem tampouco* um socialismo democrático, porque, neste, se ampliam os direitos, enquanto que, na reforma, eles são restritos. O que se busca é formalizar um *Estado personalista*, que já existia antes” (GALENO, 2007g) (ANEXO DZ).

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin), por sua vez, indica a intenção de longevidade de Chávez, cunhando uma expressão que remete à idéia de perpetuação do poder. O órgão brasileiro avalia que a reforma constitucional aceita a possibilidade de “reeleição presidencial sem número limite de mandatos, de forma que o presidente Chávez possa materializar sua intenção declarada de *permanecer no poder até 2024 ou 2032*” (CARVALHO, 2007) (ANEXO AF).

5.7 Igualitarismo, em perspectiva anacrônica

Toda a construção da realidade venezuelana até então desvelada ancora-se em um silêncio fundador. É o que fica evidente no dia do referendo, quando *O Globo* publica a notícia “As duas faces de Chávez” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE), constituída por uma retranca na qual a administração chavista é apresentada como portadora de uma qualidade: a atenção aos problemas sociais.

Apesar de conter certas estruturas que, à semelhança das anteriores, associam atributos negativos ao governo venezuelano – como a palavra “ameaça”, empregada na sentença “o desabastecimento de produtos como leite e carne, e as grandes filas, motivaram *ameaças* do

presidente contra produtores” -, a retranca sugere que eles não são motivo para desconsiderar as conquistas sociais chavistas.

Ilustra essa situação o emprego de conjunções coesivas de valor concessivo para contrapor aspectos positivos e negativos dos programas sociais venezuelanos, como as expressões “apesar disso” e “de qualquer forma”, respectivamente presentes nos fragmentos:

O programa [Barrio Adentro, de atendimento hospitalar] recebeu muitas críticas por trazer para a Venezuela milhares de médicos cubanos, que recebem bem menos que o piso salarial venezuelano (...) *Apesar disso*, o programa é elogiado por entidades como o Unicef e a Organização Mundial da Saúde.

Nos últimos meses, o programa Mercal, de mercados com produtos a preço de custo, passou a criar dores de cabeça para o governo. O desabastecimento de produtos como leite e carne, e as grandes filas, motivaram ameaças do presidente contra produtores.

De qualquer forma, mesmo analistas críticos do governo Chávez reconhecem que os programas do governo buscam recuperar uma dívida histórica com a população. (GALENO, 2007b) (ANEXO EE)

Desta forma, predominam na retranca estruturas discursivas que concorrem para a construção da imagem de um governo preocupado com a minimização das desigualdades sociais. A administração de Chávez é, por exemplo, apresentada como portadora de um caráter igualitarista a partir de uma coesão frasal.

Trata-se do emprego da modalidade adjetiva explicativa para interligar as orações que compõem o enunciado “um presidente extremamente popular, *que tenta com seus programas sociais corrigir décadas de injustiças*, levando tratamento médico, educação e produtos a preço de custo para a população carente” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE). Ao lançar mão desta estrutura discursiva, *O Globo* sugere que a minimização das desigualdades sociais consiste em uma particularidade do mandatário venezuelano.

Os resultados positivos das iniciativas sociais chavistas são indicados pelo veículo a partir de um silêncio constitutivo: o sentido de êxito, suscitado pela palavra “sucesso”, presente na sentença “apoio baseado no *sucesso* das ‘missões’”. Também contribui para a instauração desse sentido outro silêncio constitutivo: a caracterização das missões

venezuelanas como medidas dignas de admiração, realizada pelo verbo “elogiar”, utilizado na construção do enunciado “o programa é *elogiado* por entidades como o Unicef e a Organização Mundial da Saúde” (GALENO, 2007b) (ANEXO EE).

O sucesso dos programas sociais venezuelanos é reiterado, ainda, por uma intertextualidade que remete a uma fonte tida como isenta: a declaração do cientista político espanhol Juan Carlos Monedero, na qual este se vale de expressões que evocam a idéia de ampliação de atendimentos para se referir aos resultados das missões. Segundo Modenero, “é difícil falar de números absolutos, mas foram *milhões de atendimentos* médicos. O percentual de pessoas que passaram a ter esse atendimento *aumentou brutalmente*”.

Além de destacar os aspectos sociais do governo Chávez, o jornal evidencia que eles representam uma mudança na vida política venezuelana. Ele o faz, por exemplo, instaurando um silêncio constitutivo: evocando a idéia de tentativa de cumprimento de um dever estatal negligenciado durante longo tempo, por intermédio da expressão “buscam recuperar uma dívida histórica com a população”, que compõe o enunciado “mesmo analistas críticos do governo Chávez reconhecem que os programas do governo *buscam recuperar uma dívida histórica com a população*”.

Corrobora esse sentido ainda outro silêncio constitutivo: a idéia de alteração completa da relação entre Estado e cidadãos, suscitada por Monedero a partir do emprego da expressão “mudança total”, no seguinte fragmento: “os programas sociais iniciados com a chegada de Chávez ao poder foram uma *mudança total* na relação entre a população e o Estado, que passou a oferecer saúde, alimentação, educação” (GALENO, 2007b (ANEXO EE).

Associadas a essas construções encontram-se outras que caracterizam a atitude de parte da oposição chavista – as forças políticas que se revezaram no poder ao longo de 40

anos²⁰ -, no que tange aos problemas sociais. Neste caso, elas é que são apresentadas como o Outro pertencente ao grupo menos valorizado das dicotomias.

Enquanto o êxito é o sentido vinculado às iniciativas sociais chavistas, o sentido suscitado com a finalidade de dimensionar os resultados sociais opositoristas é justamente o contrário: a ausência de êxito, expressa pelo adjetivo “fracasso”, na sentença “a explicação de diferentes especialistas converge para um mesmo fator: o *fracasso* da elite venezuelana no combate à pobreza no país durante os 40 anos que antecederam a primeira eleição do presidente, em 1998”.

O insucesso da oposição na resolução dos problemas sociais é atribuído, na notícia, ao descaso para com as classes populares. Este é indicado pelo veículo a partir do emprego de uma palavra que evoca a idéia de desamparo: o adjetivo “abandonada”, usado para caracterizar as camadas populares no enunciado “projetos resgataram confiança da população pobre, que se sentia *abandonada* há décadas”.

Também Monedero vale-se de uma construção que remete a esse sentido: a expressão “nunca recebera absolutamente nada”, utilizada para dimensionar a assistência do Estado venezuelano à população pobre em: “uma imensa parte da população *nunca recebera absolutamente nada* do Estado”.

Mesmo na intertextualidade que reproduz a fala de uma fonte considerada crítica de Chávez tal formação discursiva é replicada. Ao avaliar a atuação dos partidos opositoristas ao longo da história, o cientista político Carlos Luna emprega o verbo “negligenciar”. Ele afirma que “sem dúvida, Chávez ganhou popularidade devido aos erros dos partidos que governaram o país por 40 anos, *negligenciando* uma grande parte da população”.

²⁰ Com o fim da ditadura Pérez Jimenes, em 1958, os partidos Ação Democrática (AD) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), estabeleceram o chamado “Pacto de Punto Fijo”, que lhes garantiu por vários anos a alternância na presidência venezuelana e “representou uma maneira de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical e as Forças Armadas” (MARINGONI, 2004, p. 102). O acerto entre essas forças políticas vigorou até a década de 90, quando o sistema partidário venezuelano vivenciou uma crise que culminou com a vitória de Hugo Chávez, em 1998.

Paralelamente à publicação de notícias com tom crítico à herança social das elites venezuelanas, contudo, a formação discursiva da cobertura de *O Globo* associa sistematicamente as propostas de alteração constitucional feitas pelo presidente com a alegada intenção de minimizar as desigualdades sociais a um outro atributo: o anacronismo. Ela enfatiza que a fórmula chavista reproduz experiências já superadas e mal-sucedidas – ou seja, o enfoque da cobertura sugere que as fórmulas liberais, rejeitadas por Chávez, seriam as únicas capazes de superar os históricos problemas econômicos e sociais da Venezuela.

Propalado especialmente por autoridades e fontes consideradas isentas, tal discurso manifesta-se, sobretudo, a partir do emprego de silêncios constitutivos que suscitam a idéia de retrocesso. Atestam essa situação, respectivamente, a avaliação da cientista política Lucia Hippolito acerca das propostas de ampliação do mandato presidencial e eliminação dos limites de reeleição; a ponderação da historiadora venezuelana Margarita López Maya sobre o teor socialista da reforma, e as declarações do ex-presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, a respeito da alteração constitucional que levaria à perda de autonomia do Banco Central da Venezuela:

A proposta de reforma do artigo 230 [que aumenta o mandato presidencial de seis para sete anos e elimina o limite para reeleições] vai na *contramão* das democracias mais desenvolvidas. Em geral, os países têm optado por mandatos mais curtos, com consultas mais frequentes ao eleitorado (...) ao aumentar a duração do mandato presidencial e ainda permitir reeleições sucessivas, a Venezuela envereda pelo caminho do *retrocesso* político e institucional – cientista política Lucia Hippolito (GALENO, 2007a) (ANEXO EG).

O que está no texto da reforma *tem mais a ver com o socialismo do século XX*. Há uma confusão entre Estado, governo, partido, conselhos comunais e missões (programas sociais do governo), tudo. Por trás disso, há uma concepção de que o povo e o Estado são um só, um princípio do socialismo do século XX que fracassou rotundamente – historiadora Margarita López Maya (GALENO, 2007g) (ANEXO DZ).

A Venezuela está, na verdade, *voltando à pré-história* da economia. Acaba com a autonomia precária que o BC tem. O BC passa a ser um apêndice do Ministério da Fazenda e do presidente. Isso vai prejudicar ainda mais a arquitetura macroeconômica da Venezuela, um país que já tem controle de preços e de câmbio e, mesmo assim, inflação alta.

(...)

A Venezuela está na *contramão* da história, do que vem ocorrendo nos últimos tempos, principalmente nos países democráticos. A tendência é criação de BCs

independentes – ex-presidente do Banco Central do Brasil Carlos Langoni (GALENO, 2007m) (ANEXO DT).

Langoni cita, ainda, países latino-americanos que estariam trilhando o rumo oposto do pretendido por Chávez – e, portanto, pautando-se não em medidas anacrônicas e sim progressistas. Para o ex-presidente do Banco Central do Brasil, ilustram esta tendência países que vêm implementando ações econômicas calcadas em princípios liberais, como “o Chile, que concedeu independência ao BC na transição da ditadura de Augusto Pinochet para a democracia, e o México, que seguiu o exemplo chileno” (GALENO, 2007m) (ANEXO DT).

O constitucionalista brasileiro e professor titular de direito constitucional da Uerj, Luis Roberto Barroso, evoca o “retrocesso da reforma constitucional” caracterizando a situação oposta à intenção chavista de adotar uma doutrina política na definição do Estado – o socialismo - como uma medida hodierna, em sintonia com a atualidade.

Ele o faz instaurando um silêncio constitutivo, com o auxílio da expressão “no mundo contemporâneo”, presente no enunciado “*no mundo contemporâneo* prevalece a idéia de democracia pluralista, que não se funda em doutrinas abrangentes e definitivas, mas na possibilidade de convivência entre contrários e na troca periódica de orientação política em função da manifestação da vontade popular” (GALENO, 2007g) (ANEXO DZ).

Barroso também suscita o sentido de anacronismo político comparando o governo venezuelano com o regime latino-americano que ficou conhecido como populismo. De acordo com o constitucionalista brasileiro, o governo Chávez “trata-se do velho e recorrente populismo latino-americano, que já trouxe imenso *atraso* para o continente” (O RISCO).

Ao associar populismo e “atraso”, a fonte estabelece uma relação interdiscursiva que recupera dizeres, calcados na visão de mundo liberal, nos quais este modelo democrático-popular anti-liberal é apresentado como um “desvio”, provocado pela situação de “atraso” da região, em relação a uma suposta norma comportamental política ditada pelo liberalismo (tido como um modelo capaz de conduzir ao “progresso”).

O emprego pelo constitucionalista dos termos “velho” e “recorrente”, por sua vez, instaura um silêncio constitutivo que qualifica a administração venezuelana como uma experiência herdeira de um antigo traço político latino-americano freqüentemente recorrente na história da região, como se uma característica atávica o fosse.

Exatamente estes sentidos, evocados de forma explícita pelo especialista, constituem as bases sobre as quais se assentam o noticiário de *O Globo*. O discurso de que Chávez representa o passado da política latino-americana (caracterizado pelo populismo, tido como sinônimo de “atraso”) fornece a tônica da cobertura realizada pelo jornal.

No fundo, as construções discursivas efetuadas pelo veículo reiteram enfaticamente uma dicotomia “atraso/progresso”, na qual o segundo elemento sempre é caracterizado a partir dos paradigmas ofertados pelas nações centrais, considerando-se como atrasada qualquer matriz político-econômica não calcada nos valores liberais hegemônicos.

De forma análoga à representação identitária engendrada pela perspectiva liberal acerca do populismo, o noticiário de *O Globo* caracteriza ações que centralizam poderes no Estado como práticas promotoras de um retrocesso, frente ao progresso supostamente proporcionado por medidas nas quais a liberdade dos atores sociais e econômicos figuram como um aspecto primordial.

Esta associação, evidente nas referências às mudanças constitucionais propostas por Chávez com a alegada intenção de promover uma maior igualdade social, subjaz aos demais temas e enfoques adotados pelo veículo. A sistemática crítica aos rumos assumidos pelo governo venezuelano, sempre centrada na denúncia de um suposto descompromisso com a liberdade, evoca subliminarmente a idéia de um desvio da administração chavista em relação aos parâmetros políticos liberais.

A agressividade, a violação de Direitos Humanos, a ilegalidade, a concentração de poderes, o autoritarismo, o personalismo político e o igualitarismo em perspectiva anacrônica

aparecem assim, nesse viés discursivo, como atributos que atestam o compartilhamento, por parte do governo Hugo Chávez, da mesma representação identitária política atribuída pelos liberais ao sistema populista. A administração venezuelana figura no discurso de *O Globo* como uma experiência que faz a América Latina retroceder a uma situação de “atraso” político.

Retrocesso esse ao qual o continente estaria inevitavelmente fadado em sua história. Isto porque, de acordo com a representação identitária anti-liberal engendrada pelo liberalismo - presente no discurso de *O Globo* -, o “atraso” político da região deriva, em última instância, de uma concepção sobre o próprio ser regional.

Para os liberais, o populismo decorre da própria essência dos povos regionais. O atraso por ele representado consiste em um mero reflexo da condição dos habitantes nativos, tidos como entes “bárbaros”, distantes dos padrões de “civilização” ditados pela cultura e pela ideologia hegemônicas. Nessa vertente discursiva, tal atributo político assume as feições de uma característica atavicamente ligada à América Latina, da qual o continente não poderia se livrar, por estar inscrita no gene de seu próprio povo.

Tendo em vista a filiação de tais sentidos à visão de mundo liberal, faz-se premente para a sustentação dessas assertivas a elucidação, no presente trabalho, dos aspectos discursivos que evidenciam a presença de argumentos e valores ideológicos dessa natureza no noticiário de *O Globo*. A questão é abordada no próximo capítulo.

6 A IDEOLOGIA LIBERAL NOS DISCURSOS DE *EL UNIVERSAL* E *O GLOBO*

O modelo teórico-metodológico delineado no terceiro capítulo com a finalidade de possibilitar a apreensão das representações identitárias construídas pelos noticiários submetidos à análise aponta a ideologia como um elemento essencial do discurso. Em última instância, ele sustenta que a formação discursiva apreendida a partir da identificação dos aspectos estruturais de uma superfície textual – os interdiscursos, os silêncios constitutivos, os silêncios locais etc – consiste na materialização de uma formação ideológica.

Ao se assentar sobre este princípio, o dispositivo analítico em questão almeja que a análise por ele subsidiada seja capaz de evidenciar a visão de mundo, o conjunto de valores e representações por intermédio dos quais os sujeitos enunciadorees - no caso, as empresas jornalísticas - constroem uma determinada concepção da realidade, avaliam as ocorrências factuais e orientam seu modo de ser e agir no mundo.

Por conseguinte, ele elege como fim último de sua aplicação não a descrição dos elementos implicados em uma construção discursiva – tal como realizado nos capítulos precedentes -, mas algo que ultrapassa a dimensão textual, encontra suas raízes no próprio corpo social: as determinações ideológicas que transformam os indivíduos em sujeitos sociais.

Tendo em vista este fundamento metodológico e a hipótese sustentada pelo presente trabalho, segundo a qual os noticiários produzidos por *El Universal* e *O Globo* acerca do governo Hugo Chávez reverberam o discurso do “atraso” subjacente a representações identitárias sobre a política e o povo latino-americanos, procura-se nesse capítulo demonstrar como as marcas discursivas coligidas anteriormente remetem à formação ideológica típica do liberalismo.

Em virtude das significativas semelhanças de enquadramento entre as coberturas empreendidas pelos dois jornais - determinadas pela existência de estruturas discursivas e, muitas vezes, até de conteúdos idênticos -, opta-se aqui por realizar uma explanação que apresente de forma generalizada as principais evidências da presença subliminar da ideologia liberal nos discursos analisados e especifique as particularidades quando necessário.

Dado o caráter perene da ideologia, na acepção do termo adotada neste trabalho, nas intervenções discursivas realizadas por um determinado sujeito social, o presente capítulo faz, ainda, referência a outras pesquisas que realizamos a respeito da cobertura do governo Hugo Chávez empreendida pelos jornais *El Universal* e *O Globo*, com o intuito de evidenciar com ainda mais clareza que a ideologia liberal se encontra no cerne das produções discursivas engendradas por ambos os veículos.

Para respaldar a identificação de argumentos e traços discursivos típicos do liberalismo, o capítulo em questão adota como referência a definição de Norberto Bobbio (2004; 2001), explicitada a seguir.

6.1 A visão de mundo liberal

Ao discorrer sobre as categorias que defende serem centrais na distinção entre doutrinas situadas à esquerda e à direita do espectro político – a igualdade e a liberdade -, Bobbio (2001) apresenta os principais traços que constituem a ideologia liberal. Partindo do pressuposto de que a postura igualitária²¹ é uma marca distintiva da esquerda e reconhecendo em várias passagens que o ideal de liberdade encontra-se predominantemente – embora não

²¹ Bobbio (2001) define a postura igualitária não como o ideal da igualdade de todos em tudo – que, para ele, consiste em uma bandeira do igualitarismo utópico -, mas como uma proposta de minimização de determinada(s) desigualdade(s) social(is) existente(s) em um grupo específico de indivíduos, a partir da aplicação de critérios bem definidos.

exclusivamente²² - associado à direita, o autor define nos seguintes termos o modelo liberal hegemônico na atualidade:

(...) continuamos a ter sempre presente sob os nossos olhos a sociedade em que vivemos, na qual são exaltadas todas as liberdades, e com particular relevo a liberdade econômica, sem que nos preocupem, ou só nos preocupem marginalmente, as desigualdades dela derivadas e presentes em nosso mundo e, com visibilidade ainda maior, nos mundos mais distantes (BOBBIO, 2001, p. 128).

Sob esta perspectiva, a ideologia liberal é tida como uma vertente da direita política. Ela consiste em uma doutrina que se centra na proclamação de liberdades individuais (os chamados direitos civis e políticos) e relega a um segundo plano medidas destinadas a combater as desigualdades humanas²³ (os direitos sociais) (BOBBIO, 1992).

Trata-se, portanto, de uma vertente ideológica que, para conduzir à extrema consequência a proposta de usufruto de um bem individual – a liberdade –, impõe significativos limites a um princípio de natureza social – a igualdade. Esta aparece no liberalismo apenas sob a forma de um igualitarismo mínimo, de um direito humano à idêntica liberdade, segundo o qual cada indivíduo deve limitar sua própria liberdade, compatibilizando-a com a dos outros para garantir que todos usufruam de igual liberdade (BOBBIO, 2001).

Em consonância com esses princípios, as correntes majoritárias do liberalismo defendem, no plano político-institucional, a existência de um aparelho estatal com poderes mínimos de intervenção na sociedade. Eles concebem o Estado como uma entidade laica, desvinculada de preceitos religiosos e de concepções filosófico-políticas, e detentora de restritos poderes sobre a esfera civil.

²² Para Bobbio (2001), tanto à direita quanto à esquerda do espectro político é possível encontrar doutrinas libertárias. A liberdade seria, na visão do autor, um valor comum a movimentos políticos moderados, por ele identificados como de centro-esquerda e de centro-direita.

²³ Vale mencionar que, segundo o autor, a direita não encara as desigualdades humanas como distorções da vida social, mas sim como dons naturais benéficos e necessários à sociedade.

O Estado liberal é o Estado que permitiu a perda do monopólio do poder ideológico, através da concessão de direitos civis, entre os quais sobretudo do direito à liberdade religiosa e de opinião política, e a perda do monopólio do poder econômico, através da liberdade econômica; terminou por conservar unicamente o monopólio da força legítima, cujo exercício, porém está limitado pelo reconhecimento dos direitos do homem e pelos vários vínculos jurídicos que dão origem à figura histórica do Estado de direito. Através do monopólio da força legítima – legítima porque regulada pelas leis (trata-se do Estado racional-legal descrito por Marx Weber) – o Estado deve assegurar a livre circulação de idéias, e portanto o fim do Estado confessional e de toda forma de ortodoxia, e a livre circulação de bens, e portanto o fim da ingerência do Estado na economia (BOBBIO, 2004, p. 129-130)

Implícita a esta perspectiva subjazem, portanto, uma concepção negativa de qualquer ampliação das funções e do escopo do Estado, na qual ele é visto apenas como um instrumento destinado a garantir a realização das liberdades individuais, e uma visão positiva da esfera civil, tida como o meio no qual os indivíduos podem explorar a liberdade em todo o seu potencial.

6.2 Valores liberais nos discursos de *El Universal* e *O Globo*

Adotando como referência essas definições, torna-se possível afirmar que a formação discursiva dos noticiários produzidos por *El Universal* e *O Globo* - desvelada pelas análises realizadas nos capítulos precedentes - opera uma (re)construção da realidade política venezuelana perpassada pela ideologia liberal.

Tal viés fica patente já nos temas e nos enquadramentos sob os quais eles são majoritariamente tratados. Em todas as abordagens realizadas, os veículos acabam por se erigir como vigilantes do bem humano considerado supremo para tal vertente de pensamento: a liberdade.

O predomínio de silêncios constitutivos, coesões e coerências textuais que sugerem o uso da violência física e verbal (por parte dos aparatos policiais e do presidente venezuelano, como meio de intimidar a oposição) transforma ambos os jornais em denunciadores do emprego da força estatal não como método para garantir o usufruto de liberdades individuais – conforme idealizado pelos liberais -, mas para cerceá-las (no caso, especialmente a liberdade de manifestação).

O discurso de *O Globo* faz ecoar essa denúncia também por meio da evocação, em contextos de violência, da origem militar de Chávez e do levante por ele liderado no ano de 1992. Isto porque tal associação resgata a memória discursiva das experiências governamentais militares latino-americanas da segunda metade do século XX, nas quais o aparelho de segurança estatal foi largamente empregado com o propósito de reprimir aqueles que tentassem exercer suas liberdades individuais.

As coberturas de ambos os jornais sobre a violação de direitos humanos manifestam essa mesma postura na medida em que praticamente só incluem em seu rol de preocupações acontecimentos relacionados aos chamados direitos de liberdade. Silêncios constitutivos, interdiscursos e demais estruturas que evocam o sentido da restrição de direitos aparecem vinculados a garantias humanas assentadas sobre o princípio da liberdade, como os direitos políticos, a autonomia universitária, a liberdade de imprensa e o direito à propriedade.

À exceção do direito ao trabalho, mencionado uma única vez em *El Universal*, e das propostas de redução da jornada de trabalho e de criação de um sistema de assistência social para trabalhadores informais, citadas por *O Globo*, ações do governo venezuelano que produzam impactos positivos ou negativos sobre direitos sociais são totalmente silenciadas. Medidas destinadas a minimizar distorções sociais - que se encontram na base de doutrinas igualitárias e, por conseguinte, de matriz esquerdista - não se constituem em foco de atenção dos veículos. Daí emergem como um indício do viés direitista de seus discursos.

Na abordagem desses direitos por parte de *O Globo*, concorre para tal conclusão também a ausência de expressões valorativas. Ao contrário do observado em relação às liberdades civis, o jornal não emite juízos de valor sobre o provável efeito de tais medidas – a ampliação de direitos sociais –, mostrando-se indiferente a propostas destinadas a promover um incremento da igualdade social.

Por sua vez, o estabelecimento de relações interdiscursivas com acontecimentos interpretados como uma tentativa ou como o desvirtuamento real dos Estados latino-americanos em relação aos princípios institucionais liberais, a instauração de silêncios constitutivos e o emprego de palavras que remetem à idéia de ilegalidade para associar o governo e a reforma aos sentidos de ruptura da ordem constitucional soam, nos dois jornais, como um alerta para as ameaças representadas pelo eventual crescimento do aparato estatal venezuelano.

O mesmo ocorre com a abordagem sobre a concentração de poderes. A recorrência a palavras e construções textuais (a coerência e a coesão) que suscitam as idéias de concentração de poderes nas mãos do presidente e ampliação dos poderes do Estado para interferir na sociedade apresentam, tanto no discurso de *El Universal* quanto no de *O Globo*, riscos à idéia liberal de Estado mínimo.

No que concerne ao autoritarismo político, os jornais se colocam na posição de porta-vozes da ideologia liberal na medida em que vêem qualquer modelo que não replique a formação clássica da democracia liberal como potencialmente autoritário. Sintomaticamente, há raras menções à ausência ou à insuficiência, na realidade política latino-americana, dos princípios de natureza igualitária, que em tese poderiam ser minimamente abarcados pelos governos de uma região historicamente marcada pelas desigualdades sociais.

Nota-se, ainda, a presença de outro argumento liberal na crítica empreendida pelos veículos ao suposto autoritarismo de Chávez: a acusação de que a proposta do presidente de

transformar a Venezuela em um Estado socialista é uma medida que restringe as possibilidades democráticas – construção discursiva que reproduz a idéia de isenção do Estado em relação a concepções filosófico-políticas (e esteve na base, por exemplo, da defesa liberal da laicidade do Estado).

Esta mesma matriz aparece no tratamento dispensado à questão do personalismo por *O Globo*. O jornal expressa de certa forma este sentido, na medida em que palavras e expressões associadas à idéia de um estilo próprio de poder sugerem a existência de um Estado personalista, no qual a identificação do aparato institucional com o presidente conduz à ideologização do Estado, combatida pelos liberais.

A explanação sobre o personalismo político também assume ares de uma denúncia do desmonte das estruturas institucionais liberais por evidenciar as mudanças que vêm se processando nas relações entre o povo e o Estado venezuelano, então confundido com o seu líder. Por intermédio de silêncios constitutivos que remetem à idéia de culto à personalidade, *O Globo* evidencia o estabelecimento de uma ligação emocional entre as massas e o governante, que se opõe e coloca em risco o contrato social firmado com a instauração do Estado de direito.

Por fim, a abordagem de *O Globo* sobre as propostas feitas pelo governo Hugo Chávez com a alegada intenção de minimizar as desigualdades sociais reproduz a visão dos liberais sobre as ações destinadas a conduzir a esse objetivo. Defendendo a tese de que haveria imposição de limites à liberdade, especialmente a econômica, como resultado das políticas de igualitarização social, os representantes dessa vertente ideológica tendem a desqualificar medidas de tal natureza, como faz o jornal, associando-as à idéia de retrocesso.

Assim como este enfoque, o silenciamento do assunto “igualdade” por parte de *El Universal* também opera como um indício do perfil ideológico liberal. A ausência, no discurso do veículo, de notícias que se centrem em ações estatais de natureza social, sejam

elas valoradas positiva ou negativamente, evidencia o caráter marginal da questão da igualdade para o jornal, reforçando a tese de que suas construções discursivas calcam-se em uma concepção liberal da sociedade.

6.3 Escolha de fontes jornalísticas e explicitações ideológicas

Além dos temas e enquadramentos, reiteram essa visão de mundo estruturas discursivas predominantes em ambos os noticiários, dentre as quais destaca-se o permanente posicionamento dos veículos na mesma formação discursiva assumida por fontes de tendências liberais.

Na abordagem de praticamente todos os temas, os jornais compartilham palavras, expressões e argumentos adotados por representantes dos partidos políticos opositores e, especialmente, de estudantes contrários à reforma - que, apesar de se auto-proclamarem apolíticos, sempre defendem em suas falas, mesmo que de forma subliminar, o ideal da liberdade.

A escolha dos especialistas e das autoridades que conferem uma suposta isenção às coberturas políticas também reflete esse posicionamento ideológico. Obtêm espaço para se manifestar nas notícias produzidas pelos jornais venezuelano e brasileiro apenas fontes cujas análises e asseverações apresentem, implícita ou explicitamente, a liberdade como um bem humano sob ameaça na Venezuela.

Autoridades que assumam uma formação discursiva na qual as ações governamentais e/ou a proposta de reforma constitucional sejam vistas sob um prisma positivo – a partir da adoção de uma perspectiva de liberdade diversa da concepção individualista do pensamento

liberal, e/ou da escolha de outros ideais como parâmetro de referência – são completamente interditas no noticiário.

Concorre para essa inferência também a observação do comportamento de *El Universal* e *O Globo* em relação a declarações de fontes esquerdistas. Personalidades como Ismael García e Raúl Baduel, que procuram conciliar os ideais de igualdade e liberdade - aderindo, na perspectiva de Bobbio (2001), à posição política de centro-esquerda - manifestam-se apenas para defender a liberdade. Suas vozes se levantam para criticar as supostas concentração de poder e tendência anti-democrática do governo, mas não fazem ecoar nos jornais o princípio da igualdade que também lhes é caro.

Nessas circunstâncias, é importante notar que, apesar de se situarem em uma posição oposta à dos veículos – embora adotem um viés que também incorpora a dimensão da liberdade, os personagens citados pertencem à esquerda e não à direita política - tais fontes têm suas afirmações referendadas pelas construções discursivas preponderantes nos noticiários: elas encontram eco em escolhas semânticas e estruturas textuais empregadas pelos jornais, bem como na fala de outras fontes liberais.

O mesmo ocorre com representantes do governo apenas nas raras ocasiões em que seus pronunciamentos reforçam a tese da ameaça aos princípios liberais. No discurso de *El Universal*, atesta esse comportamento a afirmação da deputada Pastora Medina, aliada a Chávez, para quem na Venezuela e na Assembléia Nacional se fazem coisas proibidas – sentido que se coaduna com a construção discursiva sobre a ilegalidade do governo.

Já na cobertura de *O Globo*, remete a essa adoção do mesmo lugar de fala pelo veículo e pelo governo o pronunciamento do deputado chavista Roberto Hernández que, ao tachar de traidores os críticos da reforma, expressa a intolerância para com posições políticas divergentes sustentada pelas construções textuais do veículo e por declarações de fontes opositoras e supostamente isentas.

Fora situações como essas, fontes governamentais são submetidas a dois comportamentos discursivos que, igualmente, revelam o caráter liberal dos veículos: o ostracismo e a ausência de confirmação de suas palavras. O primeiro permite entrever o viés ideológico da cobertura na medida em que o posicionamento do governo à esquerda direciona seu foco principalmente para o ideal da igualdade, incapacitando-o de participar da construção de discursos centrados no valor da liberdade.

Em função dessa incompatibilidade, o segundo opera como uma estrutura discursiva destinada a desqualificar as afirmações de um agente que não compartilha os princípios ideológicos subjacentes ao noticiário. Circunscrevendo as afirmações governamentais a seus próprios representantes, os jornais venezuelano e brasileiro remetem à idéia de que elas consistem apenas na versão oficial sobre os acontecimentos, minimizando o valor das representações que criam uma imagem positiva do governo e negativa dos agentes liberais.

O Globo expressa muito bem essa idéia quando noticia um episódio de violência atribuído pelo governo à oposição. Ao relatar, em um discurso indireto, a interpretação do vice-presidente sobre o acontecimento, o jornal esquiva-se de partilhar a formação discursiva assumida pela autoridade venezuelana em discurso direto, utilizando-se de palavras isentas dos sentidos de violência/agressividade e recorrendo às aspas. Por intermédio desse recurso discursivo, ele sugere que as informações consistem apenas na visão de um membro do governo.

Em contraposição, as construções discursivas perpassadas pela ideologia liberal assumem um estatuto de verdade. As escolhas semânticas e as estruturas textuais empregadas por ambos os veículos sempre são reiteradas por agentes sociais de natureza diversa: representantes da oposição, fontes consideradas isentas, dissidentes do chavismo, personalidades declaradamente esquerdistas. Essa pluralidade de atores cria a impressão de

que a visão liberal sobre o governo Chávez consiste em um retrato fiel da realidade e não em uma construção simbólica ideologicamente orientada.

Converge para esse fim também o aspecto monolítico assumido pelas representações do governo e de seus simpatizantes. A ausência de imagens identitárias contraditórias - que não se guiem apenas pela idéia de liberdade - e portadoras do estatuto de verdade jornalístico conduz à interpretação de que tais atores “são” incontestavelmente autoritários. Além disso, ela também atesta a centralidade do ideal da liberdade como princípio ordenador do discurso construído pelos veículos.

Ao contrário dessa imagem negativa do Estado, emerge nos noticiários uma visão positiva da esfera civil - neles representada praticamente apenas pelos estudantes opositores -, que coincide com a da ideologia liberal. Tanto em *El Universal* quanto em *O Globo*, tais cidadãos aparecem como porta-vozes da liberdade.

Remetem a tal imagem, por exemplo, as construções discursivas nas quais os estudantes se autoproclamam defensores da liberdade e dos princípios democráticos dela derivados, sem sofrerem a objeção dos jornais ou de qualquer outra fonte, e nas quais *El universal* os apresenta, subliminarmente, como forças que reagem à violência policial para garantir o seu direito à manifestação.

6.4 Recorrências ideológicas em outras coberturas

Essas evidências de que a ideologia liberal rege as manifestações discursivas de *El Universal* e *O Globo* são corroboradas por resultados obtidos em outras pesquisas nas quais analisamos a cobertura empreendida pelos jornais acerca de governos latino-americanos de

tendência anti-liberal. Em virtude disso, opta-se aqui por fazer uma breve referência a algumas construções discursivas observadas nessas ocasiões.

No que tange a *El Universal*, os dados comentados dizem respeito ao noticiário sobre os resultados do primeiro governo de Hugo Chávez em áreas sociais, produzido em novembro de 2006 - mês que antecedeu a última eleição presidencial venezuelana. A pesquisa referente a *O Globo*, por sua vez, abarca editoriais e notícias sobre os governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, publicados nos anos de 2006 e 2007.

De forma análoga ao noticiário submetido à análise no presente trabalho, o tratamento dispensado a certos temas por *El Universal* na pesquisa mencionada calca-se em declarações de personalidades adeptas dos princípios liberais. As avaliações emitidas pelo veículo acerca da atuação do governo Chávez na área da educação e no combate à pobreza, por exemplo, são sustentadas por fontes diretamente envolvidas na campanha do candidato opositor, Manuel Rosales (MENDES, 2007).

A ideologia que permeia essas construções discursivas fica evidente no diagnóstico traçado por Michael Rowan, assessor de estratégia da campanha opositora, a respeito da situação da pobreza no país. Rowan afirma que Chávez poderia ter reduzido a pobreza à metade se tivesse usado “clássicas ferramentas econômicas de criação de riqueza”, como “títulos de propriedade de terras” e “empresas privadas formais”, no lugar de “coletivos socialistas do Estado” (ROWAN, 2006 *apud* MENDES, 2007).

A fonte defende, portanto, a liberdade econômica dos atores sociais e a intervenção mínima do Estado na economia como os meios para se alcançar uma situação de harmonia social, na qual a pobreza possa ser minimizada. Ao emitir esta avaliação, ela faz ecoar a visão de mundo liberal que, conforme evidenciado por Bobbio (2004;2001), assenta-se justamente sobre esses dois princípios.

Tal afirmação, assim como outras realizadas por fontes de tendências liberais no período, assume um estatuto de realidade, na medida em que representantes do governo e/ou especialistas portadores de outras visões de mundo são silenciados (MENDES, 2007). Reina, em uma parte significativa do noticiário, a ausência de pontos de vista contraditórios - que emerge, assim, como um indício da existência de um forte compromisso entre o discurso do jornal e a ideologia liberal.

Em algumas das raras ocasiões nas quais o governo obtém espaço para se manifestar nesse noticiário, o mesmo comportamento discursivo verificado na análise que constitui o objeto da presente dissertação pode ser observado: o uso crítico das palavras de autoridades governamentais para referendar argumentos liberais. Atesta o emprego desse recurso o sentido criado por uma coerência textual, a partir da justaposição de um pronunciamento presidencial e do depoimento de uma fonte a respeito da situação das universidades públicas.

A notícia em que se insere tal construção inicia dizendo que “o presidente Hugo Chávez criticava o ‘capitalismo’ das universidades privadas, onde ‘só interessa ganhar dinheiro e não tem nada a ver com educação de qualidade’”. Em seguida, é dada voz a uma estudante da universidade pública Unefa, que questiona a qualidade do ensino oferecido pelo Estado: “no [núcleo] Coro contamos somente com três módulos, que não são suficientes para a quantidade de estudantes, não temos mais do que um ônibus, não contamos com nenhuma biblioteca, não temos laboratórios (...)” (PEÑALOZA, 2006 *apud* MENDES, 2007).

A contraposição entre a fala do presidente e a da estudante evoca o sentido de que a eficiência do Estado em relação ao mercado, proclamada pelos adeptos da visão anti-liberal, é desmentida pela realidade concreta, que demonstra os malefícios da intervenção estatal na sociedade. Como conseqüência, ela reitera subliminarmente o argumento liberal de que deve ser garantida ao máximo a liberdade econômica dos agentes sociais e reduzido ao mínimo o poder do Estado sobre a economia e a sociedade.

Similar posição subjaz ao discurso de *O Globo* analisado na outra pesquisa. Em um editorial – gênero que expressa claramente o ponto de vista de um meio de comunicação –, o jornal sustenta que intervenção estatal e pobreza consistem em fatores vinculados a partir de uma relação direta, na qual intervém também um terceiro elemento: a corrupção. “Estatização, corrupção e pobreza não andam juntos por acaso” (ROTA ..., 2006a *apud* MENDES, 2008), afirma *O Globo*.

A equação “excesso de intervenção estatal, corrupção, baixo crescimento econômico e pobreza” é montada pelo veículo com o auxílio de declarações de autoridades supostamente isentas, cujas ponderações reproduzem apenas a visão negativa da intervenção do Estado na economia. Insere-se nessa situação a afirmação do economista Armando Castelar, do Ipea, de que “(...) quanto maior a regulação, mais dificuldades são criadas ao empreendedorismo e, portanto, maiores são as chances de prosperar o negócio da venda de facilidades pelo burocrata estatal” (ROTA ..., 2006a *apud* MENDES, 2008).

As supostas virtudes do liberalismo são exaltadas pelo editorial a partir da recorrência a um exemplo latino-americano: o Chile. O país, que foi o primeiro da região a implementar as medidas liberais propostas pelo Consenso de Washington, é definido pelo jornal como “(...) a mais aberta das economias regionais e não por acaso a de desenvolvimento mais equilibrado, rápido e constante.” (ROTA ..., 2006a *apud* MENDES, 2008).

No plano político, os editoriais de *O Globo* referenciados por essa pesquisa recorrem à memória discursiva sobre a política latino-americana, assim como as notícias que compõem o recorte empírico da presente dissertação, construindo uma imagem dos governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa que adota como princípio norteador o ideal da liberdade.

O jornal evoca lembranças da ditadura como o contexto adequado para classificar algumas das atitudes adotadas por tais administrações. Neste quadro interpretativo, a

substituição do Estado liberal pelo autoritarismo militar no continente serve, por exemplo, de parâmetro para a interpretação de atos como o de Evo Morales, que “de uma tacada, driblou o bloqueio da oposição no Senado e conseguiu aprovar sua reforma agrária, contestada pelos proprietários rurais, que ameaçara adotar por decreto (...)” (SEDUÇÃO ..., 2006 *apud* MENDES, 2008).

Em consonância com as supostamente isentas notícias de *O Globo* analisadas no capítulo precedente, o autoritarismo aparece nesse espaço eminentemente opinativo como o antônimo de democracia. Portanto, também nele esta forma de governo é reduzida à sua dimensão libertária, tem seus princípios igualitários relegados ao esquecimento.

Tal equivalência entre liberdade e democracia fica explícita na relação direta estabelecida pelo jornal entre a redemocratização das sociedades latino-americanas e a liberalização da economia, como atesta a explanação sobre o fim da ditadura: “com a democratização, a América Latina foi tomada quase de imediato pela vaga do ‘neoliberalismo’ (...)” (ROTA ..., 2006b *apud* MENDES, 2008).

Na pesquisa da qual são extraídas tais marcas discursivas – trabalho que, conforme mencionado anteriormente, submete à análise não só editoriais, mas também notícias -, vê-se que a argumentação de cunho liberal ultrapassa o espaço opinativo dos editoriais para marcar presença nas seções informativas de *O Globo*.

Como atestam certos títulos e linhas finas de notícias, algumas ações dos governos igualitários da América Latina são apresentadas por palavras que remetem ao campo semântico do autoritarismo: “Chávez agora *cerca* as escolas” (FIGUEIREDO, 2007b, grifo nosso *apud* MENDES, 2008), “*Militarização* do governo e da linguagem política” (GALENO, 2006c, grifo nosso *apud* MENDES, 2008), “Morales *ameaça* reforma agrária *por decreto*” (FIGUEIREDO, 2006b, grifo nosso *apud* MENDES, 2008).

O recorte empírico deste trabalho evidencia que o suposto caráter autoritário de tais governos é evocado freqüentemente por um único assunto: a atitude em relação aos meios de comunicação, instituições sociais que se assentam sobre três direitos humanos considerados fundamentais pelo ideário liberal - a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e o direito à informação.

Em notícias que tratam da questão, por exemplo, a decisão de Hugo Chávez de fechar um canal de TV privado é apresentada como uma ação que se desenvolve sob “forte militarização”, em um sinal de “clara demonstração de força do governo” (DEMONSTRAÇÃO ..., 2007 *apud* MENDES, 2008). Rafael Correa, por sua vez, é visto como um presidente que “(...) ameaçou rever licenças para operar concessões de rádios e TVs do Equador (...)” (COSTA, 2007c *apud* MENDES, 2008).

Todas essas marcas discursivas revelam o predomínio, em períodos e circunstâncias distintas, de coberturas dos jornais *El Universal* e *O Globo* que são perpassadas pela ideologia liberal. Mais do que um comportamento discursivo isolado, portanto, o compromisso existente entre a visão de mundo liberal e a superfície textual produzida por ambos os veículos acerca do governo Hugo Chávez durante a campanha prévia ao referendo constitucional – objeto sobre o qual se centrou a presente pesquisa - consiste em um traço perene das manifestações discursivas realizadas pelos jornais venezuelano e brasileiro.

Traço esse que não deve ser visto como mera obra do acaso, mas sim interpretado com base no contexto no qual esses meios de comunicação se inserem: a mídia massiva. Tanto *El Universal* quanto *O Globo* são regidos pelos princípios descritos no terceiro capítulo: os noticiários veiculados por eles diariamente consistem em mercadorias dotadas de uma certa autonomia em relação à esfera política e produzidas de acordo com determinados valores.

Dentre esses valores, sobressai a liberdade que, apesar de ser envolvida por uma aura que confere ao jornalismo a função social mítica de “guardião do poder”, é acionada nas

(re)construções da realidade empreendidas pela imprensa massiva em grande medida por estar diretamente relacionada à sua sobrevivência enquanto atividade dependente da mão invisível do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos noticiários sobre o governo Hugo Chávez veiculados por *El Universal* e *O Globo* entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007 revela que as marcas discursivas majoritárias na cobertura dos veículos caracterizam a administração venezuelana como um sistema político cujas ações se pautam sobretudo na agressividade, na violação de Direitos Humanos, na ilegalidade, na concentração de poderes, no autoritarismo, no personalismo político e em uma proposta igualitária marcada pelo anacronismo.

Os enquadramentos conferidos por ambos os jornais a cada um desses atributos remetem à idéia de um descompromisso do governo Chávez para com liberdades básicas. Estruturas discursivas - silêncios constitutivos, interdiscursos, coerência e coesão textuais etc – que denunciam supostos abusos contra a liberdade evocam a imagem de uma administração autoritária.

Tais construções discursivas entram em consonância com as visões projetadas sobre o governo por intertextualidades manifestas referentes a declarações de representantes da oposição e mesmo de especialistas considerados isentos, que a todo momento acionam uma formação discursiva na qual a liberdade é apresentada como um bem humano sob ameaça na Venezuela.

Tanto os jornais quanto esses atores sociais calcam suas críticas ao governo nos valores e nos argumentos centrais das correntes majoritárias do liberalismo, que vêem qualquer ampliação dos poderes e do escopo do Estado como uma medida prejudicial ao exercício das liberdades humanas.

Paralelamente, verifica-se uma tendência ao silenciamento local de representantes do governo e um verdadeiro ostracismo de autoridades tidas como imparciais na contestação desses discursos. Nos raros momentos em que fontes oficiais obtêm espaço para se

manifestar, ambos os veículos adotam uma postura de distanciamento em relação à formação discursiva por elas assumida.

Essa ausência de imagens contraditórias, bem como a convergência entre as estruturas discursivas adotadas pelos veículos e os argumentos sustentados por fontes de naturezas diversas, conferem à representação do governo Hugo Chávez construída pelos noticiários analisados um estatuto de verdade, criando a impressão de que a administração venezuelana “é” desapegada ao valor político da liberdade.

Contudo, a presença constante nas coberturas de uma defesa do ideal da liberdade calcada em argumentos e valores do liberalismo permite afirmar que, subjacente às superfícies textuais analisadas, encontra-se uma imagem negativa sobre a prática política anti-liberal (não por acaso construída a partir da perspectiva liberal).

Reside subliminarmente às construções discursivas dos jornais, portanto, uma imagem identitária engendrada em um processo relacional no qual o liberalismo, detentor do poder de representação, se estabelece como a “norma” política - apresentando-se sempre como a encarnação do “progresso” - e classifica o anti-liberalismo como uma entidade “desviante” - impregnando-o com a idéia de “atraso”.

Ao se assentar sobre tais sentidos, os noticiários veiculados por *El Universal* e *O Globo* reproduzem, de forma subjacente, o discurso do “atraso” político latino-americano, que se encontra no cerne de interpretações liberais sobre experiências políticas regionais de viés anti-liberal, como o sistema democrático-popular que ficou conhecido pelo epíteto de populismo.

Por conseguinte, assim como as construções discursivas ideologicamente hegemônicas que procuram dar conta desse modelo político latino-americano, as coberturas de ambos os jornais reverberam, subjacente a seus discursos, a idéia de que o anti-liberalismo do governo

Chávez consiste em uma “aberração”, frente aos supostamente objetivos padrões políticos liberais adotados pelas nações “modernas”, provocada pelo “atraso” da região.

A concepção, inerente a esse discurso, da realidade política das nações “desenvolvidas” como um modelo objetivo tende a essencializar as representações identitárias dela derivadas, encobrendo sob o manto da naturalidade as disputas de poder e os valores ideológicos que regem as construções discursivas nas quais o liberalismo e o anti-liberalismo são apresentados como sinônimos de “modernidade” e “atraso”, respectivamente.

Concorre para essa naturalização também a filiação dos sentidos propagados pela ideologia hegemônica a uma representação identitária mais ampla: o discurso do “atraso” do latino-americano. Implícita à perspectiva liberal a respeito do populismo – e, por extensão aos noticiários dos jornais *El Universal* e *O Globo*, que também se assentam sobre ela – encontra-se uma visão sobre a própria essência dos povos da região.

No fundo, tais construções apresentam as particularidades políticas regionais como fruto do “atraso” dos híbridos seres latino-americanos, que se encontrariam em um estágio anterior de desenvolvimento humano cujos parâmetros seriam ditados pela cultura dos países centrais.

Os modelos anti-liberais da região – que se caracterizam sobretudo por um viés democrático-popular -, resultariam, nesta perspectiva, do estado de “incivilidade / irracionalidade” das massas humanas do continente frente aos padrões de “civilização / racionalidade”, ofertados pelo sistema hegemônico de valores - e seguidos pelas próprias elites locais.

Uma vez que se encontraria supostamente inscrito na própria natureza dos habitantes da região, o “atraso” figura nessa concepção política como uma característica atávica, da qual a América Latina não conseguiria se livrar, que reapareceria inelutavelmente em uma ou outra

manifestação política contemporânea, cujas reminiscências remontariam a modelos igualmente ultrapassados.

Neste contexto, os discursos produzidos pelos jornais *El Universal* e *O Globo* com base nos valores e argumentos hegemônicos que dão sustentação a tais representações identitárias despontam como construções discursivas que classificam o governo Hugo Chávez como um herdeiro *natural* do atraso político latino-americano, representado por experiências como o populismo.

Por conseguinte, tais coberturas políticas adquirem os contornos de uma representação simbólica que se insere na cadeia discursiva estereotípica sobre o latino-americano, engendrada pelos colonizadores europeus e reiterada ao longo da história do continente, especialmente pelas classes dirigentes locais, em diversos processos de construção / reconstrução de representações identitárias.

Contribui para a filiação, a esse processo de estereotipização, dos discursos produzidos por *El Universal* e *O Globo* (que representam a mídia empresarial) o modo institucionalizado como os profissionais do setor vêem e concebem a realidade. Da seleção dos acontecimentos dignos de atenção jornalística à formatação textual, o processo de produção noticiosa é guiado por fatores que favorecem a reprodução de valores hegemônicos.

Práticas como a recorrência aos valores-notícia – critérios de seleção e estruturação dos fatos jornalísticos ancorados na ideologia hegemônica – e a contextualização dos acontecimentos segundo referências culturais contidas especialmente nos “mapas de significado” fornecidos pelo “sistema central de valores” fazem com que o noticiário da grande imprensa calque-se nos sentidos ofertados pela cultura hegemônica.

Essas determinantes ideológico-culturais, aliadas a uma tendência de estruturação dicotômica da realidade, que classifica os fenômenos sociais como práticas “normais” ou “desviantes”, transformam o jornalismo em uma espécie de juiz de valores, apto para

denunciar supostas transgressões comportamentais, cujos parâmetros são fornecidos por protótipos e estereótipos produzidos no cerne da cultura hegemônica.

Na cobertura da área política essa postura é intensificada pela mítica função jornalística de “guardião do poder”, segundo a qual os meios de comunicação devem assumir uma atitude de vigilância, colocando-se a postos para revelar a qualquer momento possíveis “desvios” governamentais em relação à “norma” de conduta política ditada pelo liberalismo.

Função essa que, quando colocada em prática, guia-se muito mais pelas necessidades comerciais da mídia do que pelo ideal de proteção da cidadania. Isto porque, enquanto atividade empresarial dependente da “mão invisível” do mercado, a grande imprensa precisa se erigir como uma defensora das liberdades (mas sobretudo a defesa da livre iniciativa econômica) para garantir sua própria sobrevivência.

Neste caso, além de se lançar autonomamente na batalha pelas liberdades, os meios de comunicação podem sentir-se pressionados, pela esfera econômica, a fazê-lo. É o que, em certa medida, acontece com *El Universal*. A dependência do veículo em relação aos grandes grupos financeiros prejudicados pela postura anti-liberal de Hugo Chávez contribui, ao menos em parte, para a produção de uma crítica ao governo venezuelano calcada na visão liberal.

Por se tratar de uma cobertura sobre política internacional, o discurso de *O Globo* submetido à análise é, por sua vez, objeto de influência de um outro ator social cujas produções discursivas distanciam-se da prática de difusão de visões de mundo plurais: as agências internacionais. Parte das notícias publicadas pelo jornal no período são produzidas com base em materiais fornecidos por essas entidades midiáticas oligopolizadas, que contribuem para a disseminação dos valores ideológicos hegemônicos.

Todos esses fatores transformam os noticiários produzidos pelos jornais *El Universal* e *O Globo* acerca do governo Hugo Chávez em espaços privilegiados para a apresentação do “atraso” como uma característica *natural* das práticas políticas e dos povos latino-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CHÁVEZ con cariño. **El Universal**, Caracas, 12 abr. 2002. Principal. Disponível em: <http://buscador.eluniversal.com/2002/04/12/apo_art_12402BB.shtml>. Acesso em: 20 out. 2005.

ALMEIDA, Onésimo Teotônio. Ideologia: revisitação de um conceito. In: **Revista de Comunicação e Linguagens**, Liboa. n. 21-22, p. 69-79, 1995.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism**. London and New York: Verso, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BASTENIER, Miguel Ángel. O “outro” Ocidente. **El País**, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/01/28/ult581u3024.jhtm>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Ed., 2005.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BOBBIO, Norberto. Liberalismo velho e novo. In: _____. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Direita e esquerda**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 3v. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura).

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHÁVEZ expropria centro comercial em Caracas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2008a. Caderno O Mundo, p.27.

CHÁVEZ nacionalizará setor de cimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2008b.

CIRCULAÇÃO de jornais no país cresce 8% no 1º semestre. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 ago. 2008, Caderno Dinheiro, p. B13.

EL UNIVERSAL (Caracas). Disponível em: <[http://visualwikipedia.com/en/El_Universal_\(Caracas\)](http://visualwikipedia.com/en/El_Universal_(Caracas))>. Acesso em: 15 jan. 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FALABELLA, Márcia Cristina Vieira. América Latina: um continente mestiço. In. _____ **Globalismo e localismo na identidade teatral**. 2003. 347f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: por uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index3.htm>>. Acesso em: 24 set. 2006.

GOFFMAN, Erwing. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8 ed. Vozes: Petrópolis, 1999.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2000.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação & Poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3 ed. Campinas: Pontes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: Traquina, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Veja, 1993.

INFOGLOBO. Disponível em: <<http://www.infoglobo.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LACLAU, Ernesto. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 23, n.62, páginas, maio 2006.

MACHADO, Márcia Benetti & JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/doc/2001/machado_jacks2001.rtf>, Acesso em: 20 out. 2007

MAGALHÃES, Izabel. Teoria crítica do discurso e texto. In: **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão: Ed. Unisul, v. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0403/7%20art%205.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2008.

MAIS uma nacionalização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2008.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2 ed. São Paulo: Hacker editores, 2002.

_____. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MEAD, George Herbert. **Espiritu, persona y sociedad**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953.

MENDES, Gláucia da Silva. A (re)construção da identidade latino-americana no jornal O Globo: a naturalização do atraso. In: INTERCOM, 2007, Santos, **Anais ...** Santos: Unisanta, Unisantos, Unimonte, 2007, 1 CD-ROM.

_____. O governo Hugo Chávez nas páginas da grande imprensa venezuelana: uma análise do noticiário do jornal El Universal. In: INTERCOM SUDESTE, 2007, Juiz de Fora, **Anais ...** Juiz de Fora: UFJF, 2007, 1 CD-ROM.

MÍDIA venezuelana tenta superar crise de credibilidade pós-Chávez. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78298.shtml>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, n. 55-56, 2002, p. 155-184

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Planeta mídia; tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MURILLO, Luis Felipe Rosado. **Uma proposta de interface entre dois domínios da análise de discurso: a linha francesa e a sua relação com a teoria crítica do discurso**. Rio Grande do Sul: 2004. Paginação irregular. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/>> Acesso em: 09 abr. 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Unicamp, 1988.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Análise de gêneros de discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão: Ed. Unisul, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0402/08.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2008.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. _____ (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. v 2. Florianópolis: Insular, 2005a

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. v 1. Florianópolis: Insular, 2005a.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

REFERÊNCIAS DE NOTÍCIAS ANALISADAS EM *EL UNIVERSAL*

ABREN averiguación a la Conferencia Episcopal en el CNE. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

ACTO contra la violencia. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

AIR: patrón usado con RCTV se emplea para Globovisión. **El Universal**, Caracas, 1 dez. 2007, Caderno Nacional y Política.

ALONSO, Juan Francisco. Levantó al TSJ dos acciones más contra la propuesta. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Cabrera afirma que reforma limita independencia de poderes. **El Universal**, Caracas, 28 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. Obispos llaman a votar y reiteran que la reforma es "innecesaria". **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____. Gremios llaman a rechazar la reforma por ilegal e innecesaria. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

_____. Exigen al tsj pronunciarse sobre licitud de los cambios. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007e, Caderno Nacional y Política.

_____. Escarrá convoca a la marcha sin retorno contra la reforma. **El Universal**, Caracas, 4 nov. 2007f, Caderno Nacional y Política.

"CAPACIDAD de la GN es ilimitada: tenemos efectivos en reserva". **El Universal**, Caracas, 3 nov. 2007, Caderno Nacional y Política

CARAVANA por el no atravesó caracas e invitó a sufragar. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

CARDENAL denuncia a Chávez en Roma. **El Universal**, Caracas, 24 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

CASTILLO, Vivian. SIP preocupada por deterioro de la libertad de expresión. **El Universal**, Caracas, 21 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. "Con la reforma habrá sujetos más minusválidos ante el poder". **El Universal**, Caracas, 20 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. SIP ratifica validez de su último informe sobre Venezuela. **El Universal**, Caracas, 20 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____. Reforma traiciona el principio constitucional de participación. **El Universal**, Caracas, 17 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

_____. Cadena humana contra la reforma. **El Universal**, Caracas, 15 nov. 2007e, Caderno Nacional y Política.

_____. Dicen que se pretende legalizar la dictadura. **El Universal**, Caracas, 8 nov. 2007f, Caderno Nacional y Política.

_____. Súmate solicita al presidente que suspenda propuesta. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007g, Caderno Nacional y Política.

_____. "Chávez está molesto porque no le alcanzan los numeritos". **El Universal**, Caracas, 6 nov. 2007h, Caderno Nacional y Política.

_____. Movimiento estudiantil asegura que se mantendrá en las calles. **El Universal**, Caracas, 3 nov. 2007i, Caderno Nacional y Política.

CASTRO, Walter Obregón Mónica. Un herido en refriega entre universitarios y efectivos de Barinas. **El Universal**, Caracas, 14 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. 6 personas heridas durante protesta estudiantil en mérida. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

CHAVISMO estará en la calle hasta el 2-d. **El Universal**, Caracas, 21 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

CINCO estudiantes heridos en el interior. **El Universal**, Caracas, 8 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

CINCO heridos en lara en octavo día de protesta contra reforma. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

COMANDO Zamora exige defender los cambios en la calle. **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

CORTE, María Lilibeth. Chávez cerró campaña con amenazas. **El Universal**, Caracas, 1 dez. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. "Tenemos pruebas de un plan para no reconocer triunfo del sí". **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. "Nos ha faltado capacidad para decir al país impacto de reforma". **El Universal**, Caracas, 17 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____. Chávez amenaza con no permisar marchas estudiantiles. **El Universal**, Caracas, 5 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

DEPLORAN el aumento de violencia contra periodistas. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

DIARIO de EE. UU. cuestiona la reforma. **El Universal**, Caracas, 16 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

DÍAZ, Sara Carolina. "La Fuerza Armada está más cohesionada que nunca". **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Podemos defendió argumentos de Baduel y llamó a votar no. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

DIETERICH critica la propuesta presidencial. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

EEUU califica hecho de vergonzoso. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

"EN TVES y vtv el bloque por el no ha desaparecido". **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

ESPINOZA, MARÍA DANIELA. Estudiantes "no comen miedo" y van al TSJ. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007, Caderno Nacional y Política

ESTUDIANTES volvieron a las calles para rechazar las agresiones. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

GARCÍA denuncia "campaña tendenciosa" del chavismo. **El Universal**, Caracas, 24 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

GÓMES, Elvia. UNT acusa a Lucena de actuar a favor de alimentar la abstención. **El Universal**, Caracas, 14 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

GÓMEZ, Andreína. 20 estudiantes fueron detenidos en los salias por disturbios. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Protesta causó caos en los altos Mirandinos. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

GRUPO La Colina respalda al no. **El Universal**, Caracas, 19 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

GUILLÉN, Marianela Rodríguez Erika. Un muerto y 6 heridos durante protestas. **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. En Aragua alumnos rechazan la reforma. **El Universal**, Caracas, 15 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

HERIDOS en la Monteávila. **El Universal**, Caracas, 23 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

"LA CEV tiene derecho a opinar y a ser respetada". **El Universal**, Caracas, 30 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

LARA califica a editores de "coberos". **El Universal**, Caracas, 21 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

LARA denuncia uso de fondos suecos para atacar a Venezuela. **El Universal**, Caracas, 28 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

LEÓN, Mariela. Con caminata chavismo inicia campaña por el sí. **El Universal**, Caracas, 4 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

LÓPEZ, Zulma. Alcalde del PSUV se pronuncia por el no. **El Universal**, Caracas, 30 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. Detenido decano y tres alumnos de Upel-Táchira. **El Universal**, Caracas, 20 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____; SÁNCHEZ, Nora. Detenidos catorce estudiantes por manifestar en Táchira. **El Universal**, Caracas, 14 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

_____. Hubo actos por el no al proyecto en Táchira. **El Universal**, Caracas, 12 nov. 2007e, Caderno Nacional y Política.

LUCENA advierte sobre intención de desconocer resultados. **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

LÜCKERT teme que el sí gane "como sea". **El Universal**, Caracas, 28 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

LULA defiende al presidente de críticas a la reforma. **El Universal**, Caracas, 15 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

MANIFESTACIÓN en la ucab fue repelida por la guardia nacional. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

MARTÍNEZ, Eugenio. Bloque del no denuncia que oficialismo boicotea debates. **El Universal**, Caracas, 13 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

MÉNDEZ, Gustavo. GN y PM reprimió a estudiantes de la universidad Simón Bolívar. **El Universal**, Caracas, 27 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Alumnos de la Monteávila bajo la represión de la PM. **El Universal**, Caracas, 24 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. Estudiantes exhortan al país a participar y a defender el voto. **El Universal**, Caracas, 22 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____. Estudiantes universitarios celebrarán su día manifestando. **El Universal**, Caracas, 21 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

_____. Estudiantes de colegios dijeron no a la reforma. **El Universal**, Caracas, 14 nov. 2007e, Caderno Nacional y Política.

_____. Las universidades están a merced de los grupos armados. **El Universal**, Caracas, 11 nov. 2007f, Caderno Nacional y Política.

_____. Marcha reivindicó la no violencia. **El Universal**, Caracas, 8 nov. 2007g, Caderno Nacional y Política.

_____. "No aceptamos amenazas ni chantajes, seguiremos en la calle". **El Universal**, Caracas, 6 nov. 2007h, Caderno Nacional y Política.

_____. La violencia selló marcha estudiantil. **El Universal**, Caracas, 2 nov. 2007i, Caderno Nacional y Política.

OFICIALISTAS cierran campaña hoy en la Bolívar. **El Universal**, Caracas, 30 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

ONU expresa preocupación por la propuesta de Chávez. **El Universal**, Caracas, 1 dez. 2007, Caderno Nacional y Política.

OROZCO, Fidel Eduardo. Marisabel Rodríguez rechazó la reforma y apoyó a Raúl Baduel. **El Universal**, Caracas, 12 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Estudiantes de ucab rechazan violencia y agresión en la marcha. **El Universal**, Caracas, 2 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

PEÑALOZA, Pedro Pablo. Chavistas defienden reforma que "da más poder al pueblo". **El Universal**, Caracas, 22 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Alertan que la oposición desconocerá su derrota. **El Universal**, Caracas, 20 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. AN investigará a los colegios católicos por ataques al proyecto. **El Universal**, Caracas, 16 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

_____. AN exige a Fiscalía investigar a las autoridades universitarias. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007d, Caderno Nacional y Política.

_____. Proyecto de reforma se dividió en dos bloques. **El Universal**, Caracas, 3 nov. 2007e, Caderno Nacional y Política.

PM ARREMETE contra estudiantes. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

PM FUERA de control. **El Universal**, Caracas, 28 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

"PODER absoluto es un error de Chávez". **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007, Caderno Nacional y Política

POLICÍAS golpean a periodistas en barinas. **El Universal**, Caracas, 8 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

PRATO, Marla; LÓPEZ, Zulma. Hombres armados dispararon contra universidades de Táchira. **El Universal**, Caracas, 30 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Estudiantes y Guardia Nacional se enfrentaron en la ULA-Táchira. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

_____. Destrozan decanato de medicina en universidad de Lara. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007c, Caderno Nacional y Política.

PROTESTAS "fascistas". **El Universal**, Caracas, 12 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

PS FRANCÉS advierte sobre grave división de los venezolanos. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

"RADICALES no llenarán de violencia al país". **El Universal**, Caracas, 22 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

RELATOR observa clima hostil para medios. **El Universal**, Caracas, 18 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

RIVERO, Miriam. Imputados estudiantes por trancar vías en Anzoátegui. **El Universal**, Caracas, 11 nov. 2007a, Caderno Nacional y Política.

_____. Baduel dijo sentir la "obligación moral" de seguir andando el país. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007b, Caderno Nacional y Política.

RODRÍGUEZ defiende cambios en autonomía. **El Universal**, Caracas, 18 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

RODRÍGUEZ, Marianela. Denuncian allanamiento de la universidad de Carabobo. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

SINERGIA dice que el CNE no tiene claro su papel de árbitro. **El Universal**, Caracas, 30 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

TELEVISIÓN oficial dedica 51 horas al sí y 38 minutos al no. **El Universal**, Caracas, 28 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

TRES heridos tras refriega en la Ucab. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

UNIVERSITARIOS protestaron contra la reforma en el interior. **El Universal**, Caracas, 2 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

30 DETENIDOS en táchira y diez heridos en mérida tras protestas. **El Universal**, Caracas, 6 nov. 2007, Caderno Nacional y Política.

REFERÊNCIAS DE NOTÍCIAS ANALISADAS EM *O GLOBO*

APROVADA reforma de Chávez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 34.

CARVALHO, Jailton. Abin levanta suspeitas sobre o referendo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2007. Caderno O Mundo, p. 45.

CHÁVEZ acusa ex-ministro da Defesa de traição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 33.

CHÁVEZ diz que seu futuro depende da reforma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 51.

CHÁVEZ inicia campanha pelo “sim”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2007c. Caderno O Mundo, p. 24.

ESTUDANTES marcham contra reforma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 34.

ESTUDANTES pró e contra Chávez fazem protestos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 36.

FIGUEIREDO, Janaína. Um Congresso em busca de legitimidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 38.

_____. A nova face jovem da oposição. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 45.

_____. Acadêmicos acusam Chávez por violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 nov. 2007c. Caderno O Mundo, p. 32.

_____. Aliado de Chávez diz que reforma é golpe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2007d. Caderno O Mundo, p. 30.

GALENO, Renato. As duas faces de Chávez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2007b. Caderno O Mundo, p. 45.

_____. Estados de exceção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 dez. 2007c. Caderno O Mundo, p. 53.

_____. Chávez prega o “sim” e ameaça pegar em armas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 dez. 2007d. Caderno O Mundo, p. 53.

_____. O direito à propriedade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2007e. Caderno O Mundo, p. 43.

- _____. O dia do “não”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2007f. Caderno O Mundo, p. 43.
- _____. Socialismo bolivariano é mais uma incógnita. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2007g. Caderno O Mundo, p. 36.
- _____. Chávez corta relações com Colômbia de Uribe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2007h. Caderno O Mundo, p. 36.
- _____. O papel dos militares. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2007i. Caderno O Mundo, p. 33.
- _____. Chávez ameaça tomar empresas de opositores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2007j. Caderno O Mundo, p. 33.
- _____. A geometria do poder. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2007k. Caderno O Mundo, p. 30.
- _____. Venezuela: pesquisas mostram avanço do “não”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2007l. Caderno O Mundo, p. 30.
- _____. O polêmico fim da autonomia do Banco Central. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2007m. Caderno O Mundo, p. 21.
- _____. Chávez muda estratégia para tentar evitar derrota. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2007n. Caderno O Mundo, p. 21.
- SEIS baleados em manifestação na Venezuela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 52.
- TIROS em campus na Venezuela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 33.
- VALENTE, Leonardo. Governo de Chávez lança ofensiva contra Igreja. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 nov. 2007a. Caderno O Mundo, p. 38.
- _____. Pesquisas mostram, pela 1ª vez, vitória do “não”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2007b. Caderno O Mundo, p. 23.
- _____. Venezuela suspende debates sobre reforma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2007c. Caderno O Mundo, p. 33.
- _____. Ex-mulher também critica reforma de Chávez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2007d. Caderno O Mundo, p. 37.
- VASCONCELOS, Adriana; JUNGBLUT, Cristiane. Ataques à defesa de Lula a Chávez. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 22.
- VENEZUELA vota sobre reforma no dia 2 de dezembro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 nov. 2007. Caderno O Mundo, p. 43.

